



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA - PPGH**

**AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO**

**UMA HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM TOLEDO/PR (1973-2022)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PARANÁ**

**2023**

**AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO**

**UMA HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM TOLEDO/PR (1973-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História – PPGH, nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da professora Ângela Meirelles de Oliveira.

**MARECHAL CÂNDIDO DE RONDON/ PARANÁ**

**2023**

**AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO**

**UMA HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM TOLEDO/PR (1973-2022)**

Relatório de defesa apresentado ao Programa de Pós Graduação em História – PPGH, nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da professora Ângela Meirelles de Oliveira.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr. Ângela Meirelles de Oliveira Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná

---

Profa. Dra. Esther Luíza de Souza Lemos  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

---

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

---

Profa. Dra. Aline Abbonizio  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Rodrigues Coelho, Amanda Gabrielle

UMA HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TOLEDO/PR (1973-2022) / Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho; orientadora Ângela Meirelles de Oliveira. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.

114 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Acolhimento Institucional. 2. Criança e Adolescente. 3. Direito . 4. Assistência Social . I. Meirelles de Oliveira, Ângela , orient. II. Título.

## Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 31 dia(s) do mês de maio de 2023 às 13h30min, no(a) auditório da Pós, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Gilberto Grassi Calil, Esther Luiza de Souza Lemos (Webconferência), Ângela Meirelles de Oliveira, Aline Cristina de Oliveira Abbonizio (Webconferência). Os trabalhos foram presididos pelo(a) Ângela Meirelles de Oliveira. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "UMA HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TOLEDO/PR (1973-2023)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Gilberto Grassi Calil, Esther Luiza de Souza Lemos, Aline Cristina de Oliveira Abbonizio. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de dissertação foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de dissertação.



Orientador(a) - Ângela Meirelles de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Gilberto Grassi Calil

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

**Programa de Pós-Graduação em História**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

\_\_\_\_\_  
Esther Luiza de Souza Lemos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Aline Cristina de Oliveira Abbonizio

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras (UNILAB)



Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho

Aluno(a)



\_\_\_\_\_  
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

**Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva**  
**Coordenadora Especial do Programa de**  
**Pós-Graduação em História**  
**Mestrado e Doutorado**  
**Portaria nº 4107/2020-GRE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA  
DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR  
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Ester Luiza de Souza Lemos**, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) **Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 31 de maio de 2021.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



---

Ester Luiza de Souza Lemos  
Unioeste

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

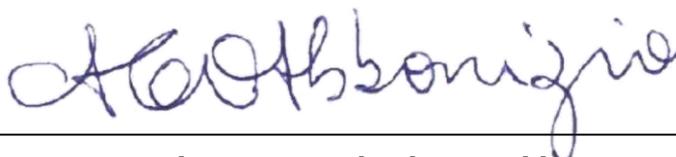
**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA  
DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR  
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Aline Cristina de Oliveira Abbonizio**, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) **Amanda Gabrielle Rodrigues Coelho**, deste Programa de Pós- Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 31 de maio de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



---

Aline Cristina de Oliveira Abbonizio  
Unilab

*Dedico esse estudo a Deus como minha fonte de fortaleza, que sempre me sustenta e desperta em mim a capacidade de alcançar todos os meus sonhos.*

*Aos meus pais, que em suas singularidades me apoiam e me despertam o melhor que posso ser. Tudo que sou, tudo que tenho, por vocês e para vocês, sempre.*

*E a todas as crianças e adolescentes que já passaram por uma situação de Acolhimento Institucional e/ou encontram-se nela. Principalmente àquelas que passaram por esse espaço, em um período que antecede a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estado falhou com vocês. Espero que não falhe nunca mais. Avanço! Seguimos.*

## AGRADECIMENTOS

O que é ser uma pesquisadora? Poderia dizer que uma pesquisadora é um ser curioso, que busca sempre desvendar, descobrir e até mesmo questionar a história. Por que ocorreu assim? Quais os elementos que levaram a esse resultado? De onde vem essa decisão?

Além disso, considero que o pesquisador é um sujeito que não se contenta com uma história. Não só uma, pelo menos. Há sempre outro lado, outro rio, outra passagem, seja ela secreta ou não. O meu maior desafio até o momento tem sido vestir essa capa de pesquisadora. Deixar de lado minhas ideologias e ética para buscar a verdade. Preservá-la e identificá-la. Há culpados? Mocinhos? Vilões? A gente só descobre tudo isso ao final da história. Mas a melhor parte, a parte que deve de fato ser aproveitada, é o trajeto.

Nesse trajeto eu fui e voltei várias vezes para atingir a escrita perfeita. Busquei fontes, identifiquei-as, ouvi, escrevi, refleti. No meio do caminho do projeto de escrita, o primeiro desafio: incertezas. Quantas incertezas trazidas nessa fala, na escrita e até mesmo insegurança de onde ao certo eu pretendia chegar. Não foi fácil. Críticas construtivas, opiniões, leituras, manejos de informações até de fato perceber-se onde eu estava e onde queria chegar.

No desenvolvimento, outro contratempo: mudar-me de país. Quando se muda de país, muda-se também de cultura, de história, de vivência. Mas principalmente, de como viver a vida e o que se pretende dela levar. Não foi fácil. Nunca, nada, será. Em meio a lágrimas, choros e despedidas a partida ocorreu. Do mesmo modo, o retorno. Ainda sim, me via como pesquisadora. Que procura pesquisar crianças e adolescentes, histórias, vida, direitos. Esse processo me fortaleceu. Aquilo que era espaço de dúvidas começou a ganhar clareza e certezas.

Escolher pesquisar criança e adolescente nunca é fácil, principalmente quando me encontro no meio desse público, atuando na área. Mas o anseio de buscar entender a história, buscar explanar a justiça e a necessidade de uma legislação própria de direitos, me trouxe até aqui.

Início os agradecimentos a Deus, que até aqui me sustentou. Todas as vitórias alcançadas em minha vida merecem essa menção.

Aos meus pais, Salete e Valdinei, que tanto fizeram e continuam fazendo por mim. Através deles possuo uma educação de valores, voltada para o amor, respeito e persistência.

Diante deles nunca ouve um “não” para aquilo que era um sonho pra mim. Realizar dessa sabendo que tenho vocês do lado, gera em mim uma força onipotente.

À minha família, tias, tios, primos, primas, minha irmã. Sem eles nada seria possível. Agradeço eventualmente a união e o amor que nos une. Percebo que nunca estarei sozinha, tendo vocês.

Aos meus amigos, que por muitas vezes me aplaudiram, acompanharam, consolaram. Quem tem amigos verdadeiros, tem tudo nessa vida. Minha gratidão!

À minha orientadora Angela Meirelles, que durante todo esse tempo me acompanhou e dedicou-se bravamente para que essa escrita possuísse uma qualidade. Sanando dúvidas e dividindo orientação, meu muito obrigada.

Também agradeço em especial às professoras Ester Lemos e Mirele Hashimoto, que são fontes de inspiração em meu processo de pesquisa e também como profissionais no exercício da profissão de Assistente Social. Aos professores Gilberto Calil e Marcos Stein, do programa de Pós graduação em História, que durante suas atividades diretas comigo me possibilitaram um avanço importantíssimo em minha formação como pesquisadora, sem vocês isso não seria possível.

Por fim, agradeço o espaço público, gratuito e de qualidade no qual chamamos de Unioeste. Universidade essa que tem sido minha casa desde a graduação e que percorre até os dias de hoje. Aqui sinto-me segura, apoiada e capaz de desenvolver-me amplamente. Lutarei para que esse espaço siga desenvolvendo pessoas e possibilitando tantos avanços sociais quanto vem fazendo.

Com uma felicidade que transborda, encerro esse ciclo na certeza que o progresso é certo. A vida é um constante carrossel. Que venha o próximo passo!

COELHO, Amanda Gabrielle Rodrigues. Uma história do Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Toledo/PR (1973-2022). (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido de Rondon, 2023.

## RESUMO

Esta pesquisa debruçou-se sobre a mudança de paradigmas no entendimento da infância e da adolescência manifestadas pelas perspectivas da Política de Assistência Social, acompanhando a transformação da concepção de “minorias” para uma de “sujeitos de direitos” a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Para tal, resgatamos o processo de implantação do Serviço de Acolhimento Institucional no município de Toledo/PR entre os anos 1973 e 2022, com os seguintes objetivos: 1) embasar historicamente o longo processo de construção do direito da criança e do adolescente, com ênfase no processo de implantação do serviço de Acolhimento Institucional no município de Toledo; 2) contextualizar a execução do serviço ofertado pela Entidade Beneficente Lar Belém, identificada como uma das primeiras instituições a ofertarem um serviço de acolhimento na região oeste do Paraná. 3) analisar a relação do atual Serviço de Acolhimento Institucional de Toledo e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Embasada em fontes documentais, orais e memorialísticas que direcionam-se na recuperação histórica de implantação do Serviço Acolhimento Institucional do município de Toledo/PR, mas que para além disso aprofunda-se metodicamente na descoberta e estudo de um espaço denominado como Lar Belém que realizava essa modalidade de atendimento anteriormente a legislação Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem como foco a análise da Política de Assistência Social e a sua efetivação na categoria infância.

**Palavras-chave:** Toledo/PR, Criança e Adolescente; Lar Belém; Acolhimento Institucional;

COELHO, Amanda Gabrielle Rodrigues. History of Child and Adolescent Foster Care in Toledo/PR (1973-2022). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido de Rondon, 2023.

### **ABSTRACT**

This research focused on the change of paradigms in the understanding of childhood and adolescence manifested by the perspectives of the Social Assistance Policy, following the transformation of the conception of "minority" to one of "subjects of rights" from the approval of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) in 1990. To this end, we rescued the process of implementing the Institutional Foster Care Service in the municipality of Toledo/PR between 1973 and 2022, with the following objectives: 1) to historically support the long process of building the right of children and adolescents, with emphasis on the process of implementing the Institutional Foster Care service in the municipality of Toledo; 2) contextualize the execution of the service offered by the Lar Belém Charitable Entity, identified as one of the first institutions to offer a foster care service in the western region of Paraná. 3) analyze the relationship between the current Institutional Foster Care Service of Toledo and the Statute of the Child and Adolescent. Based on documentary, oral and memorial sources that are directed to the historical recovery of the implementation of the Institutional Reception Service of the municipality of Toledo/PR, but that in addition methodically deepens in the discovery and study of a space called Lar Belém that performed this type of care before the legislation Statute of the Child and Adolescent. It focuses on the analysis of the Social Assistance Policy and its effectiveness in the childhood category.

**Keywords:** Toledo/PR, Child and Adolescent; Belém Home; Institutional Shelter;

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **IMAGENS**

Imagem 1: Ata da do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do município de Toledo, Paraná. Realizada no mês de novembro de 1991. Arquivo disponível na Prefeitura Municipal de Toledo Paraná.

Imagem 2 – Lar Belém: pátio externo – foto de divulgação

Imagem 3 – Lar Belém: pátio externo – foto de divulgação

Imagem 4 – Lar Belém: área construída – foto de divulgação

Imagem 5 – Lar Belém: laboratório de informática – foto de divulgação

## **LISTA DE SIGLAS**

(ACDT) A Associação das Donas de Casa de Toledo  
APA Associação Promocional e Assistencial de Toledo  
APADA Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos  
APAE Associação de pais e amigos dos excepcionais  
ADFT Associação dos Deficientes Físicos de Toledo  
APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância.  
CMAS Conselho Municipal de Assistência Social  
CMDCA Conselho Municipal da Criança e do Adolescente  
CRAS Centros de Referência de Assistência Social  
CREAS Centro de Referência Especializados de Assistência Social  
DCA Direitos da Criança e do Adolescente  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
FEAS Fundo Estadual de Assistência Social  
FNAS Fundo Nacional Assistência Social  
FEBEM Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente  
FUNABEM Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LA Liberdade Assistida  
LOAS Lei Orgânica de Assistência Social  
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua  
NOB/SUAS Norma Operacional Básica  
OSCIP Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
ONU Organização das Nações Unidas  
ONGs Organizações Não Governamentais  
PAEFI Serviço de Proteção e Atendimento Especializado e Famílias Indivíduos  
PAIF Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família  
PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNAS Política Nacional de Assistência Social  
PNBEM Política Nacional do Bem Estar do Menor  
PSB Proteção Social Básica

PSC Prestação de Serviços à Comunidade

PSE Proteção Social Especial

SAM Serviço de Assistência ao Menor

SMAS Secretaria Municipal de Assistência Social

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b>  |
| <br>   |            |
| <b>1.A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO, PARANÁ</b> .....              | <b>25</b>  |
| 1.1. SITUANDO O MUNICÍPIO DE TOLEDO.....   | 25         |
| 1.2. AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE DIREITO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL..... | 29         |
| 1.3. TOLEDO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS.....                                 | 43         |
| 1.4. TOLEDO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS ATUAIS INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....    | 49         |
| <br>   |            |
| <b>2.LAR BELÉM</b> .....   | <b>54</b>  |
| 2.1. PRÉ LAR BELÉM: A DESCOBERTA DA INSTITUIÇÃO.....   | 55         |
| 2.2. O SERVIÇO EXECUTADO PELA INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LAR BELÉM.....   | 64         |
| 2.3. LAR BELÉM: PARTE II – UM NOVO OLHAR.....  | 78         |
| <br>   |            |
| <b>3.O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E O MUNICÍPIO DE TOLEDO</b> .....  | <b>89</b>  |
| 3.1. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....  | 91         |
| 3.2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....   | 97         |
| 3.3. AS CASAS ABRIGO.....  | 100        |
| <br>   |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>106</b> |
| <br>   |            |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>111</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXOS</b> .....  | <b>115</b> |

## INTRODUÇÃO

Investigar, problematizar e compreender os diferentes conceitos de infância do Brasil nos remete a análise do reconhecimento da criança em um processo histórico denominado Institucionalização. Compreende-se que existe uma pluralidade de infâncias e adolescências, entendidas de diferentes maneiras de acordo com a época e organização social do território brasileiro. O reflexo dessa organização resulta em crianças e adolescentes como constituintes da parcela mais exposta de consequências das nefastas da exclusão.

Este estudo busca estabelecer um paralelo entre os marcos jurídicos: Código de Menores (1927 e 1979) e o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), mas, principalmente, possibilitar uma análise dos processos de institucionalização de crianças e adolescentes em uma perspectiva histórica de institucionalização que contempla as esferas de ações existentes desde o nível União, Estado, até os comandos direcionados para o âmbito do município de Toledo/PR. Com ênfase a proporcionar diálogos em torno da operacionalização do serviço de Acolhimento Institucional, esclarecendo aspectos que se encontram inseridos dentro da Política de Assistência Social possibilitando assim um parâmetro da execução dos serviços pré e pós ECA.

Para isso, em um primeiro momento observa-se a necessidade de retomar ao desenvolvimento social do Brasil, marcado pela desigualdade socioeconômica e um modo de produção escravocrata onde o modelo patriarcal inicial resultou em condições precárias de vida e organizações das famílias, gerando assim uma interferência direta no desenvolvimento das crianças e adolescentes da época. O modelo de produção capitalista se ocupa nesse ciclo de produção, visando produzir mais e mais mercadorias. Inclusive a própria mão de obra do trabalhador, torna-se uma mercadoria. De acordo com Marx (2001) é dessa forma que o trabalhador se subordina às regras impostas pelo capitalista, vendendo sua força de trabalho e sendo facilmente descartado quando não é mais útil. Em seus diferentes estágios, o capitalismo que produz tanto a riqueza, quanto a pobreza, gera um processo de contradição no qual a classe trabalhadora que tudo produz, nada obtém.

Dessa maneira, como alternativa de manutenção das expressões sociais existentes o Estado passa a voltar-se para criação de políticas sociais como refúgio social, organizando-se de maneira que possam agir de forma a não eliminar as desigualdades sociais, mas sim buscar ameenizar os seus efeitos.

Essa maneira de manutenção social que visa não eliminar inteiramente a desigualdade, mas sim amenizar o seu impacto na vida dos cidadãos, é uma prática observada na própria história do país. Vejamos, no período de pós-abolição do país o quadro recente foi composto por desemprego aos pobres, às famílias e conseqüentemente à infância. Isso porque não houve uma orientação voltada para a integração dos negros a nova realidade social, uma liberdade concedida, entretanto sem mecanismos de manutenção e vivência com qualidade.

Em um cenário de contradição em 1888 veio a abolição da escravidão e 18 meses depois a República. É então com o advento do capitalismo que as relações econômicas, sociais, culturais são alteradas. A família enquanto instituição é transformada, resultando também na interferência da compreensão de infância. A família burguesa ganha visibilidade, sendo considerada o modelo tradicional a ser seguido e imitado. A concepção de infância é gestada com o capitalismo, através da socialização passa a ser considerada um ser diferente do adulto, em desenvolvimento e crescimento.

Não somente a família passa a cumprir essa atividade, mas a escola que enquanto responsabilidade do Estado inicia a criar políticas liberais de assistência. Somente uma instituição voltada para a educação, passa a não ser suficiente, sendo necessário uma intervenção voltada para a satisfação de necessidades elementares como alimentação, moradia e vestuário. Ou seja, suprir condições básicas para aquelas crianças e adolescentes que estão em situação dessas vulnerabilidades sociais. Como aponta Iamamoto (2002) os abrigos – nomenclatura utilizada para apresentar esse espaço – tornam-se assim palco de luta de classes e resistência com relação às condições de vida.

Os primeiros direcionamentos elaborados através da primeira legislação específica para “menores” foi elaborada em 1927. Ainda com um caráter penal, punitivista e com manejo policial, ofertavam atendimentos às crianças e adolescentes que por meio do processo penal, eram tratados como caso de polícia e não de política. Chamamos essa legislação de o primeiro Código de Menores.

Marcado por uma lógica higienista, o Código teve como objetivo atender à criança considerada abandonada e/ou delinvente. Vale ressaltar que as leis tratavam em um único conjunto medidas destinadas aos menores de 18 anos, indiferente do motivo ou razão do atendimento. O termo “menor”, utilizado por esse Código, remete apenas ao limite de idade, focando em uma identidade marcada pela negação e pela incompletude. Entretanto,

futuramente, esse termo passou a ser associado principalmente às crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Como uma crítica a esta concepção, as reformas que se darão a seguir fazem menção ao próprio Código de Menores e uma série de movimentos sociais – como, por exemplo, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), de 1982, que desencadeiam as primeiras reivindicações de direitos para as crianças e adolescentes. Em um contexto de redemocratização e emergência de movimentos populares, como igreja, pastorais, entidades filantrópicas, ganham visibilidade.

Enquanto em nível nacional era possível observar um aumento da visibilidade para crianças e adolescentes, é possível perceber que a adequação às novas leis vai ocorrendo de forma gradual no interior do país, como é o caso do município de Toledo, que ainda não possuía uma organização própria direcionada para o atendimento desse público que se encontrava em vulnerabilidade social.

A instituição que existia neste período era a Sociedade Beneficente Lar Belém, localizada no município vizinho Nova Santa Rosa, para o qual eram destinados crianças e adolescentes que necessitavam de um afastamento familiar - seja por abandono, entrega para adoção e/ou até mesmo por violência. Um dos objetivos deste trabalho é recuperar a trajetória do Lar Belém, buscando compreender como esse serviço era executado - sem uma legislação própria para seguimento - quais crianças eram atendidas, como era organizado, quais os trabalhadores que frequentavam aquele espaço, como eram mantidas as finanças do espaço, entre outras características principais que pudessem remeter à compreensão dessa organização.

O que se pretende analisar é como as crianças e adolescentes de Toledo estavam expostas a diferentes configurações de instituições sociais, que, por vezes, buscavam normalizar a infância pobre conduzindo esse fato como social e sem visão de mudança através do governo. Esta ponderação é muito importante para entender as configurações sociais das instituições anteriores à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a doutrina e o panorama que se tinha sobre a infância pobre e marginalizada e a responsabilidade do Estado.

É necessário também recuperarmos a historicidade do conceito de família. As configurações de uma época que antecede a Constituição de 1988 consideravam como família

apenas a composição social tradicional, com os membros paterno, materno e os filhos. O que se situava fora dessa linha de seguimento eram consideradas famílias afetadas e sem valor social. Após a Constituição, inicia-se a incorporação de diferentes concepções de família e suas múltiplas formações. Esse conceito mais aberto foi requisitado também pelas redes de apoio, que buscavam, além dos genitores, o suporte de outros familiares para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Para desenvolver a pesquisa, realizei uma visita ao espaço Sociedade Beneficente Lar Belém, que, atualmente, não se encontra em funcionamento, mas possui sua estrutura muito bem preservada. Da mesma forma, realizou-se uma entrevista com um membro da família que fundou a instituição, almejando compreender a ascendência e os motivos da criação de um espaço direcionado ao atendimento de crianças e adolescentes.

O principal objetivo deste estudo sobre o Lar Belém é possibilitar contrapor o funcionamento das instituições sociais destinadas às crianças e adolescentes antes e após a promulgação do ECA. Considerando que a análise de informações obtidas permitirá uma discussão acerca do atual funcionamento do Serviço de Acolhimento Institucional e a compreensão do porque o serviço se configura de maneira diferente nos dias de hoje. Para atingir esse objetivo, foram realizadas entrevistas que possibilitam resgatar experiências e vivências do espaço durante o período.

Com o final da década de 1980, o cenário brasileiro passou por mudanças e transformações históricas e sociais, afetando a organização de todo o território do país. Com a promulgação da Nova Carta Constitucional, a proteção integral é institucionalizada passando a responsabilizar o Estado, à família e a sociedade, pela garantia de direito e proteção a todas as crianças e adolescentes que habitam o país. Além disso, a instituição família ganha visibilidade na concepção de direitos e atendimentos configurados em programas e políticas direcionadas para os seus membros.

Logo em seguida, em 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento político que irá exercer esse entendimento de direitos. A principal mudança entre os “menoristas” e os “estatutistas” é conceituarem a criança e o adolescente como sujeito em desenvolvimento, incorporando aos discursos as concepções referentes à responsabilidade parental do Estado. Essas movimentações e mudanças também afetaram as

instituições filantrópicas e suas maneiras de conduzirem o serviço, incluindo um dos objetos da pesquisa, o próprio Lar Belém.

O Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu uma série de medidas para garantir o direito de crianças e adolescentes vítimas de violência, negligência ou abandono - como o afastamento temporário da convivência familiar e comunitária - visando proteger sua integralidade física e psicológica (RIZZINI2006; RIZZINI, 2006). Com o intuito de possibilitar a proteção a essas crianças e adolescentes, o afastamento provisório e temporário é aplicado até a superação das situações que levam a violação de direitos. Essa execução é de responsabilidade do Estado, que busca formas de amenizar esses danos por meio da materialização do Serviço de Acolhimento Institucional, proporcionando um ambiente de proteção integral e segurança, oferecendo acolhimento provisório durante o período em que estiverem afastadas do convívio familiar (BRASIL, 2014).

A institucionalização, apesar de ser apresentada como medida excepcional e de caráter temporário, deve ter sua situação reavaliada periodicamente, conforme expresso no ECA, em seu Artigo 19. Isso demonstra que as políticas sociais necessitam estar em sintonia quanto à promoção de direitos desses sujeitos em um processo interdisciplinar, já que todas as equipes em suas variadas políticas - Saúde, Educação e Assistência Social - passam a atuar em prol da criança e adolescente em questão. Além disso, é necessário frisar que o trabalho estende também às famílias que passam a frequentar os espaços públicos buscando a manutenção e o restabelecimento de vínculos e direitos violados.

A partir desses pressupostos, este estudo busca dar visibilidade ao trabalho realizado dentro da Política de Assistência Social do Município de Toledo/PR. O recorte se deu ao considerar que o próprio Serviço de Acolhimento Institucional se desenvolve dentro dessa política, tornando-a assim o seio que representa judicialmente e socialmente o Acolhimento Institucional. Além disso, através da compreensão da atual organização do espaço institucional é possível realizar uma analogia entre o que era seguido antes do ECA e os novos direcionamentos, dando assim uma visibilidade àquilo que o Estatuto representa para a área de crianças e adolescentes, objetivando um estudo aprofundado quanto as demandas e os processos no espaço institucional.

Ao compreender a Assistência Social como uma política pública, é necessário entender que os direitos são garantias legais e não práticas caritativas, de favor ou de ajuda, pois é

resultado de um longo processo de discussão política e representa um avanço na garantia de direitos da população.

O interesse neste tema de pesquisa é resultado das discussões desenvolvidas nos cursos de Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2016 – 2019, e Pedagogia, no Centro Universitário Internacional – UNINTER, 2016 – 2019. Diante dos estudos e indagações referentes à conquista de direitos na área da criança e adolescente, identifica-se o marco que o Estatuto da Criança e do Adolescente representou significativas mudanças para ambas categorias, ao introduzir a Proteção Integral como princípio norteador na área da infância e juventude.

Essa aproximação com a temática ocorreu principalmente por meio do exercício do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Toledo/PR, realizado no Departamento de Proteção Social Especial, no qual está inserido o Serviço de Acolhimento Institucional e também no Departamento de Gestão do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Isso possibilitou a base necessária para compreender quais serviços são ofertados na Política de Assistência Social e a relação que eles executam juntamente com o Acolhimento Institucional.

Diante dos estudos realizados durante o processo de graduação, os estágios supervisionados e o Trabalho de Conclusão de Curso, os seguintes questionamentos passaram a ocorrer: Como se deu o processo histórico de implantação do Acolhimento Institucional no Município de Toledo? Quais demandas históricas surgiram para que houvesse a necessidade de criar um serviço específico? Além disso, era necessário identificar qual era o destino das crianças e adolescentes em situação de violência, antes da homologação de um serviço específico.

Visando responder os problemas propostos, esta pesquisa buscou 1) recuperar a construção histórica do direito da criança e do adolescente no Brasil, de forma a contextualizar a situação do município de Toledo; 2) Desenvolver uma análise sobre a primeira oferta de Serviço Institucional - ainda na nomenclatura de Orfanato - que foi criada na região oeste do Estado do Paraná, a Sociedade Beneficente Lar Belém 3) acompanhar o desenvolvimento de implantação das Casas Abrigo do município de Toledo 4). E para concluir, possibilitar um comparativo entre o pré e pós Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atualmente, o município de Toledo organiza-se em três Casas Abrigo, sendo estas divididas entre: Casa Abrigo Menino Jesus I; Casa Abrigo Menino Jesus II e Casa para Adolescentes, ofertando um atendimento que perpassa de zero a dezoito anos de idade. Entretanto, seu processo de concretização não ocorreu de maneira linear, mas, sim, como resultado de um aumento de demanda da necessidade social do município.

Como podemos perceber, a decisão de criação de uma Casa de Abrigo municipal surgiu devido ao aumento da demanda e das diversas irregularidades em que se encontravam as crianças e adolescentes em situação de acolhimento de Toledo. Assim, em 1996 ocorre a criação do primeiro espaço de oferta de Proteção Social própria do município, resultado de um acordo com a Associação das Donas de Casa para ocupar a sede disponível e organizar-se de tal modo que ofertasse um espaço que pudesse abrigar crianças e adolescentes em situação de risco. A Associação das Donas de Casa de Toledo (ACDT) foi o resultado de uma união onde mais de cinquenta mulheres se reuniram na data de dezembro de 1979, organizadas em manifestação, pela busca por igualdade de direitos para as mulheres donas de casas. O objetivo dessa união pautava-se em seguir o exemplo que ocorria em Curitiba - capital do Estado - com grupo de mulheres que se reuniam em prol de discutir e pesquisar sobre os mais variados assuntos: contas bancárias, variedades nos preços alimentícios, saúde, higiene, habitação, entre outros assuntos que afetavam diretamente a vida das donas de casa. A intenção era possibilitar informação e atualidade nos assuntos cotidianos, que pudessem ir além da rotina de casa. E nesse contexto, de ajuda e trabalho filantrópico, que aconteceu a parceria entre o Município de Toledo e a sede da Associação das donas de casa, para acolherem crianças e adolescentes, visto que essa ação iria de acordo com o objetivo da própria associação em defesa de direitos sociais.

Somente em 2002 houve a primeira implantação de unidade governamental do Serviço de Acolhimento Institucional, nomeada como Casa Abrigo Menino Jesus I, atendendo um público entre zero a doze anos de idade. A Equipe de Referência - profissionais que executavam o atendimento ao público do serviço - passou a ser composta por profissionais da assistência social e psicologia. Além disso, a manutenção do espaço era executada por cozinheiras, cuidadores sociais e a coordenadora da casa que, no período, exercia a função de Mãe Social e morava permanente no local criado.

Conforme ocorria um aumento nas demandas, bem como as denúncias ao espaço político, em 2010, optou-se pela implantação de mais uma casa, com o objetivo de tornar o atendimento mais individualizado e de qualidade. A casa foi nomeada como Casa Abrigo Menino Jesus II. Essa alteração também atingia a troca de faixa etária, momento no qual essa casa em específico passaria a atender o público de crianças de zero a seis anos de idade.

Foi nesse viés que a última Casa Abrigo foi implantada. Conhecida como Casa para Adolescentes essa visava atender a um público de uma faixa etária de 12 a 18 anos. Visto que as demandas pessoais e multidisciplinares para essa categoria são diferenciadas, o intuito maior desse espaço é proporcionar um preparo para a vida adulta, ofertando condições necessárias para estudo, qualificação e uma possível experiência de estágio laboral advinda de parcerias com outras instituições inseridas na Política de Assistência Social.

No que diz respeito a atual organização das Casas Abrigo, elas permaneceram entre os seguintes parâmetros: Casa Abrigo Menino Jesus I: de zero a seis anos de idade; Casa Abrigo Menino Jesus II: de seis a doze anos de idade e Casa para Adolescentes de doze a dezoito anos de idade. Em relação à composição de equipes, cada Casa organiza-se de acordo com a demanda atendida, ou seja, quanto maior o número de crianças e adolescentes em situação de violência, maior o número de servidores para atuar na oferta do serviço. Cabe ao governo organizar-se para suprir a necessidade desses profissionais, pois em cada casa institucional é ofertado cerca de 20 vagas. Desse modo, o quadro de servidores é composto por diferentes profissionais nas áreas de: serviços gerais, cuidadores sociais, assistente em desenvolvimento, coordenador e equipe de referência composta por uma Psicóloga e uma Assistente Social (TOLEDO, 2022).

Com relação aos aspectos metodológicos, para garantir uma aproximação maior com o campo de investigação científica em torno do objeto, a pesquisa será de tipo exploratório, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito e/ou a construir hipóteses. O universo da pesquisa é composto por discussões referentes à oferta e organização da instituição Lar Belém e o processo de implantação das Casas Abrigo do Município, sendo utilizadas fontes orais coletadas por meio de entrevistas a assistentes sociais e servidores que participaram do processo de implantação do Serviço de Acolhimento Institucional.

Acerca do uso de fontes orais, Portelli (2010) contribui nessa conceituação ao constituir a história oral como forma de diálogo entre entrevistado e entrevistador, que envolve experiências e narrativas compartilhadas pelo grupo ao qual pertence o primeiro.

De acordo com Penna (2005), as fontes orais devem fundamentar-se em uma contribuição metodológica de instrumentos de discursos fotográficos, análise consistentes, confiáveis e generalizáveis da pesquisa. Através desses mecanismos a possibilidade de realizar entrevistas com sujeitos que podem testemunhar acontecimentos, fatos históricos, conjunturas, modos de vida, entre outras perspectivas, possibilitou a abertura de uma nova forma de dialogar com a fonte utilizada. As entrevistas tomadas como fontes, possibilitam uma forma de aproximação da própria realidade, em um trabalho que consiste transformar vivências, experiências, memórias, em uma linguagem – e nesse viés a valorização da perspicácia dos detalhes.

Com o objetivo de proporcionar uma relação entre passado e presente, a memória coletiva possibilita referenciar o passado para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, buscando um sentido de construção de uma identidade tanto individual, quanto grupal. A memória é assim guardada e solidificada, com acontecimentos passados que deixam marcas, registros, alterações, modificando a matéria existente, sendo fundamental para perpetuidade das estruturas institucionais da sociedade. De acordo com Pollak<sup>1</sup> (1989), apesar de nenhum grupo social manter sua existência garantida, a memória pode sobreviver a sua desconstituição. “O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (POLLAK, 1989, p. 10).

Utilizamos para esta pesquisa a técnica da entrevista semiestruturada, pois representa aquela “[...] em que questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna [...] [esta] obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais” (SEVERINO, 2007, p. 125). Este tipo de entrevista é a que também possibilita estruturar-se por meio de questões previamente elencadas e além de suscitar novas questões ao longo do processo de realização da entrevista, quando pertinente.

---

<sup>1</sup> O autor apropria do conceito de memória coletiva proposto pelo Maurice Halbwachs, sendo Halbwachs o primeiro a discutir a memória de um ponto de vista social e não biológico.

Por fim, utilizaremos de fontes documentais oficiais em busca de encontrar dados a respeito de todo processo de criação do serviço de Acolhimento Institucional, sobretudo, quanto às demandas da época, ao contexto social, político e econômico que relacionados ao município de Toledo/PR. Com tais dados, buscaremos comparar a atual organização do Serviço de Acolhimento Institucional com as expectativas do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente para descrever, compreender e explicar as relações entre o global e o local em determinado fenômeno, fundamentando-se na compreensão do objeto, na organização e no contexto no qual está inserido.

O primeiro capítulo tem como objetivo recuperar o processo histórico do município de Toledo. Buscando situar o leitor da região que será abordada, apresentar-se-a questões pertinentes de organização e desenvolvimento municipal, os principais índices e dados populacionais que possam caracterizar o contexto das instalações das entidades não-governamentais. Em seguida, o foco se dará em apresentar as primeiras instituições que se organizaram através da ação social dos cidadãos e passaram a ofertar os primeiros serviços assistenciais. Essa apresentação será elencada com os acontecimentos nacionais no período. Por fim, uma análise e apresentação ocorrerá em torno das atuais instituições sociais municipais, quais os novos serviços inclusos e qual o destino escolhido para as entidades não-governamentais.

Ao reconhecer a necessidade de uma intervenção em âmbito social que amenize os impactos gerados pelo capitalismo, o Estado passa então a direcionar-se para a manutenção da classe trabalhadora por meio da utilização da política social como estratégia governamental. Marx aponta a enorme variedade de elementos e relações sociais como a centralidade das contradições entre essas forças produtivas e as relações sociais de produção, com um fato que se destaca principalmente ao direcionar-se não somente as questões trabalhistas no chão da fábrica, mas sim na rede na qual esses trabalhadores estão inseridos, em soma de profundas desigualdades (FONTES, 2010).

Entender que este é o papel clássico do Estado, a defesa e incentivo da expansão do capital, também se relaciona a necessidade da criação e manutenção das políticas sociais. Netto (2007) reforça essas mudanças ao refletir em sua obra que o crescimento da pobreza tem razão direta ao aumento da capacidade social em produzir riquezas. Diferentes estágios da produção capitalista também resultam em diferentes expressões da “questão social” e suas

manifestações na sociedade. E para essa consolidação se integra a utilização de aparelhos privados de hegemonia, que além de exercer um papel de alienação, procura diluir as lutas de classes (FONTES, 2010). A autora ainda complementa como Gramsci entende essa sociedade civil como integrante ao Estado, que possui aparelhos privados de hegemonia que buscam atingir uma organização subjacente.

Dessa maneira, segundo Fontes (2010) efetivar a ação capitalista requer a reunião entre fatores, sendo eles a exploração do mais-valor e o disciplinamento da população à sua subalternização, resultando massivamente em força de trabalho que se torna disponível para o capital e incorporada ao mundo mercantil. Ademais, vale refletir sobre os impactos gerados através dessa união, exigindo – ainda que minimamente – uma posição do Estado frente às demandas da sociedade, respondendo na forma de concessão de alguns direitos que possam garantir a manutenção e a continuidade de sua própria contradição na reprodução da dinâmica capitalista.

Através dessa compreensão, algumas garantias de proteção são direcionadas as crianças e adolescentes, que eram estigmatizados como uma ameaça à sociedade. Além disso, Fontes (2010) aponta em como a dominação burguesa ocorre simultaneamente em múltiplos níveis, envolvendo a produção do mais-valor até o Estado, mas que perpassa também pela cultura e pelas modalidades que envolvem a participação política.

Nessa perspectiva, há um direcionamento para incorporar o trabalhador e sua família a sociedade, passando a entendê-lo não mais como sujeito isolado, mas atingir uma perspectiva universal entre suas relações. É somente passada a era de ditadura no país, diante da diminuição do controle repressivo e autoritário do Estado sobre a sociedade, que a política social passa a ser sinalizada e desenvolvida.

Dessa forma, pode-se afirmar que não há política social desligada das lutas sociais. De modo geral, o Estado assume algumas das reivindicações populares, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Certamente, não se estende a todas as reivindicações, mas na aceitação do que é conveniente ao grupo dirigente do momento (VIEIRA, 1992, p. 23).

O primeiro capítulo tem como objetivo recuperar brevemente a concepção de direitos das Crianças e dos Adolescentes no país, especialmente no Oeste do Paraná. Em um intuito de possibilitar uma contextualização que perpassa de um momento de invisibilidade, lutas e

movimentos, até a gradual construção e entendimento desses sujeitos como seres de direitos, resultando assim a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No segundo capítulo, uma discussão será pautada no serviço ofertado na instituição Lar Belém. Considerando esse espaço como um dos primeiros Orfanatos da região Oeste do Paraná, a intenção é identificar como eram ofertadas a rede de apoio e proteção às crianças e adolescentes do período, qual a relação que o serviço possuía com as famílias dos abrigados, quais atividades eram ofertadas, assim como detalhes sobre a rotina, a distribuição de tarefas e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Além disso, como foi a transição da instituição quando se teve a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente, quais mudanças foram exigidas e qual a posição da instituição perante aqueles sujeitos que habitavam aquele lugar. Aqui apresentar-se-á as entrevistas realizadas com as profissionais da antiga instituição.

Já no terceiro capítulo apresentarei a Política de Assistência Social em seus diversos segmentos e o Sistema Único de Assistência Social, que executa e fundamenta os serviços prescritos na lei. Entre eles, encontra-se o Acolhimento Institucional, sobre o qual será apresentado suas normativas, direcionamentos e funcionamento para a execução do serviço, com vistas a concluir o desenrolar da pesquisa, abordando múltiplas determinações e contribuindo para possíveis investigações futuras. Objetiva-se compreender a organização desse serviço dentro do Município de Toledo/PR.

A visibilidade da fonte Sociedade Beneficente Lar Belém ganha ênfase, pois considera-se uma temática totalmente nova abordada na história das crianças e adolescentes do município de Toledo. Além disso, a mesma possibilita um paralelo entre direitos das crianças e adolescentes antes e depois da criação do ECA, que é o objetivo da pesquisa.

Poder observar a relação entre a instituição Lar Belém e o atual Serviço de Acolhimento Institucional do Município de Toledo/PR é apresentar as mudanças significativas e necessárias que ocorreram dentro da esfera de direitos das crianças e adolescentes. Identificando a importância necessária do Estatuto da Criança e do Adolescente para esse público e como as políticas sociais passaram a atuar frente à essa nova legislação, a pesquisa será desenvolvida e analisada através desse comparativo, para por fim compreender a importância da atual organização do Serviço de Acolhimento e Institucional e o avanço de direitos que essa oferta possibilita.

## **Capítulo 1 - A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO, PARANÁ.**

### **1.1 Situando o município de Toledo.**

A colonização do município de Toledo teve início no final do século XIX, momento no qual a região oeste do Paraná começou a ser explorada por colonos vindos de outras partes do Brasil e de países como Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia.

Em 1946, foi criada a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que tinha como objetivo principal promover a ocupação e o desenvolvimento da região. A partir de então, foram implantados projetos de colonização que atraíram muitas famílias de agricultores, que se estabeleceram em propriedades rurais e deram início à produção de variados grãos, principalmente de milho e feijão. Com o aumento do desenvolvimento, em 1951, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um censo que apontou a necessidade de criar um novo município próprio para a região. No ano seguinte, em 14 de dezembro de 1952, foi criado o município de Toledo, que teve como primeiro prefeito Cyro Carlos de Melo.

A partir daí, o município se desenvolveu rapidamente, com a chegada de novas indústrias e empresas, que diversificaram a economia local. Atualmente, a cidade é um importante polo agroindustrial e comercial do estado do Paraná.

Considerando que o diálogo com a micro-história possibilita compreender a organização social e seus direcionamentos, a seguir buscou-se situar o município de Toledo apresentando suas principais particularidades e tipos de abordagens. Jacques Revel (1998) contribui com a compreensão que a micro-história, apesar de ser uma história que se atenta ao cotidiano e particular, está ligeiramente ligada a realidade macro, aos processos mais amplos da sociedade. A contribuição do historiador possibilita refletir sobre as dinâmicas sociais, envolvidas na processualidade histórica.

O município de Toledo encontra-se localizado na região oeste do Estado do Paraná, em uma distância de 555 km da capital Curitiba. Formado a partir de um processo elaborado de colonização, é resultado de uma ação executada pela empresa Industrial Madeireira

Colonizadora Rio Paraná S.A., MARIPÁ, que tinha como objetivo ampliar suas indústrias adentrando em novas regiões e explorando o que por lá encontrava.

Seu nome é em homenagem ao Arroio Toledo, um rio que durante o período de colonização era utilizado para dar acesso aos transportes de produtos dos comerciantes. Escolhido pelos ingleses, o nome também faz menção ao Sr. Toledo, aquele que mantinha um pouso próximo ao rio no qual futuramente ficaria conhecido pelos estrangeiros como Pouso Toledo.

O espaço planejado também contou com colonizadores que vieram das terras gaúchas. Alfredo Paschoal Ruaro e Alberto Dalcanale chegaram nas terras toledanas graças aos soldados rio-grandenses que, ao retornarem para as terras gaúchas, anunciaram a abundância e as riquezas do Estado do Paraná. Ao desembarcaram em Toledo para dar início às primeiras construções de casas da região, o território ainda era pertencente a Federal do Iguazu, considerado como um projeto de colonização que se desenvolvia rapidamente<sup>2</sup>. "Pela sua localização geográfica, constitui-se em uma área geopolítica estratégica e de relevância para a integração dos povos do Cone Sul da América" (LEMOS, 1997).

Como citado anteriormente, foi somente em 14 de novembro de 1951, através da Lei nº 790, que ocorre a definitiva divisão político-administrativa entre o município de Foz do Iguazu e o município de Toledo. Já no ano seguinte, acontece a primeira eleição, que instala, no dia 14 de dezembro, Ernesto Dall'Oglio como prefeito. Toledo então constitui parte do Terceiro Planalto Paranaense, sendo divisa ao norte com Palotina e Nova Santa Rosa; ao nordeste com Assis Chateaubriand e Tupãssi; ao leste com Cascavel; ao sul com Vera Cruz d'Oeste e Céu Azul; ao sudoeste com Vera Cruz d'Oeste e Matelândia; ao oeste com Santa Helena e Marechal Cândido Rondon (Apud SPIELMANN, 2008).

Desde sua emancipação política, o município passou a receber um grande número de migrantes diariamente, sendo os três primeiros anos dessa década marcados como o maior aumento populacional da região. Viabilizando a grande influência sobre os outros municípios, Toledo passou de fronteira agrícola para fronteira agroindustrial. Desde então, o município entrou em um longo processo de tentativa de desenvolvimento, o que desencadeou

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar a participação dos trabalhadores da Argentina e Paraguai nesse período, pois eram a mão de obra que predominava nessas regiões, no qual trocavam trabalho em troca de produtos necessários para sobrevivência.

investimentos na área do agronegócio e nas indústrias, viabilizado por um forte incentivo para a vinda de indústrias para o município.

Entretanto, nesse novo conceito de desenvolver-se, o êxodo rural é desencadeado e a população passa a sofrer com o alto nível de produção na terra e a poluição das águas próximas - devido a utilização de agrotóxicos - necessitam alterar os métodos de cultivos. Outro fator que acarretou mudanças municipais está diretamente ligado com a exploração desenfreada que passaram a realizar nas florestas.

Esses dados refletem no cenário do planejamento público, que agora transpôs a destinar uma preocupação quanto ao saneamento básico, infra-estrutura urbana e rural. Tal organização atraiu novos investimentos privados, a regulamentação das indústrias gerou a necessidade de planejar o entorno da área urbana, criando a comunicação dos sistemas de águas sanitárias, esgoto, ambientes de recreação e também a proteção paisagística da cidade. (WILLERS, 2007)

Atualmente com uma população estimada em 142.645 pessoas, segundo o IBGE (2020), o município precisa organizar-se em recursos públicos federais e estaduais, para ofertar obras públicas e de infra-estrutura urbana com saneamento básico que atenda esgoto, rede elétrica, asfalto, transporte coletivo, entre outras necessidades sociais consideradas básicas. Fator esse que merece atenção diferenciada com o público de crianças e adolescentes, que além de necessitarem desses serviços, precisam estar legalmente amparados pelo tripé Estado, família e sociedade.

No que diz respeito à economia municipal, essa está voltada para a produção agroindustrial, contendo ainda a criação de aves e leite, a produção de grãos, como soja, trigo, milho, feijão, girassol e amendoim, e ainda, algodão, fumo e mandioca. A produção agropecuária está em crescimento na economia, com a produção desses alimentos e da pecuária, Toledo e a microrregião concentram um grande número de rebanho de suínos a nível estadual e nacional (TOLEDO, 2021). Sua divisão territorial corresponde a vinte e dois bairros pela cidade, além de nove diferentes distritos pertencentes ao perímetro municipal (BRASIL, 2021).

Essa distribuição de bairros possibilita perceber o crescimento contínuo da população e do aumento das regiões, evidenciando as expressões da desigualdade social, através das expressões da “questão social”, resultado da contradição entre capital e trabalho. O novo

contexto social que por ali se instalava, fez com que a sociedade civil se sensibilizasse e passasse a se organizar em entidades que prestassem serviço e atendimento para pessoas em vulnerabilidade social, reunindo-se em grupos e espaços que pudessem contribuir para uma melhoria social. Em contrapartida, observa-se a configuração de uma proposta protetiva fundamentada na afirmação que a proteção deve ocorrer por meio da própria garantia de direitos sociais universais, consolidando a cidadania e a equidade social. Nesse viés, a família é vista como atingida pela desigualdade social.

Netto (2007) também reforça essa mudança ao refletir que o crescimento da pobreza tem razão direta com a produção de riquezas, resultando assim em uma produção que passa a visar a acumulação capitalista, gerando um processo que dá origem a “questão social”<sup>3</sup> na sociedade capitalista. Em sua obra Cinco Notas a propósito da Questão Social, Netto conceitua a “questão social” como sendo um resultado do adentro da sociedade no século XIX e da Revolução Industrial, onde a riqueza produzida socialmente passa a ser apropriada privadamente por esta mesma classe, momento em que as manifestações imediatas da “questão social” passam a emergir, sendo entendidas como um desdobramento da sociedade moderna, um fenômeno de impactos gerados através da locução entre capital e trabalho e, mais exatamente, de sua contradição.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. (NETTO, 2001, p. 45).

Dessa maneira, a “questão social” se manifesta na vivência do dia a dia, atingindo a população com problemas como o desemprego, a desigualdade, o desamparo, entre outras. Observa-se a “questão social” intrínseca ao modo de produção capitalista, porque a estrutura deste tipo de sociedade se funda na contradição entre capital e trabalho. Nessa lógica, a instituição que acaba sendo afetada é a própria família. E dentro desse contexto, que o município de Toledo passou a necessitar ofertar um atendimento social.

Essa perspectiva demonstra como a socialização ocorre em todos os espaços da cultura popular. O mesmo acontece no espaço institucional com a ideia de proporcionar uma ação

---

<sup>3</sup> “A expressão ‘questão social’ surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. A designação desse pauperismo relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos” (NETTO, 2001 p. 42).

socializadora. De fato, esse processo não ocorre de maneira linear e homogênea, pois a influência do meio interfere nas ações - até mesmo as ações governamentais modificam a multiplicidade das possibilidades. Alguns municípios possuem uma postura marcante na esfera da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em concepção de direitos e espaços de atendimento.

Entretanto, o processo de socialização não se limita somente a partir dos dispositivos de poder. Isso porque, apesar de as crianças e adolescentes serem compreendidos como sujeitos de direitos, alguns planos e projetos não se desenvolvem além do papel. O que por vezes resulta em uma culpabilização da própria família por encontrar-se naquela situação.

Percebe-se que a raiz da violência está relacionada com o contexto social, histórico e cultural de uma sociedade e não somente com questões interpessoais decorrentes da individualidade de cada família. O resultado poderá atingir diretamente o desenvolvimento das crianças e adolescentes, fatores que constituem situação de vulnerabilidade social.

Outro ponto importante está pautado na relação entre Estado e Município. A articulação ocorre de acordo com o tamanho do município e suas necessidades de organização dos serviços. A seleção não é aleatória, pois deve seguir um norteamento financeiro na distribuição de verbas.

Diante do exposto, buscou-se demonstrar o contexto no qual estão inseridas as primeiras instituições filantrópicas do município de Toledo, apresentando suas formas de organização e os objetivos elencados de oferta de atendimento. O objetivo está pautado em analisar os serviços que eram direcionados para as crianças e adolescentes da região. Vale ressaltar que o período de criação dessas entidades é anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ou seja, um funcionamento que não seguia um padrão nacional e sim uma legislação própria.

## **1.2 As primeiras manifestações de direito das crianças e dos adolescentes, uma breve contextualização nacional.**

No Brasil não é recente o fato da diferença social, presente na sociedade como um todo, ser vivenciada por crianças e adolescentes. Inseridos em uma família considerada culpada pela criação desses indivíduos, o alvo das “questões sociais” nessa faixa etária tem

nome: criança pobre. A irregularidade pauta-se em um processo social e cultural, as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na formação do país, e, sobretudo, o empobrecimento e a miséria, resultaram em alterações nos arranjos familiares que conseqüentemente impactavam sobre a prática de institucionalização desses sujeitos. Compreender a infância atrelada às configurações sociais vivenciadas é remeter a constituição histórica da formação social brasileira.

Em primeiro lugar, observa-se como constituinte à formação do país a ligação existente entre o Estado e Igreja. Essa impôs suas primeiras iniciativas religiosas ainda no período de colonização<sup>4</sup> em 1500. Com o objetivo de conversão da população negra e indígena para a fé cristã, a chegada dos Padres Jesuítas ao Brasil introduziu como instrumento de educação a catequese. Essa educação ocorreu juntamente com o povoamento da terra e sua forma de organização incluíam tanto a Coroa Portuguesa como a Companhia de Jesus. De acordo com Rizzini e Pilotti (1995, p. 182), “[...] acreditando serem os índios tábulas rasas onde tudo se podia imprimir, voltaram-se os jesuítas, prioritariamente, para a educação das crianças [...]”

Os jesuítas foram uma das principais ordens religiosas que atuaram no Brasil durante o período colonial, entre os séculos XVI e XVIII. Eles chegaram ao país em 1549, com a missão de catequizar os povos indígenas e converter a população ao cristianismo. As práticas dos jesuítas no Brasil eram baseadas em um modelo de evangelização que buscava integrar as culturas indígena e europeia. Para isso, os missionários aprendiam a língua dos povos com quem trabalhavam e adaptavam as cerimônias religiosas aos costumes locais. Além disso, eles construíram escolas e oficinas para ensinar os ofícios europeus aos índios. O modelo de ensino adotado pelos jesuítas no Brasil era baseado no sistema educacional da Companhia de Jesus, que já havia sido implantado em outros países. As escolas jesuítas eram internatos, onde os alunos passavam o dia todo e recebiam formação em diversos campos do conhecimento, como línguas, matemática, ciências e filosofia.

---

<sup>4</sup> O avanço da colonização também acarretou em mudança na força de trabalho. A mão de obra indígena passou a ser secundária – ainda que não de todo abandonada em diversas regiões – e é substituída pela entrada massiva de escravizados trazidos da África. Neste novo cenário, as crianças africanas eram consideradas plenamente como mão de obra escrava. De acordo com Santos as crianças eram vistas “[...] como escravos em potencial que se diferenciavam do escravo adulto pelo tamanho e pela força, mas que logo se tornariam ‘úteis’ para a sociedade escravista” (SANTOS, 2007, p. 228).

A partir da presença dos jesuítas, práticas educacionais sistemáticas passam a ser inseridas no cotidiano da colônia. As escolas jesuíticas implantaram elementos como leitura e, escrita, criando mecanismos para fortalecer a formação religiosa, construindo casas e colégios, atraindo indígenas e mestiços, amparando órfãos, tornando assim os jesuítas os educadores do Brasil por mais de 200 anos. (RIZZINI; PILOTTI, 1995).

O avanço da colonização também acarretou em mudança na força de trabalho. A mão de obra indígena passou a ser secundária – ainda que não de todo abandonada em diversas regiões – e é substituída pela entrada massiva de escravizados trazidos da África. Ao longo dos séculos XVI e XVII, “[...] O negro, foi, portanto, trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura [...]” (PINSKY, 2010, s.p.). Neste novo cenário, as crianças africanas eram consideradas plenamente como mão de obra escrava. De acordo com Santos as crianças eram vistas “[...] como escravos em potencial que se diferenciavam do escravo adulto pelo tamanho e pela força, mas que logo se tornariam ‘úteis’ para a sociedade escravista” (SANTOS, 2007, p. 228).

Quando as crianças escravizadas atingiam entre sete e oito anos de idade ingressavam compulsoriamente no trabalho produtivo, realizando uma passagem de criança para adulto.

A concepção de infância nesse período não era homogênea, existindo diferenças substanciais entre a criança escrava, a indígena e a branca, demarcadas pela situação étnica e de classe que cada uma ocupava na sociedade. A natureza de classe da sociedade colonial construiu a concepção de infância de acordo com as necessidades do dinamismo do sistema, ou seja, a criança escrava deveria trabalhar com o objetivo de dar retorno ao investimento do seu proprietário (SANTOS, 2007, p. 228).

Ainda no período da colônia, a infância abandonada passou a ser vista como um grave problema. Diante da situação social e econômica, o número de crianças abandonadas nas ruas, portas das casas e até mesmo em Igrejas, aumentou significativamente (RIZZINI; PILOTTI, 1995.). Em virtude dessa situação, em 1726 foi criada a primeira Roda de Expostos sobre a responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, tratando os expostos de acordo com suas posturas. A “Roda” exercia a seguinte função:

[...] A utilização desse tipo de engrenagem permitia o ocultamento da identidade daquele (a) que abandonava. (...) A manutenção do segredo sobre a origem social da criança resultava da relação promovida entre abandono de crianças e amores ilícitos. Os espaços especialmente destinados a acolher crianças, visavam, num primeiro momento, absorver os frutos de tais uniões. Com o tempo, essas instituições passaram a ser utilizadas também por outros motivos. (...) Casa dos Expostos, Depósito dos Expostos e Casa da Roda eram designações correntes no Brasil para os asilos de menores abandonados [...] (GONÇALVES apud ALMEIDA, 1987, p. 37-38).

A situação de abandono limitava-se a realizar uma espécie de acolhimento – essa sem qualquer intervenção judicial, não continha nome, registro, data de nascimento, ou qualquer informação da criança – com o intuito de diminuir as exposições nas ruas. O crescimento de crianças deixadas na Roda de Expostos fez com que novas medidas fossem implantadas. É nesse cenário que podem ser encontradas as amas de leite, compondo uma espécie de “banco de leite”, vinculando ao cuidado da criança com uma espécie de pagamento – esse, variava de acordo com a faixa etária – em parceria com as instituições. Estas amamentavam, se ainda necessário, e criavam as crianças em suas próprias casas. Com a idade de sete anos as crianças já eram encaminhadas para uma família na qual poderiam aprender uma profissão, e trabalhavam para guardar comida e pouso (SCHACH, 2015, p. 78).

A proclamação da Independência do país em 1822 dá início a uma nova fase, decorrente da formação do Estado Nacional e de sua administração. Com o crescimento da população e das cidades, novas atividades e serviços passam a ser estabelecidos no cotidiano brasileiro. No meio desse cenário as crianças passavam a exercer diferentes funções na sociedade, trabalhavam como adultos, “moleques de recados”, vendedores ambulantes, tornando a rua sua moradia (SCHUELER, 1999).

O marco da Constituição de 1824 regulamentava as primeiras leis com o objetivo de relacionar a sociedade civil e a política recém-instruída. A primeira e uma das principais mudanças observadas no sancionamento do Código de 1830 é a diferenciação entre os indivíduos, identificando-os como menores e maiores de idade.

Basicamente o que se vai considerar na lei de 1830 é o estabelecimento da responsabilidade penal para menores a partir de 14 anos (art.10, #1), acrescentando que, “se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às Casas de Correção pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos” (RIZZINI; PILOTTI, 1995, p. 148).

A distinção criminal agia em termos de responsabilidade civil; os menores de 14 anos passaram a ser considerados como seres inimputáveis, como destaca Schuler (2002, p. 378) “a responsabilidade penal plena foi prevista para todos os indivíduos a partir dos 14 anos de idade, marco jurídico na passagem para a vida adulta”. As instituições destinadas à correção dos crimes cometidos pelos menores de 14 anos se configuravam em “casas de prisão, trabalho e correção”. O cumprimento dessa pena seria decidido pelos juízes criminais de cada caso, ou seja,

não havia distinção entre os juízes, o mesmo que avaliava casos adultos, passava agora a avaliar casos da infância entre criança e adolescentes.

Quanto ao Código Criminal de 1830, a lei incluiu categorias distintas para o tratamento de criança e adolescente. Entre elas existiam o termo abandono e desvalido, diferenciando-se de acordo com a estrutura familiar. Stamatto (2016) destaca que o abandono era de alguém desprotegido e desamparado, quando não havia um adulto que pudesse realizar o cuidado dessa criança, enquanto que a criança desvalida seria aquela considerada pobre, mas que tinha algum familiar próximo que o apoiava.

A principal característica frizada é que o menor que cometesse um ato infracional é diferente daquele considerado órfão, logo os encaminhamentos também mudavam. Os órfãos recebiam um tratamento específico, ficando sob a responsabilidade do Juiz de Órfãos. “Este cargo havia sido criado pelo rei de Portugal D. João V, nas vilas com mais de 400 moradores, entre os anos de 1709 e 1711” (STAMATTO, 2016).

A diferenciação sexual também era presente. Os meninos eram destinados a um asilo nomeado “Meninos Desvalidos”, caracterizado como uma espécie de internato que ofertava educação para meninos de 06 a 12 anos. Enquanto que as meninas órfãs e desvalidadas eram direcionadas a recolhimentos femininos de cunho religioso. A educação delas limitava-se ao aprendizado de atividades domésticas, de agulhas e na instrução elementar, com contato restrito ao mundo exterior. Segundo Rizzini (2004, p. 27), “De lá só podiam sair casadas, com dote garantido pela instituição, através de legados ou doações, ou através do ‘favor’ dos governos das províncias”.

O investimento na área social, direcionado para amenizar as mazelas da pobreza, foi impulsionado através da inserção do país no processo de industrialização e urbanização. De acordo com Ianni (1992, p. 21), foi a partir da República que o país “[...] liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria [...]” para acompanhar a industrialização e a urbanização do capitalismo já ocorrida nos outros países centrais do globo. Uma das principais mudanças, aponta, é a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, alterando as rotinas e vivências das famílias, o que atingia também as crianças e adolescentes, aumentando grandemente o número de menores abandonados e o nível de criminalidade nessa faixa etária.

A esfera jurídica nesse momento passou a destacar-se nas decisões e nos encaminhamentos sociais desses sujeitos, com o objetivo em garantir a própria ordem pública. De acordo com Irene Rizzini (2008, p.11), a legislação que faz menção à infância nas primeiras décadas no Brasil será em torno do recolhimento de crianças órfãs e expostas, preocupação fundada na ideologia cristã de amparar a infância abandonada.

Entretanto, o advento da República, em 1889, não trouxe muitas transformações para as crianças e adolescentes, pois essas seguiam enfrentando um contexto cruel, muita pobreza, desordem, abandonos de famílias e responsabilidades direcionadas desde muito jovens. O investimento na área social, direcionado para amenizar as mazelas da pobreza, foi impulsionado através da inserção do país no processo de industrialização e urbanização. Uma das principais mudanças é a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, alterando as rotinas e vivências das famílias, o que atingia também as crianças e adolescentes, aumentando grandemente o número de menores abandonados e o nível de criminalidade nessa faixa etária.

Na primeira década do século XX, a circulação de ideias higienistas ensava as políticas governamentais, seguindo um modelo campanhista atuação das ideias higienistas desencadeia um modelo campanhista oriundo de campanhas sanitárias e baseado principalmente na imunização em massa e fiscalização de hábitos com a saúde. Convencionou-se nomear esse período como “movimento higienista” (SOARES, 1990) ou “movimento sanitarista” (HOCHMAN, 1998), tendo como objetivo central aprimorar a saúde coletiva e individual. De acordo com Perez e Passone (2010, p. 653) “essas mudanças ocorriam influenciadas pela passagem do Império à República e da sociedade escravocrata à organização da sociedade livre e de trabalhadores, período vinculado ao despertar do sentimento de nacionalidade e ao início da industrialização do país.”

Dessa maneira, pressionado por movimentos sociais e correndo o risco de diminuir a harmonia entre capital e trabalho, o Estado passa a responder – ainda que minimamente – as demandas da classe trabalhadora, realizando a concessão de alguns direitos.

Essas considerações implicam compreender a necessidade da criação estatal de algumas garantias à proteção da criança e do adolescente, o que anteriormente eram ofertadas apenas pela Igreja Católica. Esse reconhecimento passou a ser visualizado a partir da criação do Código de Mello Matos em 1927, sendo conhecido como Código de Menores, que seria a

primeira legislação a dar um tratamento mais sistemático à criança e ao adolescente (AZEVEDO, 2016). Essa lei tem como particularidade um grande número de alterações em sua concepção de um ano para o outro, o que geraria novos artigos e capítulos. Em sua ideia primordial, a discussão baseava-se na intenção de implantar uma proteção social que fosse sistemática para a área da infância, direcionando-a apenas para aquelas que estavam em “situação irregular” como define em seu Artigo 1º:

Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores: I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular; II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei. Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação (BRASIL, 1927, s.p.).

Apesar de o discurso estar relacionado à proteção da criança e do adolescente, o intuito maior estava sempre na intenção de controle social. Isso porque, de acordo com a Rizzini (1995), a preocupação maior estava voltada aos “delinquentes” e à própria ação do ato infracional, ou seja, o objetivo era amenizar esse impacto na sociedade.

[...] A proposta maior que agitava o meio jurídico era a de uma mudança na própria conceituação de justiça. Visava-se uma humanização da justiça e do sistema penitenciário. No rastro deste movimento, é que o caso específico da criança foi contemplado. Ganhava força a ideia de que era necessário “compreender a pretensa criminalidade infantil”, promovendo o seu afastamento da área penal. (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 112)

Como citado anteriormente, o Código de Menores era direcionado não para todas as crianças, mas sim aquelas consideradas abandonadas ou delinquentes, o que resultou na utilização da terminologia “menor”. De acordo com Neri e Oliveira (2010, p. 3), o termo menor passa “[...] a denominar uma categoria perigosa ou com possibilidade de oferecer perigo se não houvesse interferência institucional do Estado [...]”. “Menor” definiria assim uma categoria relacionada ao abandono, à delinquência, à irregularidade, estando quase sempre ligados a uma classe excluída. A “doutrina de irregularidade” passa a ter uma dimensão política e econômica ao assumir a responsabilidade da organização de elaboração e implantação de um conjunto de leis de “proteção” a criança e o adolescente, adotando como caminho o processo de institucionalização.

A aplicação de medida de internação e/ou institucionalização aos adolescentes que não apresentavam qualquer problema de conduta era definida assim, pelo simples fato de serem abandonados. A diferença para o menor delinquente era que este seria internado em uma escola de reforma e o abandonado, num asilo. (LIBERATI, 2003, p. 54).

Embora algumas instituições oficiais, filantrópicas ou de relação direta com a Igreja tenham sido criadas antes de 1930, é a partir de 1940 que o Estado passa a propor e criar ações de cunho social; a passagem da organização de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial exige do Estado o cumprimento de funções na área da saúde, educação, previdência e a própria assistência social.

Nesse sentido, o Estado passa a direcionar um mínimo de medidas que preservem seus cidadãos, passando a ofertar políticas que garantam o desenvolvimento de condições físicas e morais, incorporando o trabalhador e sua família à sociedade. Na área da criança e do adolescente, o Estado a eliminou o Código de Menores em 1932 e a barreira de proibição do trabalho antes dos 14 anos, com a criação de novos mecanismos direcionados para esses sujeitos. De acordo com Vieira (1988, p.2) isso é possível observar porque “As creches, integrando uma política de proteção à maternidade, à infância, estiveram referidas às instituições da área de saúde e assistência social, criadas nas décadas de 40”.

É em 1942 que é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) como um paralelo do sistema penitenciário para a população menor de idade. O objetivo principal do SAM era justificado na busca de proteger crianças e adolescentes que se encontravam em situação de risco, seja pela falta de recursos financeiros ou pelo abandono familiar. Inicialmente, o SAM funcionava como um órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e sua atuação se concentrava principalmente na fiscalização do trabalho de menores. Posteriormente, o órgão passou a ter uma atuação mais abrangente, oferecendo serviços de proteção e assistência social para crianças e adolescentes em situação de risco.

A implantação do SAM tem mais a ver com a questão da ordem social que da assistência propriamente dita. Esta instituição, que deveria orientar a política pública para a infância, é redefinida em 1944 (Decreto Lei n. 6865). Vinculado ao Ministério da Justiça e aos juizados de menores, tem como competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psico-pedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono (RIZZINI; PILOTTI, 1995, p. 68).

Entretanto, a atuação da SAM tinha como características os maus tratos aos menores, apontados por Rizzini e Pilotti (1995), inclusive com a utilização de castigos corporais nas instituições, destacando casos tão extremos quanto a própria morte. Outro fator importante estava relacionado à estrutura providenciada para oferta desse serviço, com uma alimentação

de caráter duvidoso, o grande número de atendidos – para um espaço inadequado – a falta de higiene, entre outros conceitos que desfavoreciam a oferta de um serviço de qualidade. A questão de gênero novamente entra em ascensão, os estabelecimentos femininos eram rodeados de denúncias de violência sexual e a própria prática de trabalho doméstico, relacionado à construção histórica do lugar da mulher com os cuidados da casa.

A partir de 1964, houve uma mudança no regime político. Os militares dominam o poder e com isso adotam uma série de medidas. A ditadura implantada perdurará por 25 anos. Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a proteção e os direitos das crianças e adolescentes foram amplamente violados, especialmente por conta da política repressiva adotada pelo regime. Muitas crianças e adolescentes foram vítimas da violência e da repressão, principalmente aquelas que tinham algum tipo de envolvimento com movimentos sociais e políticos contrários ao regime militar. Muitos jovens foram presos, torturados e até mesmo mortos pelos agentes do Estado. Além disso, a falta de políticas públicas efetivas para proteger as crianças e adolescentes em situação de risco social também foi uma marca desse período. A assistência social era precária e muitas crianças e adolescentes acabavam nas ruas, sem acesso a educação, saúde e condições mínimas de sobrevivência.

Santos (2012, p. 87) caracteriza o papel do Exército nesse período como: “Esse órgão adquiriu tamanha autonomia em face do executivo, que se notabilizou pelas perseguições, torturas e desaparecimentos [...]”. Esse contexto de mudanças refletiria também no atendimento da criança e do adolescente – agora inserido em um período ditatorial – o que significaria um retrocesso histórico e o retorno em práticas higienistas, julgamentos, preconceitos e com práticas repressivas em vez de assegurar direitos.

O Golpe Militar de 1964, entretanto, desarticulou o movimento que propunha um atendimento menos repressivo, uma estratégia integrativa e voltada para a família, uma vez que, o novo ordenamento institucional reverteu todos os propósitos educativos e integrativos propostos por lei ao novo órgão (FALEIROS, 1995, p. 49).

Almejando diminuir as expressões da “questão social” o Estado passa a intervir na sociedade. Na área da infância e adolescência houve a instauração da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada no dia 1º de dezembro de 1964, através da Lei nº 4.513. A principal característica dessa instituição é a parceria entre as esferas públicas e privadas, em uma negociação de convênios, que vai fornecer diretores da Política Nacional que envolve o Bem Estar do Menor (PNBEM).

Estava em vigência uma doutrina menorista<sup>5</sup>, isso porque é com a criação da FUNABEM que se desenvolve uma política direcionada para institucionalização do menor abandonado e do infrator. O milagre econômico teve efeitos em alguns setores da economia do país em diferentes áreas do Brasil, sejam elas da esfera federal, estadual ou municipal. No caso do município de Toledo, esse período foi marcado pela criação da empresa Sadia, na qual possibilitou o recrutamento de empregadores da região e um ápice ao desenvolvimento urbano (BOSI, 2019). O resultado dessas criações refletiu no êxodo rural, com o processo de mecanização da agricultura.

A importância dos movimentos desse período está ligada à família pobre, que agora passa a contar com pequenos direcionamentos voltados para essa população. No que diz respeito às crianças e adolescentes, essa primeira concepção de direitos mais tarde geraria a necessidade de alteração do próprio Código Mello Mattos de 1927, adotando um novo Código de Menores em 1979.

O Código de 1979 define como situação irregular: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal (RIZZINI; PILOTTI, 1995, p. 158).

A FUNABEM teve como principal objetivo a implantação de programas e projetos que promovessem o bem-estar físico, mental e social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A instituição atuou em diversas frentes, como a criação de abrigos, centros de reabilitação, escolas e programas de profissionalização para adolescentes. Além disso, a FUNABEM concebia “reformatórios” nos quais os menores eram direcionados em busca de uma ressocialização, sendo afastados totalmente da convivência familiar. Consubstanciando a doutrina de “situação irregular” do menor, o novo Código precisava contemplar um país do futuro, sendo assim foi reelaborado com 16 princípios de orientação. As disposições preliminares do Código abordavam assistência, proteção e vigilância aos

---

<sup>5</sup> Cultura “menorista” que trazia consigo artigos relacionados somente as crianças e adolescentes tidos como infratores e que se enquadravam nas leis específicas contidas nos códigos de 1927 e 1979. A concepção “menorista” que se destinava aos expostos (art.14 e ss, CMM); abandonados (art.26, CMM); ou delinquentes (art.69 e ss, CMM), consolidando o paradigma do “menor carente” que representava perigo moral. (RIZZINI, 2009)

considerados menores em situação irregular considerando a oferta de elementos essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória.

Nesse período também é necessário situar o fim do padrão fordista-keynesiano que se manteve até o final da década de 60 e contribuiu para a crise da década de 70, resultando em um reordenamento societário global.

O processo histórico em relação à infância no Brasil atinge, após o fim da Ditadura Militar, uma era de consolidação de direitos, possibilitando avanços no que diz respeito à criação de Políticas Sociais. No período denominado Nova República, o Estado assume algumas reivindicações populares com relação à anteriormente considerada “questão social”, compreendendo agora a necessidade de uma intervenção que amenize seus impactos frente à sociedade.

Essa ocorrência de eventos colocava a infância como centro das atenções, tanto no que diz respeito a organizações privadas, quanto a inserção em organizações públicas. A centralidade passa a ser a criança como o “futuro da nação”, alterando o cotidiano da sociedade urbana. Isso porque, em meados dos anos 80, encontravam-se nas ruas um número significativo de menores que não possuíam mecanismos mínimos para sobrevivência, o que resultava em aumento de denúncias. Rizzini e Pilotti (1995, p. 160) contribuem ao destacar que essas crianças “[...] estariam elas em ‘situação irregular’, que representavam pelo menos metade da população infantil e juvenil do país”.

A nova visão de infância demonstra a necessidade em consolidar diferentes legislações, com novos projetos e discursos voltados para a área da criança e do adolescente. Para atender e proteger a criança era necessário alcançar uma esfera de ordem pública, definindo relações entre Estado e Sociedade Civil.

Uma maior ingerência do Estado sobre as questões relativas à infância seria uma demanda frequente. Médicos, filantropos, juristas e outros intelectuais reclamavam uma ação pública mais efetiva na proteção e assistência às crianças, a necessidade de uma regulamentação do trabalho infantil e, principalmente, o total descaso com a instrução pública [...] (HANSEN, 2007, p. 36).

O Estado passou a compreender que atender a infância não se resumia apenas em ofertar a assistência social, mas sim amparar, coordenar, criar rede de instituições destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes que possibilitassem a garantia de um leque de

direitos. Como um dos recursos utilizados para amparar essa nova visão, teve-se a criação da função “mãe social” que de acordo com Rizzini e Pilotti (1995) tratava-se da inclusão em um sistema de “casas lares” que abrigavam até 10 menores, formando assim uma aldeia assistencial. A FUNABEM também esteve presente nesse período, modernizando as práticas correccionais e repressivas, modificou a metodologia de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: os programas destinados a esses menores passariam a funcionar junto às suas próprias comunidades de origem (LIMA, 2001.).

As práticas de atendimento passaram a ser divididas e o poder privado entra em ascensão. Tal fato tinha como principais objetivos baixar o custeio do Estado com esses sujeitos, realizar política clientelista com os dirigentes dessas instituições privadas e articular a gestão técnica-financeira. Nesse ambiente ocorre a expansão das Organizações Não Governamentais – ONGs, caracterizadas como terceiro setor, que são entidades sem fins lucrativos que apresentam apoio as comunidades pobres ou marginalizadas. Pilotti e Rizzini (1995) caracterizam como

[...] assistência técnica em diversas áreas assim como ajuda para a obtenção dos fundos necessários para a execução dos projetos. Estes últimos se caracterizam, geralmente, por métodos participativos originais que reforçam os próprios recursos da comunidade através da educação popular e iniciativas de auto-ajuda. Revaloriza-se assim a teoria e a prática da “ação” na base, dando novo impulso à necessidade de descentralizar os programas sociais, privilegiando o papel dos organismos comunais ou municipais na mediação entre o Estado e a comunidade. (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 42).

O surgimento das ONGs justifica-se através de diversos fatores ligados ao próprio contexto social e político do período que inicia na década de 1970, como os movimentos sociais comprometidos com as demandas populares. As Organizações Não Governamentais (ONGs) surgiram no Brasil na década de 1960, durante o regime militar, como uma resposta à falta de participação da sociedade civil nas decisões políticas do país. Nesse período, o Estado centralizava as políticas sociais e muitas entidades da sociedade civil foram cooptadas pelo governo, tornando-se incapazes de questionar e propor alternativas. Nesse contexto, surgiram as ONGs como uma forma de organização independente da sociedade civil, que visavam atuar em áreas como a assistência social, o desenvolvimento comunitário, a educação, a cultura, a saúde e o meio ambiente.

A ideia de cidadania entra em questão. De acordo com Wohnrath (2017, p. 111.) “A doutrina menorista, e a conseqüente violência do Estado contra os adolescentes, foi alvo de

militantes de diferentes ideologias.” Não somente no que diz respeito a criança e ao adolescente, várias áreas sociais realizam movimentos e manifestações em prol de direitos. No período iniciado na década de 1970 e ao longo da década seguinte, foram organizadas ações em prol de uma Constituinte, por meio de movimentos sociais plurais e que eram bastante dinâmicos. Este foi um momento de forte mobilização social, com envolvimento da Igreja e da Mídia, reagindo ao Código de Menores. “Todavia, a FUNABEM não resistiu aos câmbios políticos e às novas formas de tratamento das crianças e adolescentes – que, ao se tornarem sujeitos de direitos, encerraram a política de bem-estar social vigente na ditadura” (WOHNRATH, 2017, p.111).

No bojo dessa elaboração de movimentos de lutas de classes, o terreno social e intelectual ganha uma nova visibilidade: o primeiro influxo de Organizações Não Governamentais no Brasil – as ONGs. A expressão “ONGs” segundo Landim (1993) foi criada em âmbito internacional, através da própria Organização das Nações Unidas – ONU na década de 1940. Essas tinham como objetivos legislar as organizações que exerciam projetos que visavam o interesse social. Para o sistema capitalista, estava direcionado para o desenvolvimento da industrialização e urbanização, entendendo como esses fatores afetavam diferentes instâncias da sociedade. Com essa criação, procurava-se apaziguar os conflitos sociais.

De acordo com Petras (1999, p. 44), “os setores mais perceptíveis das classes dirigentes neoliberais perceberam que suas políticas estavam polarizando a sociedade e provocando um descontentamento social de grandes proporções”. É então a partir da década de 1980 que o Estado começa a refletir e articular sobre estratégias paralelas que realizassem a manutenção social. Fontes (2010) destaca esse processo em um contexto de uma efervescência de movimentos sociais de base popular, perpassando a legislação arbitrária da ditadura, com heranças tradicionais aprofundadas durante os anos autoritários, que só apresentarão mudanças a partir da Constituição Federal de 1988. As ONGs, em sua vez, passam a exercer uma grande influência no que diz respeito à área da criança e adolescente. Definiam-se como “sem caráter representativo”

(...) Diferindo, portanto, de associações de moradores ou sindicatos, que não integrassem grandes instituições (empresas, igrejas, universidades ou partidos) e, do ponto de vista de seu discurso, elas se apresentavam majoritariamente como “estando a ‘serviço’ de camadas da população ‘oprimida’”. (FONTES, 2010, p. 235).

As ideias de prática de caridade, filantropia e algumas formas de assistencialismo ganham ascensão. Com ações voluntárias e por meio de associações em grupos, as ONGs passam a ser reconhecidas. Conhecidas no Brasil como Terceiro Setor, elas passam a qualificar as entidades sem fins lucrativos perante o Poder Público como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e “introduz[em] uma nova concepção de esfera pública social, que possibilita[m] firmar parcerias entre Estado e sociedade civil sobre novas bases mais condizentes com as atuais exigências de publicitação e eficiência das ações sociais.” (CARDOSO, 2002: 6 citado por FERRAREZI, 2002: 6)

A organização dos serviços prestados pelas ONGs, caracterizados como assessoria voltada para áreas da criança e adolescente, atingem também áreas de educação e organização de setores populares. Entretanto, vale ressaltar a forte presença da Igreja Católica, uma vez que segundo Fontes (2010) muitas entidades declaravam possuir contato formal ou informal com as igrejas.

Em suma, as ONGs ganham visibilidade na medida em que os movimentos sociais ocorrem como uma forma de resposta imediata às expressões da “questão social”, redirecionando a função do Estado frente à sociedade e as respostas que esse deveria – por lei – oferecer aos cidadãos. Ao exaltarem que atuam sem fins lucrativos, o desenvolvimento passa a acontecer. Submetem-se a uma lógica que prioriza parcerias com o Estado e/ou empresas, realizando uma parceria com o poder público. Fontes (2010) ressalta como os serviços públicos no Brasil possuem historicamente um cunho limitado e socialmente seletivo, ou seja, a própria desigualdade enraíza-se nesse setor.

As ações filantrópicas existem no Brasil desde o início da colonização até a atualidade; de fato algumas características mudaram, avançaram e por vezes retrocederam, mas nunca deixaram de existir. No que diz respeito à área da criança e do adolescente, essa prática é visível por meio da caridade e da ausência de responsabilidade do Estado frente a esses sujeitos perdurando durante anos.

Há um conjunto de evidências que aborda a inexistência um sistema efetivo voltado para a proteção social até 1990. Em 1988 foi criado o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – nomeado como Fórum DCA que de acordo com Longo (2010) tinha o objetivo de articular a campanha: "Criança Prioridade Nacional". O intuito era realizar uma pressão frente à

sociedade e aos constituintes para uma mudança de urgência na legislação, englobando questões como: denúncias de violência contra a criança (combate aos grupos de extermínio) e formação e informação da opinião pública frente às questões da infância na nova Constituição. Em maio de 1988, realizou-se a 'Ciranda da Criança' no Congresso Nacional, em favor da Emenda 'Criança Prioridade Nacional!'

A seguir, procura-se compreender o que sucedia em nível municipal a respeito da “questão social” e suas expressões, quais as discussões direcionadas para responder a desigualdade social que cada vez mais entrava em ascensão. A ênfase ocorrerá de modo a apresentar o contexto da área das crianças e dos adolescentes em Toledo, como teve início no âmbito de entidades não-governamentais, até o período em que o Estado assume a responsabilidade, tornando crianças e adolescentes sujeitos de direitos passando a receber atendimento personalizado.

### **1.3 Toledo e a política de assistência social: as entidades não-governamentais**

Diante do contexto social e das reflexões até o momento realizadas é possível perceber que as ONGs continuam exercendo um papel fundamental em nossa sociedade. Isso é normalmente justificado pelo fato de que as instituições mantidas pelo Estado não são suficientes para suprir toda a demanda social.

Visto que as ONGs realizam um papel em diferentes áreas da sociedade, podendo ser fundadas por indivíduos, grupos, comunidades, empresas, fundações, entre outros. Além disso, encontram-se ONGs que atuam em nível local e outras operam por níveis estaduais ou internacionais.

Em Toledo, essas iniciativas direcionadas a manutenção social foram primeiramente de caráter religioso. Essa ligação religiosa era muito comum, pois a prática de fundação das ONGs geralmente possuem um caráter religioso, seja pela ligação com a igreja católica ou até mesmo por estarem alinhadas aos ensinamentos da Igreja. Mas, de fato, essa ligação intriga pontos de vistas referentes a uma possível influência de atividades missionárias que almejam a conversão ao cristianismo ou outras religiões, focada em promover a própria fé ao invés de realizar um trabalho democrático e que saneie de fato o seu objetivo.

Entretanto, a influência das ONGs ligadas à religião mantém-se fortemente, como podemos verificar a Igreja Católica possui uma vasta rede de organizações sociais,

educacionais e caritativas em todo o mundo, incluindo Caritas Internationalis, a Conferência das Nações Unidas sobre ONGs, a Rede de Justiça e Paz da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos, entre outras.

No município de Toledo, a chegada das Irmãs Vicentinas em 1948, seguindo as orientações de cunho vocacional da província de Curitiba, reflete esse cenário. Com o objetivo de iniciar uma instituição escolar no município, imbuídas de um forte fervor missionário, as religiosas se instalaram em Toledo para realizar a tarefa educacional.

Seguindo uma ideologia de ajudar os pobres e as crianças carentes, as irmãs despertaram na comunidade o ato da doação, momento no qual muitas famílias contribuíram com alimentos, produtos de higiene, limpeza do próprio ambiente escolar, em nome da missão católica (ANDRADE, 2017). Por esse caminho, formava-se uma aliança entre Igreja e Estado. A igreja, estando vinculada a educação, passou a participar das reuniões e decisões locais, enquanto que o Estado, que buscava desenvolver-se no quesito educação, compreendia esse momento como uma forma de expandir a oferta da escolarização. A educação, conforme concebida pela igreja, era o elo que mantinha entre religião e sociedade, por isso era seu dever cumprir a missão de formar cidadãos cristãos e virtuosos. Vínculos esses que permanecem mantidos até os dias atuais, como veremos mais adiante.

Em âmbito nacional, nessa mesma década inicia no Brasil a criação de organizações não lucrativas que buscavam proteger e promover saúde e bem-estar de crianças e adolescentes, conhecidas como as APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância. Entre as atividades desenvolvidas pelas APMI estavam movimentos como realização de campanhas de vacinas, orientação nutricional, desenvolvimento da saúde física e odontológica, entre outras ações que eram justificadas visando à proteção das crianças e adolescentes e dos seus direitos

Em Toledo, essa ação foi formalizada em setembro de 1954, com a criação da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância (APMI) que prestava atendimento à criança e a família por meio de encontros do Clube de Mães. Essa entidade representava as primeiras discussões e ordenamentos com uma preocupação destinada à criança e ao ambiente na qual ela está inserida.

Foi nesse contexto que, em 1979, a Associação das Donas de Casas de Toledo (ADCT) reuniu mais de cinquenta mulheres reivindicando seus direitos enquanto donas de casa.

Caracterizou-se também como uma organização sem fins lucrativos que buscava valorizar e capacitar as mulheres que desempenham o papel de dona de casa, justificando-se através da visibilidade dessas mulheres como sujeitos de direitos da sociedade.

Esse movimento representava uma luta pela igualdade de direito das mulheres, mas que também se estendiam para idosos e crianças. Isso porque, em suas reuniões quinzenais, as mulheres discutiam temas que pudessem agregá-las socialmente, em assuntos voltados para questões econômicas, inflações dos preços alimentícios, classe social, saúde, higiene, nutrição, educação, entre outros assuntos discutidos via programas de rádios e assembléias. Além da oferta de cursos de capacitações promovendo eventos e encontros periódicos para integração de troca de experiências entre as mulheres. Com relação à contribuição na área de da criança e adolescente, essa ocorria por meio de campanhas de arrecadações de roupas e alimentos que seriam direcionados para famílias pobres, além de visitas e acolhimento de famílias que necessitavam (FERREIRA, 2006).

Há ainda outra entidade que foi resultado desse período de mudanças e novidades na área social. O Lar Betesda, fundado em 1968 pela Igreja Evangélica Independente do Brasil, teve sua primeira sede inaugurada na cidade de Mamborê também no Estado do Paraná. A transferência para o município de Toledo ocorreu através da necessidade de ofertar um atendimento diferenciado para as crianças e adolescentes da região. Esse atendimento, primeiro se deu como casas-lares de orfanato até 1977. O foco de atuação só teve mudanças quando alteraram a nomenclatura para Aldeia Infantil Betesda e passaram a iniciar um trabalho escolar com as crianças, um centro social e educacional que atua até hoje na região. (LEMOS, 1997)

Com as primeiras entidades não-governamentais organizando-se, o surgimento das ONGs é justificado através de diversos fatores ligados ao próprio contexto social e político do período que inicia na década de 1970, como os movimentos sociais comprometidos com as demandas populares. Em contexto social, esse período foi marcado por um grande desenvolvimento do município, contando com uma infraestrutura em constante crescimento o que atraiu um número grande de moradores, resultando em um aumento de urbanização.

Enquanto espaço organizado da sociedade, a APAE de Toledo (Associação de pais e amigos dos excepcionais), fundada em 1974, foi criada para oferecer um atendimento voltado para as pessoas com deficiência do município. A sua criação é resultado das lideranças

comunitárias dos pais de pessoas com deficiência. Oferecendo um atendimento que inicia na Educação Infantil e percorre até os jovens acima de 18 anos, a instituição teve um setor importante na área das crianças e dos adolescentes, oferecendo um atendimento especializado para quem necessitava. Também é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que como citado, busca promover a inclusão social e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Seu ordenamento está baseado na oferta de diversos serviços gratuitos para pessoas com deficiência, que perpassa desde atendimentos médicos e terapêuticos, como a própria organização de educação especial.

Em 1987, como uma das primeiras instituições a prestar serviço especializado para portadores de deficiência auditiva, foi inaugurada a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA. Com um histórico que também partiu da organização social, os fundadores eram grupos de pais com crianças e adolescentes portadores de deficiência auditiva e alguns professores da rede educacional. O trabalho realizado é voltado para a área da educação, oferecendo um reforço no contra-turno escolar que objetiva correção da voz, trabalhos manuais, ensino profissionalizante. (LEMOS, 1997).

Nesse mesmo caminho de oferta e atendimento aos portadores deficientes, em 1991, a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo - ADFT foi criada. Buscando oferecer na região uma prática de desenvolvimento físico para os portadores dessa deficiência, o serviço possibilitava a prática de atividades motoras e físicas para o público atendido.

A partir de 1990, o país em nível nacional perpassa por grandes mudanças. Seguindo da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e as novas normativas Estaduais e Municipais, as entidades que se organizaram nesse período já tinham como base uma legislação. Entretanto, as mudanças culminadas pela nova era de direitos foram implantadas em um processo lento e desafiador. Apesar do processo de democratização consolidado, o país enfrentava desafios com a inflação alta e a desigualdade social. O contexto social também enfrentava suas dificuldades, isso porque houve um aumento da violência urbana e da criminalidade em várias regiões do país, além de conflitos agrários e tensões raciais.

Como observado, as entidades não-governamentais estavam muito fortes e presentes no meio da sociedade, o que resultou em uma dependência social desse serviço, tanto por

parte dos cidadãos, quanto por parte do Estado, que compreendia essas organizações como facilitadoras de uma responsabilidade social que era deles.

Em Toledo, o cenário não estava diferente. As entidades não-governamentais representavam uma grande importância e continuaram a contribuir para a ordem social. Esse foi o caso da fundação da Casa de Maria em 1992. Uma organização beneficente e não governamental, que estava ligada diretamente com a Diocese de Toledo. A iniciativa foi advinda de um grupo de mulheres católicas, que buscavam ajudar - em especial - as meninas que se encontravam em situação de rua. A oferta de atendimento ocorre em período contra- turno, ou seja, as meninas devem manter a frequência na escola e no segundo momento, dirigir-se para o espaço da Casa de Maria. Nessa estrutura, as meninas recebiam aulas de teclado, violão, recreação, coral e cursos. Além disso, era ensinada uma prática doméstica, momento no qual as meninas eram responsáveis pela limpeza e organização do espaço, uma forma que a instituição encontrou para que aprendessem os trabalhos realizados em casa. A profissionalização ocorria através da produção de artesanato, pinturas e crochês que, em seguida, eram vendidos e arrecadados lucros - tanto para as meninas, quanto para a entidade.

Nesse viés, observa-se que apesar da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a ideia de proteção à criança e ao adolescente, ainda estava muito distante da realidade ofertada. Práticas como manutenção do próprio espaço ofertado para proteger eram comuns. Acreditava-se que esses tipos de atividades faziam parte do crescimento e do leque de saberes que crianças e adolescentes precisavam receber para desenvolver-se.

Atua desde 1992, na luta pela garantia dos direitos de uma vida saudável de crianças e adolescentes provindos de famílias em situação de vulnerabilidade social, as quais recorrem a Casa de Maria em busca de apoio para o processo educativo de seus filhos. (TOLEDO, 2021)

Foi o que aconteceu com o Centro Comunitário e Social Dorcas, vinculado à Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Em 1992, através de uma união do pastor e os membros da Igreja, realizou-se uma união entre a Igreja Luterana e o Conselho Tutelar que observaram a necessidade de um trabalho direcionado para meninas adolescentes com idade de 12 a 17 anos em situação de risco. Em um primeiro contato com a nova legislação, a intenção de proteger passa a ser inserida. Os pré-requisitos também são escolhidos, sendo esse relacionado ao setor financeiro da família, que não deveria ultrapassar o valor de 3 salários <sup>6</sup> (LEMOS, 1997).

---

<sup>6</sup> No ano de 2002, o salário mínimo estava no valor de R\$200,00 reais.

Outro fator importante e que começa a estar presente nas entidades após 1990 é o fato da interdisciplinaridade entre as políticas. Visto que as Dorcas ofertavam um atendimento advindo da Política Social, mas tinha como exigência que os participantes frequentassem regularmente a Escola. Então, as primeiras comunicações entre as políticas começam a acontecer e um trabalho visando o todo, passa ser alcançado.

O trabalho realizado com as meninas era muito semelhante ao da Casa de Maria. Isso porque nas Dorcas também eram ofertados cursos, palestras, reforço escolar, roda de conversas e inclusive o ensinamento do trabalho doméstico - esse estava presente em vários momentos, como forma de manutenção do espaço usado, visando prepará-las para o “futuro”.

Por fim, tivemos a fundação do Albergue Noturno Allan Kardec, também no ano de 1992, no Município de Toledo. É possível constatar que esse ano foi resultado de longas transformações visando o bem social. O envolvimento do Albergue nasce de um grupo de espíritas da cidade, que buscou fornecer um espaço que pudesse abrigar as pessoas em situação de rua - ainda que brevemente - oferecendo gratuitamente um espaço de alojamento, que contém disponível alimentação, produtos e meios para higiene e quando necessário a oferta de medicamentos.

O que se pretendeu nesse tópico foi abordar e compreender as primeiras organizações de entidades não-governamentais do município. Em suma, as ONGs ganham visibilidade na medida em que os movimentos sociais ocorrem como uma forma de resposta imediata às expressões da “questão social”, redirecionando a função do Estado frente à sociedade e as respostas que esse deveria – por lei – oferecer aos cidadãos. Ao exaltarem que atuam sem fins lucrativos, o desenvolvimento passa a acontecer. Submetem-se a uma lógica que prioriza parcerias com o Estado e/ou empresas, realizando uma parceria com o poder público. Fontes (2010) ressalta como os serviços públicos no Brasil possuem historicamente um cunho limitado e socialmente seletivo, ou seja, a própria desigualdade enraíza-se nesse setor.

Com um Estado ainda omissos das responsabilidades, os serviços eram organizados e ofertados por sua própria autonomia, sem qualquer fiscalização e/ou orientação. A responsabilidade do Estado foi regular e prevenir conflitos entre capital e trabalho e, com a pressão da classe operária, visou responder às necessidades do desenvolvimento do capitalismo. Nesta perspectiva as políticas sociais são caracterizadas como políticas públicas e

intencionam responder às expressões da “questão social”, além de mediar conflitos entre Estado e sociedade.

#### **1.4 Toledo e a política de assistência social: as atuais instituições que atendem a criança e o adolescente.**

Em um primeiro momento, a contribuição com a sociedade ocorreu pelas entidades não-governamentais. A partir da década de 90, muitas transformações na área de direitos sociais passam a acontecer. Na área da criança e do adolescente, não foi diferente. O Estado passou a compreender que atender a infância não se resumia apenas em ofertar a assistência social, mas, sim, amparar, coordenar, criar rede de instituições destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes que possibilitassem a garantia de um leque de direitos. As práticas de atendimento passaram a ser divididas e o poder privado entra em ascensão. Tal fato tinha como principais objetivos baixar o custeio do Estado com esses sujeitos, realizar política clientelista com os dirigentes dessas instituições privadas e articular a gestão técnica- financeira.

Além do mais, esse período também é marcado pelo aumento da criação de políticas públicas que passam a atender demandas como combate à desnutrição infantil, campanhas de vacinação em massa, aumento de criação de instituições escolares e início de inserção de oferta integral de ensino. Como uma das medidas fundamentais para garantir a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, tivemos a inserção do Conselho Tutelar na comunidade.

O Conselho Tutelar como órgão autônomo e permanente ficou responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos garantidos através do Estatuto (ECA). É composto por membros da própria comunidade que atuam no serviço de proteção, sendo escolhidos através de um processo eleitoral. Entre algumas contribuições, destacam-se: atender e aconselhar crianças e adolescentes e seus familiares, encaminhar casos ao Ministério Público, requisitar serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social, entre outras (BRASIL, 2023).

Outro avanço importante da década de 1990 foi a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que buscou combater o trabalho infantil no país. O programa contava com ações como identificação e cadastramento de crianças e adolescentes menores de

14 anos em situação de trabalho infantil. Em registros do CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente foi possível encontrar pautas de reuniões voltadas para esse tema, bem como algumas abordagens realizadas pelo município na época. A ação baseava-se na criação de programas e projetos que buscavam retirar essas crianças da condição de trabalho e direcioná-las para práticas educativas e de assistência social.

Nesse caminho, a ideia de cidadania entra em questão. De acordo com Wohnrath (2017, p. 111.) “A doutrina menorista, e a conseqüente violência do Estado contra os adolescentes foi alvo de militantes de diferentes ideologias.” Não somente no que diz respeito à criança e ao adolescente, várias áreas sociais realizam movimentos e manifestações em prol de direitos.

Fontes (2010) destaca esse processo em um contexto de uma efervescência de movimentos sociais de base popular, perpassando a legislação arbitrária da ditadura, com heranças tradicionais aprofundadas durante os anos autoritários, que só apresentarão mudanças a partir da Constituição Federal de 1988.

Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a “Constituição Cidadã”, que surge para instituir um conjunto de direitos que englobam as áreas civis, sociais, políticas, culturais, pautado em uma garantia de proteção e promoção desses direitos para todos. A noção de direitos das crianças e dos adolescentes é resgatada por um Estado que agora passa a subsidiar e regulamentar ações direcionadas para essa área. Essas discussões resultaram em uma legislação brasileira que passou a inserir uma Doutrina de Proteção Integral, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos, garantindo seus direitos e estabelecendo uma articulação do Estado com a sociedade civil e a família, com a formulação e o controle social em todos os níveis, visando operacionalizar políticas voltadas para área da infância. Essa concepção se concretiza através do artigo 227 da Constituição Federal, voltado especificamente para esse público.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2022).

Os novos direcionamentos da Política de Assistência Social ocorreram principalmente através do marco histórico da regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Instituída em 07 de dezembro de 1993, como a lei n 7.742/1993, alterada pela lei n 12.435/2011, regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, que aborda sobre a organização da Assistência Social executa-se através de um importante instrumento para a efetivação dos direitos humanos no país. O foco está voltado para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Em Toledo, a adesão a essa lei e às novas nomenclaturas aconteceram principalmente no ano de 1996, marcado pela elaboração de um regime local interno de funcionamento da Assistência Social e da criação e aprovação de um Plano Municipal. A LOAS possibilitou reconhecer o trabalho executado pelas entidades sociais, incorporando essas entidades no sistema governamental de Assistência Social. Esse novo ordenamento possibilitou uma parceria entre Estado e Governo. Isso porque, muitas vezes, quando o serviço está escasso e/ ou precisa de novas vagas, a orientação é realizar parcerias com as entidades e encaminhar esses sujeitos para um serviço já existente, o que ocorre é o pagamento dessa vaga ser realizado pelo município e não pela família. Os deveres das entidades quando ocorrem essas parcerias, são definidos no artigo 4 da LOAS.

No município de Toledo/PR, a Política de Assistência Social é gestada e acompanhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, ofertando os programas, políticas, projetos, benefícios, em uma parceria que abrange toda a rede socioassistencial. Esse acompanhamento intersetorial, acontece por meio das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que segundo Cesconeto (1998), regulamentou-se partir da Lei em 1.781, de 27 de outubro de 1995 e iniciou suas atividades por meio da elaboração do regimento interno.

Para uma melhor organização municipal, os serviços, programas e projetos foram divididas em proteções. O intuito é facilitar o processo de trabalho e ter uma visão clara e norteadora dos procedimentos que devem acontecer em cada proteção. Vale ressaltar que o trabalho continua sendo em conjunto, visto que uma proteção está sempre em contato e ligação com a outra. As proteções são divididas em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A PSB concretiza-se nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Dentro desses serviços, as crianças e

adolescentes que necessitam de atendimento são direcionadas para o PAIF e para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O objetivo destes setores é a prevenção que atua direcionada tanto para as crianças e adolescentes, quanto para seus familiares.

Já na PSE, por sua vez, está dividida entre média e alta complexidade, operacionalizada em Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS. Com os serviços de média complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

De alta complexidade, encontramos Residência Inclusiva, a Casa de Passagem e o foco da pesquisa: o serviço de Acolhimento Institucional. Direcionado para crianças e adolescentes em situação de direitos violados e que necessitam de um afastamento breve e provisório de suas famílias.

Além dos serviços citados, apresentando aqueles que estão direcionados para crianças e adolescentes, também encontramos no município a rede das entidades não-governamentais. Dentro delas, as que oferecem atendimento para as crianças e adolescentes encontramos: a APADA<sup>7</sup> (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos), o Centro Assistencial da Diocese de Toledo - Casa de Maria<sup>8</sup>, a Ação Social São Vicente de Paulo<sup>9</sup>, o Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass - Lions<sup>10</sup>, a APAE e o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda<sup>11</sup>.

Diante dos pressupostos apresentados buscou-se compreender toda a rede de atendimento direcionada para crianças e adolescentes do Município de Toledo, no Estado

---

<sup>7</sup> Na APADA 90% dos alunos são carentes. São atendidos 107 alunos sendo que a escola dispõe de uma equipe de quinze funcionários entre professores especializados e técnicos como Fonoaudiólogo, Psicólogo e Assistente Social. Também possui aparelhagem específica para auxiliar no tratamento do portador de deficiência auditiva.

<sup>8</sup> A Casa de Maria presta atendimento a 370 meninas de 7 a 16 anos, no período complementar à escola, colaborando com a formação humana através de oportunidades de aprendizagem, em busca do crescimento humano em todas as dimensões: física, mental, moral, espiritual e social, desenvolvendo habilidades para a vida em sociedade.

<sup>9</sup> A Ação Social São Vicente de Paula atende-se até 300 crianças e adolescentes, do sexo masculino, na faixa etária de 07 a 17 anos.

<sup>10</sup> O Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass – Lions oferece creche, pré-escola e contra-turno social e atendimento às famílias. São atendidas diariamente 110 crianças na faixa etária de 4 meses a 8 anos de idade

<sup>11</sup> O Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda presta serviços a nível de contra turno para crianças e adolescentes com idade entre 06 seis e 15 quinze anos

Paraná. Observa-se que atualmente esses serviços são ofertados tanto na rede pública, quanto no terceiro setor, por entidades não-governamentais. Entender esses encaminhamentos possibilita identificar como o município atua e oferta uma Proteção Social Integral para esse público, direitos esses garantidos através do próprio Estatuto da Criança e Adolescente.

A seguir será realizado um estudo sobre um dos primeiros serviços de Acolhimento Institucional da região. Ainda com a nomenclatura Orfanato, o Lar Belém foi inaugurado antes mesmo de qualquer legislação própria pró-serviço. É um espaço que antecede todo e qualquer serviço citado até aqui. O intuito é proporcionar uma espécie de comparação de serviços e quais os processos que antecederam todas as criações dos serviços atuais.

## CAPÍTULO 2 - O LAR BELÉM

Em 6 de janeiro de 1973, foi inaugurado, no município de Nosa Santa Rosa, no Estado do Paraná, a Instituição para crianças Sociedade Beneficente Lar Belém, tendo Waldemar Krüger e sua esposa Rai de Lori Krüger como fundadores. Os proprietários vieram da Alemanha para o Brasil, em nome de uma missão evangélica. Tendo se instalado na região do Oeste do Paraná, essa instituição é considerada uma das pioneiras no histórico de entidades direcionadas para crianças e adolescentes.

Resgatar essa história é compreender as transformações sociais e culturais que aconteceram na área da infância ao longo do tempo, pois as experiências vividas e as formas como as crianças e adolescentes foram tratadas pela sociedade refletem as concepções de infância e juventude de cada época. Nesta etapa da pesquisa examinaremos as condições de vida das crianças e adolescentes que foram acolhidas pela Sociedade Beneficente Lar Belém, buscando compreender o papel que essa instituição desempenhou durante o período em que esteve ativa e resgatar a perspectiva voltada para esse público.

Após sua inauguração o Lar Belém passou a atender crianças e adolescentes de diversas faixas etárias, visto que o serviço era destinado para quem dele necessitava e não possuía critérios de entrada ou motivos excepcionais de acolhimento. Justificada através de objetivos como garantia de uma proteção e desenvolvimento do bem-estar das crianças pobres, o espaço executava várias atividades sociais que englobavam desde educação, esportes, lazer, como assistência social e garantia de saúde. O local era mantido por um grupo de colaboradores responsáveis pela sua manutenção e conservação, e contava, naturalmente com a participação dos adolescentes no processo de cuidado e zelo.

Com o passar do tempo e as novas legislações em ascensão, o espaço perdeu sua função original e tornou-se cada vez mais inutilizado. Deixando de ser uma área destinada ao cuidado, convivência e lazer, passou a enfrentar problemas relacionados à fiscalização e justiça. A ruptura do serviço e o seu fechamento repentino proporcionou indagações como: Como eram tratadas as crianças e adolescentes no espaço? Qual era a natureza da relação entre os profissionais que trabalhavam na instituição e o público atendido? Qual era o impacto do serviço ofertado no município de Nova Santa Rosa e região? Como a instituição era

financiada naquela época e qual a origem do seu orçamento? Qual era a visão da sociedade em relação às crianças e adolescentes naquele período?

Atualmente, após o encerramento do serviço destinado às crianças e adolescentes, a instituição mantém-se como um espaço de depósito e manutenção do serviço prestado no Lar dos Idosos Emanuel. Este segundo espaço também é parte constituinte do patrimônio do Pastor Waldemar e foi criado visando atender idosos em situação de vulnerabilidade social. Inaugurado na data de 16 de agosto de 2001, continua realizando suas atividades até os dias de hoje e é referência na região. Embora exista o senso comum de que a criação dessa instituição tenha sido motivada pelo desejo de amparar os pais das crianças e adolescentes acolhidos, não há publicações oficiais sobre essa informação.

Com base nesses pressupostos, buscou-se verificar como ocorreu o processo de implantação do Lar Belém no município e os motivos que levaram ao seu fechamento. Para tanto, a análise foi dividida em duas partes: a primeira visa identificar a chegada da instituição e sua formação, enquanto a segunda parte tem como objetivo analisar a perspectiva da oferta do atendimento pelo viés da comunidade local, bem como a experiência marcada e vivenciada por uma entrevistada que, durante a sua infância, morou temporariamente no Lar. Esses direcionamentos visam contribuir para conhecermos os encaminhamentos realizados pelo Lar Belém e a sua postura frente ao atendimento ofertado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

## **2.1 Lar Belém: a descoberta da instituição.**

Realizar uma pesquisa em uma instituição direcionada para infância e juventude antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 1990 é um processo valioso, mas que requer muita delicadeza. Isso se deve ao fato de que esse espaço era totalmente autônomo e não contava com apoio e fiscalização do Estado, o que significa que suas ações e medidas eram decididas de acordo com a perspectiva e entendimento de mundo do próprio proprietário. Segundamente, por ser uma pesquisa de formação histórica o resgate da informação de que a família de origem do do Lar Belém não era brasileira consiste na análise e compreens”ao de como a questão cultural e julgamentos de valores influenciavam

as práticas e encaminhamentos realizados no espaço, considerando a divergência de organização social da Alemanha e do Brasil.

Na verdade, a primeira sinalização da existência do espaço Lar Belém se deu através de uma entrevista realizada com a Assistente Social Ires Damian Scuzziato que, em sua fala, relata sobre uma instituição localizada em Nova Santa Rosa, que recebia crianças e adolescentes da região do oeste paranaense. Salienta-se que a entrevista foi realizada, primeiramente, com o objetivo de identificar como ocorriam os primeiros atendimentos às crianças e adolescentes no município de Toledo em um período que antecede o ECA e, somente no decorrer do processo da entrevista é que se mencionou sobre a Sociedade Beneficente Lar Belém. Enquanto moradora do município de Toledo e principalmente no papel de pesquisadora de temática, o fato que surpreende é a ausência de informações sobre esse espaço, tanto no âmbito da universidade quanto no desenvolvimento da garantia de direitos desses sujeitos.

Até o momento não havia informações disponíveis sobre essa instituição. É importante ressaltar que em um período que antecede à promulgação do ECA, o país não dispunha de órgãos governamentais responsáveis por fiscalizar ou acompanhar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o que pode explicar a ausência de registros ou encaminhamentos de jovens para esse espaço. Assim as instituições particulares de assistência à infância eram geridas de forma autônoma, sem qualquer forma de fiscalização externa ou regulamentação governamental.

A falta de interesse público nessa área dificultava a contabilização de dados e encaminhamentos, resultando em uma ausência de pesquisas e investigações sociais conduzidas pelo Estado. Entretanto, havia instituições sociais que ofereciam serviços similares, como as grandes organizações já mencionadas como FUNABEM, FEBEM, bem como instituições filantrópicas que é o próprio caso do Lar Belém.

Através da entrevista realizada com a Assistente Social Ires Scuzziato vamos englobar o processo de proximidade entre o município de Toledo e o município de Nova Santa Rosa, contextualizando Toledo naquele período e sinalizando o caminho percorrido até o encontro da instituição Lar Belém. Em primeiro lugar, procurou-se identificar quem é a entrevistada e qual a sua relação com a área da criança e adolescência.

Sou Assistente Social formada no ano de 1992 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus de Toledo/PR. Desde o meu

período de formação atuo como parte integrante da equipe do Município de Toledo por meio de concurso público. Entre minhas principais contribuições, destaca-se a implantação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a diretoria do Departamento da Criança e do Adolescente, assumir a Secretaria de Assistência Social do município. Depois ingresso no CAPS AD - Adolescentes Dependentes. Durante esse período realizei 4 pós-graduações na área de Criança e Adolescente. Hoje contribuo voluntariamente em uma instituição filantrópica Ledi Maas, que ocupo um lugar no CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, participando ativamente das Conferências Estaduais e Municipais sobre Criança e Adolescente. (SCUZZIATO, Ires. 2022.)

Como podemos observar em sua apresentação, Ires possui uma longa trajetória no que diz respeito a área da Criança e do Adolescente, sendo importante destacar os espaços públicos e institucionais que ela percorreu em diferentes esferas e políticas sociais. Essa experiência aproxima a entrevistada com o foco da pesquisa na concepção de direitos das crianças e adolescentes no município de Toledo e por isso foi escolhida como uma das fontes orais a contribuir com o processo de escrita.

Em sua fala, a entrevistada fala sobre sua formação em Serviço Social. Atualmente diversos serviços das Políticas Sociais contam com a presença e atuação de um Assistente Social, inclusive como parte integrante da equipe de referência do Acolhimento Institucional existe um Assistente Social ativo, o que busca garantir os direitos da criança e do adolescente. Historicamente, pessoas sem formação especializada atuaram em instituições direcionadas às crianças e adolescentes, o que influenciava diretamente nas condutas de atendimentos realizados, pois não havia um embasamento teórico para atuação. Com a inserção de profissionais especializados, os direitos garantidos através das políticas de proteção à infância e juventude podem ser desenvolvidos e implantados de maneira integrada, considerando as diversas dimensões da vida das crianças e dos adolescentes.

O profissional de Serviço Social atua frente às políticas sociais, e em suas competências é possível visualizar a aptidão da profissão. Através do Art. 4º, Inciso II da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662 de 07/06/1993):

Art.4º.São competências do Assistente Social:

II. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CFESS: 2002; p. 17).

Essas atualizações são consequências das mudanças estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que passou a exigir a presença de um número adequado de

profissionais para atuar nos serviços destinados às crianças e adolescentes. No que diz respeito ao Acolhimento Institucional, esse serviço conta com a atuação de profissionais que percorrem desde a área de Cuidador Social, Coordenadora, Assistente Social em Desenvolvimento I, Nutricionista, Auxiliar em Serviços Gerais, Cozinheiro, como Psicólogo e Assistente Social. A contratação e escolha desses profissionais ocorrem por meio de Concurso Público e quando necessário por intermédio e pedido do Ministério Público.

No município de Toledo/PR, essas implantações ocorreram frente à necessidade de um serviço próprio de atendimento em decorrência ao aumento da demanda da época, como apontado pela entrevistada.

Durante a entrevista, o foco foi entender o processo de implantação da Casa Abrigo no município de Toledo. Com a finalidade de identificar quais demandas entraram em ascensão e fizeram com que o município de Toledo estivesse exposto a uma situação de necessidade de um serviço próprio que realizasse esse atendimento, o questionamento foi realizado em prol de identificar o período que se deu essa percepção e em qual ocasião se desenvolveu.

A demanda de crianças e adolescentes vítimas de violência começou a surgir no Município. Na verdade, elas sempre existiram. Sempre teve violência, o que não acontecia era as denúncias delas. Até que chegou o momento de criar um serviço próprio. Alugamos um espaço de uma associação, uma casa bem pequena, foram recolhidas 3 primeiras crianças e um casal acabava cuidando das crianças como se fosse um acolhimento familiar. Essa foi a primeira casa abrigo lá pelos meados de 1996/1997. Tudo muito simples, totalmente emancipado pelo município, mas era um serviço que não custava muito caro. Não havia tantas burocracias e licitações. A Construção de uma Casa Abrigo própria (é no pátio da Secretária de Assistência Social) ocorreu mais ou menos no ano 2000. Ainda havia um casal chefe como cuidadores, mas começa a inserção dos profissionais Psicólogos e Assistentes Sociais. A equipe que desenhou a Casa, os cômodos grandes, espaços adaptados, gramado, parquinho, pensando em um espaço para uma vida digna. (SCUZZIATO, Ires. 2022.)

Com base nessas informações, pode-se inferir que a demanda social crescente foi o fator determinante para a construção de um serviço de Acolhimento Institucional na região. A primeira organização - ainda que mínima - foi a criação de um espaço que atendesse essa necessidade emergente do município. A entrevistada também relata sobre a primeira Casa Abrigo de Toledo que passou a seguir normativas e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, contando com os profissionais capacitados para garantir os direitos desses usuários.

Ao ser questionada sobre a relação com as Políticas Sociais inseridas no Serviço de Acolhimento Institucional, a entrevistada destaca que:

As políticas eram com programas de reunião e fortalecimento de vínculos, contra turno, apoio, acordos com Ministério Público. A rede próxima que iria atender, seja através de escolas, Cmeis, todos localizados aproximadamente, inclusive o mini hospital. Tudo era muito junto e próximo. Inclusive os processos de enxovais, doações, criadas nesse espaço eram destinados com intenção de proteção das crianças e adolescentes. Uma casa cuidada por toda uma rede na época, um bom acolhimento. Muito tranquila, tanto anteriormente quanto agora, existia uma interface das políticas públicas, não havia problemas. (SCUZZIATO, Ires. 2022.)

Compreende-se que, ao receber uma criança ou adolescente em um Acolhimento Institucional, é necessário também estabelecer um acompanhamento junto à sua família. Em um trabalho múltiplo, vários atendimentos passam a ser oferecidos para que haja a superação da vulnerabilidade social e o retorno do acolhido para sua família de origem. Esse mesmo mecanismo já era realizado no primórdio do atendimento, como destacado pela entrevistada.

Nós tínhamos uma equipe da prefeitura que acabava fazendo todo o trabalho que hoje realizamos na Equipe de Referência. Então corria atrás do aluguel social, alimento, entre outras. Mas a gente trabalhava muito na situação da pobreza. Vinham denúncias de escola, mas a maioria era encaminhada pelo Conselho Tutelar porém se diluíam por ai. Foi com a implantação do SUAS que os serviços foram se definindo. Muito sigilo, muito pequeno, mas como falei pra você não vinham muitas denúncias. Eram pouquíssimas as demandas que vinham de denúncia. (SCUZZIATO, Ires. 2022.)

Este contexto social refere-se a uma época em que o tema dos direitos das crianças e dos adolescentes começava a ser discutido em nível nacional. O relato remete a um período logo após a promulgação do ECA, momento em que toda a sociedade civil reorganizava-se em relação à concepção de criança e adolescente, bem como passa a compreender esses sujeitos como seres em desenvolvimento e de direitos específicos que deviam ser garantidos e cumpridos.

A entrevista segue direcionada para a implantação da primeira Casa Abrigo municipal. Com o intuito de identificar a origem desse movimento e a gênese desse serviço questionou-se sobre o processo de resistência política visualizando os posicionamentos governamentais da época.

No período não houve resistência, absolutamente pelo contrário, recebemos apoio do próprio Poder Público. Antes das Casas Abrigo aqui de Toledo, as crianças e adolescentes eram destinadas para Nova Santa Rosa e lá havia um orfanato, muito grande. Então as nossas crianças iam para Nova Santa Rosa. O encaminhamento passava por uma Assistente Social e Psicóloga e

depois eram destinadas para lá. Foi somente em uma visita, quando descobrimos o que acontecia dentro de lá, com esses sujeitos, decidimos criar o próprio espaço de acolhimento. E essa mudança também gerou o nome Menino Jesus para não ficar tão pesado quanto o nome Orfanato, tirar a palavra Orfanato pra gente jamais se referir a orfanato, pra desmistificar. (SCUZZIATO, Ires. 2022.)

A partir desse momento, foi apresentado o espaço Sociedade Beneficente Lar Belém e a entrevista prosseguiu agora direcionada com questionamentos sobre o funcionamento da instituição, tais como: "Como era mantida? De onde vinha o financiamento? Quantas crianças eram atendidas?" Ires compartilhou informações adicionais que obtinha.

Era totalmente mantido pela igreja Luterana, Evangélica livre eu acho. Era uma Igreja, espaço filantrópico, só mantido por essa Igreja que vinha da Alemanha. Era localizado em um sítio e eles tinham muitas crianças, se não me engano teve um período que tinha quase 200 crianças, todas com idades misturadas. Trabalhavam na lavoura. Não se tinha registros, nada, até porque depois houve uma intervenção por questões de várias denúncias. (SCUZZIATO, Ires. 2022.)

Com o intuito de obter mais informações sobre a Sociedade Beneficente Lar Belém, foram realizadas diversas buscas e investigações acerca da instituição. Visando abordar novas perspectivas e esclarecimentos sobre o Lar Belém e sua relação com o município de Toledo, visto que não há registros de estudos dessa parceria. A descoberta do Lar ocorreu através da primeira entrevista realizada com uma Assistente Social que compõe o grupo de profissionais do município e que, em sua fala, comenta sobre um espaço que recebia crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em sequência, iniciou-se uma pesquisa profunda e desafiadora visando à coleta de dados e informações. As primeiras perguntas basearam-se em responder: Onde fica localizado essa instituição? Por quanto tempo atuou? Como ocorriam os encaminhamentos de crianças e adolescentes? Qual a faixa etária atendida? Qual a relação do Estado com esse serviço? Entre outros questionamentos norteadores que pudessem construir no resgate histórico.

Para compreender como o conhecimento sobre o Lar Belém foi obtido, é necessário contextualizar o município de Toledo naquele período, a necessidade que levou contatar a instituição de Nova Santa Rosa. Os fatores que levaram essa parceria são os mais variados, que percorrem desde necessidades sociais e financeiras, como a ausência de um serviço próprio que executasse esse atendimento.

Em Toledo, antes da década de 1990, não havia uma instituição própria que realizasse o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e por não

possuir essa estrutura, a cidade redirecionava esse público para um espaço já consolidado e que contava com recursos necessários. Entretanto, em meio a pesquisas e investigações notou-se a dificuldade de encontrar fontes oficiais que estabelecessem uma conexão entre os dois municípios.

No município Toledo a primeira legalidade voltada para os direitos das crianças e adolescentes como manifestação do órgão público foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Esse órgão é deliberativo, normativo, consultivo, controlador e fiscalizador da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, disciplinado por esta Lei, em conformidade com as ações em todos os níveis da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) (TOLEDO, 2023). Em sua organização consta a participação de todas as instituições públicas e filantrópicas que possuem contato direto com programas e projetos direcionados para a infância e juventude. O CMDCA é composto por representantes tanto do governo quanto da sociedade civil, que atuam de forma articulada buscando garantir o pleno exercício dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Vale ressaltar - ainda que brevemente - a importância que o CMDCA representa para a conquista de direitos das crianças e adolescentes, pois representa um instrumento de participação social que possibilita tanto o envolvimento da sociedade civil na construção das políticas públicas, quanto à consolidação da participação do Estado nesse processo, assumindo seu papel de responsável pelas crianças e adolescentes do país.

Nesse viés, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos documentos do CMDCA. Como todas as reuniões são registradas em atas, o objetivo da busca era encontrar alguma informação ligada a Sociedade Beneficente Lar Belém que pudesse evidenciar os encaminhamentos de crianças e adolescentes de Toledo para Nova Santa Rosa. Nos atuais documentos, não há qualquer citação a respeito do Lar Belém. Sendo assim, a opção foi resgatar arquivos antigos que abordassem algo relacionado ao tema.

Através do caderno de Atas do ano de 1991 encontrou-se a seguinte publicação: “Lar Belém - Nova Santa Rosa - internação para a recuperação de meninas. Exemplo de uma integração a ser feita pelos municípios a nível das instituições.” (TOLEDO, 1991). Diante

desse trecho é possível exportar variadas reflexões. Primeiramente que a instituição Lar Belém era vista como exemplo de acolhimento para crianças e adolescentes, principalmente no que diz respeito às meninas. E o segundo fato é que, de todos os arquivos acessados, somente esse do ano de 1991 cita o Lar Belém, além deste registro, não foram encontrados mais nenhum. Os arquivos físicos disponíveis foram do ano de 1990 até o ano 2000. Após isso, as atas estavam disponíveis de maneira online.

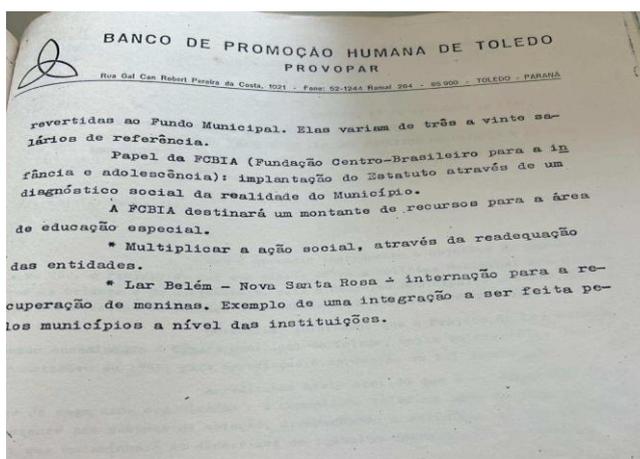


Imagem 1: Ata da do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do município de Toledo, Paraná. Realizada no mês de novembro de 1991. Arquivo disponível na Prefeitura Municipal de Toledo Paraná.

O segundo passo foi o contato inicial com a instituição, por meio do qual obtivemos as primeiras informações. Por meio da rede social Facebook, foram identificadas características importantes do espaço como endereço, localização, tempo de atuação, além de homenagem aos fundadores, celebração de datas comemorativas, eventos, postagens de comemoração e assim por diante. Via Facebook, também foi possível encontrar o site da instituição – todo no idioma alemão – por meio do qual tivemos acesso à história de criação do abrigo. Por intermédio do site é apresentada a influência religiosa para a criação do espaço, os motivos e fatores que levaram sua construção, a apresentação da família fundadora e como chegaram até o Brasil. Inclusive torna visível a relação da Sociedade Lar Belém com a Alemanha.

Vale resgatar que os fundadores são alemães e vieram para o Brasil na justificativa de realizar no país um projeto missionário, por isso, as ações eram voltadas para a filantropia e tinham como foco o atendimento às crianças de família pobre. O município escolhido justificava-se pela alta presença de alemães emigrados após as guerras buscando refúgio. O site ainda apresenta informações sobre a construção do espaço, destacando a liderança do pastor

no processo de organização do território. “[...] Com as próprias mãos, serrote, machado e pá, retirou as árvores da propriedade [...]”.

Apesar de o Lar Belém ter sido construído por etapas, o atendimento com crianças iniciou bem cedo. De acordo com o site, o público atendido:

Eram bebês abandonados pelos pais na beira da estrada por estarem doentes, maltratados, aleijados ou apenas por um incômodo eram acolhidos no Lar Belém. Muitas famílias foram destruídas pelo álcool, drogas, crime e prostituição. As crianças inocentes sofreram. Eles foram simplesmente deixadas sozinhas com danos mentais consideráveis e problemas comportamentais. Quando foram encontrados, muitos deles vieram se juntar a nós no Lar Belém. (SOBRE, s/d)

Esse relato demonstra como ocorria a chega dos usuários até o serviço, sendo por meio de um fator que atualmente é nomeado como entrega espontânea. Igualmente os encaminhamentos poderiam ser realizados através de denúncias de maus tratos e situações de violência. A partir da porta de entrada no espaço a criança passava a ser de responsabilidade do Lar, que afirma [...] Nossos funcionários cuidaram de cada criança com amor e carinho, mas também com o grau de educação necessário. [...] Baseados em princípios cristãos, a sociedade considera-se importante na vida daqueles que por ela passaram, afirmando que construíram um ambiente de amor e carinho que possibilitou o desenvolvimento físico e moral dessas crianças.

Eles não sentiam nenhuma segurança, não recebiam calor humano e eram negligenciados porque não recebiam cuidados regulares. Eles não tinham cama para deitar. Isso tornou muitos deles agressivos, mal-humorados e difíceis de conviver. Mas com muito amor, paciência e empatia, a defesa inicial geralmente ruía e depois se transformava em carinho e amor. Quem é pobre não precisa necessariamente ser burro ao mesmo tempo. Muitos aprenderam bons ofícios e conseguiram empregos seniores. É por isso que ousamos fazer isso e ajudar as crianças. Com os amigos missionários desta obra e a quem Deus pôde abrir seus corações, pudemos juntos levar adiante esta obra. (SOBRE, s/d)

Ainda na análise das informações obtidas através do site de apresentação do Lar Belém, notou-se que alguns recursos e mantimentos eram enviados da Alemanha para a manutenção do espaço aqui no Brasil, o que ocorria de forma voluntária. Além disso, no site é abordada a mudança de Orfanato para um serviço ofertado a comunidade, conhecido como Projeto Viver, que oferecia um programa de contraturno para as crianças e adolescentes da região. De fato, essa mudança ocorreu principalmente pelo desenvolvimento legislativo do país, momento no qual novas normas e legislações são inseridas nesses espaços através do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

O atendimento era realizado em um espaço caracterizado como saudável e seguro, que buscava desenvolver atividades de lazer e para o próprio desenvolvimento da criança e do adolescente.

5 alqueires de estrutura e fora a parte de plantio. O espaço é dividido por blocos, existia a ala masculina e a ala feminina. Primeiro prédio era o feminino, sempre foi separado por sexo. Havia sala de cinema, sala de informática, câmara fria, banheiros, dormitórios que englobavam 2 beliches (4 meninas por quarto uma média), tinha quarto de roupas e o quarto de calçados, tudo era compartilhado. Também tem uma horta, lavanderia, sala de música, cozinha enorme, dois refeitórios. (SOBRE, s/d)

A estrutura de uma instituição que realize o abrigo de crianças e adolescentes de fato é muito importante. Esse ambiente além de possibilitar o desenvolvimento em suas variadas esferas, também precisa ser organizado de maneira segura e que tenha como objetivo proporcionar uma qualidade de vida melhor. De acordo com o ECA, dentro do serviço de Acolhimento são necessárias diversas medidas que possibilitem a manutenção de vínculos, a começar pela oferta de um ambiente de respeito e dignidade, que propicie escola, profissionalização, assim como atividades culturais, esportivas, de lazer, entre outras instâncias que contribuam ao desenvolvimento dos acolhidos (BRASIL, 2023).

Durante a primeira entrevista realizada, destacaram-se alguns pontos importantes. Primeiramente, compreendeu-se como se deu a iniciativa municipal de criação de um espaço destinado para o cuidado e zelo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, oriunda de uma demanda que aumentava diariamente no município. Além disso, foi possível perceber que anteriormente a esse serviço, essas crianças eram encaminhadas para o espaço Lar Belém e não recebiam acompanhamento do município de Toledo.

Após a coleta dessas informações, buscou-se encontrar o espaço institucional nomeado como Lar Belém e identificar suas mais variadas esferas de atendimentos, a fim de compreender a quantidade de crianças assistidas, os encaminhamentos realizados, o papel do Estado no local e quais profissionais compunham equipe de frente. A seguir, será abordado detalhadamente o período anterior à promulgação do ECA e investigar como os serviços funcionavam antes da legislação.

## **2.2 O serviço executado pela instituição Beneficente Lar Belém.**

“Se você não se comportar, eu vou te mandar lá pro Lar Belém.” “Criança que faz muita bagunça, o Lar Belém vem buscar”. Essas são algumas frases citadas para as crianças de Nova Santa Rosa enquanto o Lar Belém estava em funcionamento. O local era utilizado pela comunidade como um símbolo da repressão às crianças e ameaçá-las quando apresentavam alguma conduta de rebeldia.

Com vista a possibilitar uma aproximação maior com o campo de investigação científica, buscamos nos basear numa pesquisa de campo, por meio da coleta de dados extraindo assim informações da própria realidade. Através dessa organização a coleta dos dados é analisada nas condições naturais em que os fenômenos ocorreram, sendo assim diretamente observados pelo pesquisador.

Após identificar o espaço via rede social, através do Facebook, entrou-se em contato com o Lar Belém buscando um representante ativo que pudesse contribuir significativamente para o avanço da pesquisa e do tema. O contato realizado foi acolhido de maneira positiva e planejou-se uma visita pessoalmente. Para captar com maior propriedade a fala da participante, utilizou-se como instrumento um caderno de anotações e um roteiro para guiar a conversa realizada, tendo como objetivo registrar as falas mais importantes e as demais informações que surgiram no momento. Para a identificação do participante ao longo dessa entrevista, utilizou-se do nome “Maria”. Após a aplicação da entrevista, realizou-se a análise das informações apresentadas, articulando-se com o conhecimento teórico.

Dessa maneira, no dia 2 de julho de 2021, realizou-se uma visita à Sociedade Beneficente Lar Belém. A entrevista se deu dentro do espaço estrutural - ainda muito bem preservado - em uma sala conhecida como sala de reuniões onde são recebidas todas as visitas ao espaço, são tomadas decisões sobre investimentos, organização financeira, como outros assuntos importantes. Participaram desse momento a entrevistada Maria, que além de ter trabalhado por um período - ainda que curto - possui laços familiares com os fundadores.

Para entender como o Lar Belém foi criado e planejado, o início da entrevista foi destinado a descrever sua história. O andamento estava pautado em saber quais foram as pessoas envolvidas na equipe de frente da abertura do espaço, como se deu o seu planejamento, as etapas de construção e sua composição. Maria contribui relatando,

Eu sei que quando o casal chegou lá em Porto do Rio de Janeiro, ou primeiro São Paulo, no porto de Santos, eles viram muitas crianças andando na rua, pedindo esmola. Então o casal vinha com um filho de 1 ano ou 2. O primeiro

pensamento surgiu com a adoção, fazer uma família numerosa. A ideia inicial não era de orfanato e sim de uma família numerosa e assumir uma igreja, trabalhar na igreja. Mas ai em conversa com o pai do meu sogro, que era o chefe da missão, convenceu o casal a abrir um orfanato porque havia muitas crianças. E eles para escolherem na adoção estava difícil, eram muitas, imagina como escolher. Na verdade a história vem mais atrás ainda, o pai do meu sogro foi soldado na segunda guerra mundial e lá que nasce o desejo de proteger social. Ele protegia crianças judias, que escondia crianças, alimentava essas crianças durante a guerra. Ele era um homem muito culto e sabia várias idiomas mais que 7 era uma forma de passar a fronteira, fingindo ser de outras nacionalidades e por isso conseguia salvar muitas crianças. Recebeu até uma menção honrosa por isso. Mas eu não conheci ele. Foi ai que surgiu esse desejo de cuidado das crianças.

A vontade particular do casal e a fé cristã influenciaram na decisão da abertura da Sociedade Beneficente Lar Belém. A escolha do Brasil advém de dois fatores principais: o interesse da família pela região e a alta demanda de usuários para o serviço. Cabe mencionar que o período tratado na época foi marcado por uma intensa transformação econômica e social, resultando em um cenário com falta de infraestrutura, aumento nos índices de mortalidade infantil, evasão escolar, condições de moradas precárias e muitas famílias em situação de calamidade social.

Segundo Julião e Pizeta (2011) as próprias dificuldades enfrentadas pelas famílias estão ligadas diretamente a escassez de acesso aos serviços e a insuficiência das redes de apoio. Como apontado anteriormente, a função de proporcionar manutenção para essas famílias é de responsabilidade do Estado. Nesse ponto está a contradição, pois a sociedade em uma dinâmica de amenizar essas manifestações sociais criam alternativas que possam atender o público afetado. É o caso do Lar Belém, os fundadores perceberam a necessidade da criação de um serviço para atender essa demanda e o realizaram por conta própria. A diferença para os dias atuais é que o Lar Belém não contava com apoio e fiscalização estadual, diferentemente das atuais instituições filantrópicas que precisam executar o serviço em acordo com a lei.

A entrevistada ainda apresenta a postura do Pastor que além de proprietário, coordenada o espaço na época.

muito certo, muito correto. Não podia atrasar um minuto, se não ele berrava. Tudo era organizado, inclusive a comida dos adultos. O que eu admirava muito e que hoje não se tem mais é respeito. Era muito organizado e muito bem administrado. A criança que entrava era acolhida pelas que estavam e elas mesmos explicavam para as outras. Até a roupa, tudo era organizado de uma forma bem certa. Era o dia das cores, roupa de certa cor. E um domingo do mês tinham que ir pra igreja todos com roupa branca. Eles amavam esse dia, pq eles usavam jeans na igreja, então as crianças amavam pois andavam de jeans e camiseta polo branca. Todos. E depois tinha outro domingo, que era o dia do colorido.

Através da fala da entrevistada é possível perceber uma certa rigidez por parte do fundador e diretor da organização. Ao alegar que tudo precisava ser sempre muito correto, demonstra sua pouca abertura para situações que saíssem do controle. A reação em casos errôneos eram rebatidas com grito e agressividade.

A interlocução referente à porta de entrada do atendimento demonstra que essa decisão era realizada sem exigências e/ou estudo e análise da situação. Para ingressar no espaço as justificativas variavam entre uma vontade própria do genitor, casos denunciados pela escola, denúncias de vizinhos, própria comunidade que encontrava crianças abandonadas pelas ruas e praças, além claro da intervenção policial. O que se pretende frisar nesse momento é a ausência de uma equipe especializada realizando esse serviço. Considerando que o Acolhimento Institucional é um serviço destinado para casos excepcionais e que possuem um estudo e acompanhamento delicado sobre cada criança e adolescente, o posicionamento do Lar Belém era inverso do que hoje se preza no Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA.

Além disso, após ingressarem no Lar ocorria uma longa permanência da criança no espaço, sem visar a superação da vulnerabilidade social e a retomada para sua família de origem. Essa questão vai de encontro com a fala da Maria, que relata em um trecho sobre a ausência do envolvimento governamental até mesmo na questão financeira.

Não havia verba pública. Bem no começo, a chegada era feita pela própria comunicação das pessoas. Hospitais, própria família, que entregavam, às vezes até a polícia encontrava as crianças na rua. Aconteceu inclusive de crianças que vieram pela polícia e depois a família achou. Mas muitos não, muitos não voltavam mais. Com o tempo depois foi pela promotoria, direto pelo encaminhamento da Comarca de Toledo. E nos últimos anos com o Conselho Tutelar.

Em sequência é possível perceber os dois momentos enfrentados pelo Lar Belém: o primeiro configurava-se em um período sem legislação e acompanhamento, no qual as tomadas de decisões eram totalmente autônomas. Já em um segundo momento, após a promulgação do ECA o início de uma inserção de acompanhamentos e algumas exigências - ainda que mínimas - por parte da promotoria da Comarca de Toledo-PR começa a acontecer. Esse período de transformações correspondia juntamente as movimentações que ocorriam em âmbito nacional, no fim da década de 1980 e início da década de 1990. Esses fatos demonstram como a partir da inserção de uma legislação e a necessidade de seguir uma

normativa, muitas instituições filantrópicas entravam em crise. Isso porque suas funcionalidades não estavam de acordo com a exigência, gerando assim uma mudança em seu ordenamento e em alguns casos, seu fechamento.

Considerando que os esforços para manter um espaço institucional direcionado para crianças e adolescentes é complexo, perguntou-se para Maria como eram distribuídas as atividades no Lar Belém. Quais funções eram desempenhadas pelas crianças e adolescentes, quem as acompanhava nesses momentos, como eram distribuídas, a título de organização mesmo.

Como uma casa... eles levantavam cedo, tomavam banho, iam pra escola. Uma turma ficava e a outra ia. Quem ficava ia para o contraturno, arrumavam a casa, ajudavam na cozinha, ajudavam na plantação, tinham aula de costura, de música de marcenaria, as crianças estavam super ativas. O único dia que estavam livres mesmo era no domingo à tarde; quando tinham o privilégio de não fazer nada. Possuíam um ônibus para locomoção e iam para diferentes lugares, inclusive diferentes cidades. O mais gostoso era o mês de dezembro, porque era celebrado o mês do advento. Os 24 dias antes do natal, cada dia eles ganhavam doces. Vinham todos da Alemanha, bem diferentes. Para o dia das crianças, nos dois últimos anos já teve gente do Brasil que se envolveu. Comunidades que doavam bolas, roupas, mantimentos. Meu sogro fez uma inscrição de família, e as famílias podiam vir buscar as crianças aqui e passar o dia com elas.

Considerando a educação como um direito à criança e ao adolescente, diante do exposto é possível perceber que esse direito era contemplado, segundo a entrevistada. Apesar de citado o direito à garantia de educação, não se obtém informações concretas da veracidade dessa informação e da frequência nas quais os estudantes frequentavam os espaços escolares. Além disso, pode-se observar que esse direito não era garantido para todos, mas sim direcionados para uma parte dos acolhidos, em uma espécie de seleção. Os mais novos frequentavam as escolas regularmente, entretanto os mais velhos precisam ajudar com os afazeres escolares.

A separação em dois grupos de turnos é uma prática comum em instituições de Acolhimento Institucional, pois assim se têm um equilíbrio perante as atividades que serão desenvolvidas com os demais. Toda criança e adolescente inserido em uma instituição de acolhimento tem o direito de viver em um ambiente que contribua em seu desenvolvimento, que possa condizer tanto com questões físicas particulares, quanto com as esferas psicológicas e da própria interação social. Entretanto é necessário diferenciar fazeres e atividades que

contemplem o desenvolvimento próprio, de fazeres e atividades que sejam direcionados para manutenção do espaço, como relatado acima.

O questionamento rodeia-se em identificar até que ponto esse auxílio da casa era sadio e seguro para as crianças e adolescentes. E se, os funcionários do espaço contribuíaam nessa execução ou ocorria apenas uma fiscalização. Esses engajamentos possibilitam distinguir a atuação da organização das casas antes e pós Estatuto, pois atualmente práticas de grandes tarefas e responsabilidades para crianças não são permitidas.

Sobre o período de contraturno, as crianças eram direcionadas para atividades extras: música, culinária, jogos, cuidado com o ambiente. Nesse momento a entrevistada apresentou bastante emoção em sua fala, relatando os fatos com orgulho. De fato, a estrutura era propícia para o desenvolvimento dessas funções. Devido ao seu tamanho, havia muitas salas distribuídas e os blocos separados, o que possibilitava uma organização ainda melhor. O que não se sabe é como essas atividades eram conduzidas, se havia os materiais necessários, como era a questão dos profissionais, entre outras questões pertinentes à oferta da atividade para as crianças.

No que diz respeito à relação com o Estado, a ausência torna-se nítida ao relato que a própria comunidade realizava doações e mantimentos para a instituição - demonstrando a ausência desses recursos advindos das verbas públicas - além de frisar a parceria realizada entre Alemanha e Brasil, por meio do qual acontecia o envio de verbas, roupas, calçados e até mesmo alguns alimentos.

Correlacionando ainda com a atual legislação, percebe-se que o contato com a população externa da casa era frequente. Visto que em um trecho da entrevista é disposto “famílias podiam buscar as crianças e passar o dia com elas”, ação essa que não é mais permitida pela vara da infância em caso de pessoas que não possuem laço sanguíneo e/ou vínculo com essa criança e adolescente. Essa decisão é resultado de muitas pesquisas sobre vínculos emocionais e a importância da referência de família para uma criança em desenvolvimento. Pensando na dinâmica na qual a criança poderia conviver com uma família por algumas horas e depois ser devolvida novamente no espaço do abrigo, o prejuízo à saúde mental e também à saúde física podem ser inúmeros, gerando assim mais violações de direitos com aquele sujeito. Em um processo contrário ao de fortalecer vínculos, acabaria ferindo outras esferas e enfraquecendo o trabalho executado pela instituição.

A prestação de serviços para as crianças e adolescentes da Sociedade Lar Belém era muito vasta. Sendo assim, havia necessidade de um grande número de profissionais que realizasse todas as práticas ofertadas.

Olha, facilmente 30 pessoas. Eu não cheguei conhecer todo mundo. Nós fazíamos tudo, os móveis, a lavoura, todos eram funcionários. Maioria homens. Não moravam todos aqui, iam e vinham. Moravam aqui duas mães sociais. E antigamente três mães sociais para cada setor e mais um casal e depois um outro pastor que também morou aqui. Tinham vários horários, mas a maioria iniciava de manhã e terminava a noite. Apenas os que moravam aqui permaneciam aqui. Como por exemplo, as mães sociais, [que] folgavam durante o dia e trabalhavam à noite.

O sistema de “mãe social” geralmente era incluso em instituições ditas como casas lares, que abrigava crianças e buscavam formar um vínculo emocional, suprimindo a falta. A responsabilidade dessa figura era voltada para cuidados que envolviam desde alimentação, higiene, educação e até mesmo o apoio emocional, desenvolvendo além do papel de funcionária, a imagem de mãe. Um vínculo mais próximo dos sujeitos da casa era construído por meio de orientação, organização da rotina e até no quesito cuidado e carinho, pois laços emocionais eram criados.

No bojo da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente o desempenho da função “mãe social” foi um monumento árduo para superar, pois mesmo após a mudança de nomenclatura “orfanato” para “Acolhimento Institucional” e suas mudanças de compreensão do serviço, algumas instituições mantinham essa figura. Inclusive no município de Toledo, uma funcionária pública desempenhava essa função e morava no ambiente. Após as atualizações legais da lei, a atuação das “mães sociais” foram substituídas por uma equipe técnica interdisciplinar que atua no acolhimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e que buscam outros meios para proporcionar um ambiente de convivência familiar e comunitária.

Com relação ao número de trabalhadores citados pela entrevistada, esse estava destinado para o cuidado de aproximadamente 180 crianças. Ao todo temos um número próximo de 700 crianças e adolescentes que durante o funcionamento do espaço passaram pelo Lar Belém enquanto orfanato. Ao seu fechamento, ainda realizou até o ano de 2018 um atendimento de contraturno para crianças.

A demanda das crianças era da idade de 0 a 18 anos. O projeto contraturno era de 4 anos aos 14 anos. O orfanato foi de 1973 a 2003. E o projeto de contraturno de 2005 a 2018.

Um ponto que merece destaque é a relação intermunicipal na região. Vários municípios vizinhos de Nova Santa Rosa enviavam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade para o espaço destinado ao acolhimento desses indivíduos, sem realizar um acompanhamento periódico desses jovens. Após serem transferidos para a Sociedade Beneficente, os acolhidos passavam a receber apoio unicamente dos profissionais que trabalhavam no local, sem a presença de uma equipe técnica especializada para atender e proporcionar os encaminhamentos necessários.

Nesse viés, buscamos compreender o funcionamento do primeiro contato, como se dava à porta de entrada do serviço, quais políticas eram aplicadas e quais cuidados e assistência eram ofertados às crianças acolhidas. Essa análise é fruto da reflexão entre atual legislação e seguimentos que ocorriam antes do ECA. Atualmente quando ocorrem casos de Acolhimento Institucional, o acolhido passa a ser inserido naquilo que chamamos de Rede de Proteção. Não somente o acolhido, como sua família, passam a receber os mínimos de garantias sociais de sobrevivência, sejam elas na área da Assistência Social, como na Educação e Saúde.

Aqui nós fazíamos tudo. Primeira coisa quando a criança chegava já era levada para o hospital. No começo era no Filadélfia, em Marechal, cidade vizinha. Tinha também uma Assistente Social que trabalhava aqui na época, mais ou menos em 1987. Meu sogro era muito fechado para profissionais, ele acreditava que só ele sabia. Com o tempo, ele foi aprendendo e vendo que era necessário.

Primeiro iam para os hospitais, feito os exames. E depois era feito a adaptação aqui com a Assistente Social.

Aqui oferecíamos uma escola mesmo, todas as crianças da zona rural vinham estudar aqui. Até a 4ª série, nos anos 1990. Nesse momento eram todas as crianças, não só as do lar Belém. E depois começaram ir pra escola normal na cidade. Primeiro por uma decisão do pastor e depois todas as rurais foram fechando. A nossa foi a primeira a fechar.

Um fato que chama atenção foi a existência de uma escola no local, frequentada não apenas pelos moradores, mas também pela comunidade. Ao analisar esse ponto, duas questões merecem visibilidade: em primeiro lugar, considerar a existência da oferta de uma escolaridade. Visto que devido ao contexto social de muitos acolhidos, a evasão escolar era constante na realidade de acolhimento. E por outro ponto, através da escolarização era possível expor esses acolhidos a vivências comunitárias, criando laços e amizades com indivíduos que não residiam no espaço.

Em contrapartida, a existência de uma escola própria faz com que aumente a responsabilidade, o compromisso de garantir um ensino adequado que inclua horários de aulas, tenha sequência didática de conteúdo, presença de profissionais qualificados, entres outros requisitos necessários para um bom funcionamento pedagógico. Diante de todos esses fatores, o resultado posterior foi optar para o envio dos acolhidos em escolas regulares da região.

Com a mudança de foco para a educação formal, surgiu a necessidade de oferecer atividades para o contraturno escolar das crianças. Nesse ponto de vista, a equipe se mobilizou para planejar e implantar atividades que pudessem suprir o tempo vago. Várias atividades passaram a ser oferecidas.

Tinham música, marcenaria, artesanato, pintura, costura, esportes, culinária, jardinagem, agricultura. De tudo. Todos frequentavam a escola. Mesmo que alguns não queriam ir. Mas as crianças do orfanato sempre se queixaram que eram excluídas na escola, como crianças do orfanato. As crianças eram rotuladas como bagunceiras. Mas tinha esse tabu, nós podemos ver em filmes antigos, que os órfãos eram excluídos e nem todos eram órfãos, muitos tinham família mais em condições difíceis.

Conforme relatado pela entrevistada, as experiências das crianças ao frequentarem a escola eram marcadas por um preconceito advindo das crianças da comunidade. Esse é um fenômeno que ainda persiste atualmente, o que reforça a importância do trabalho constante da equipe de referência das Casas Abrigo e a escola frequentada pelos acolhidos. O ECA prioriza escolas próximas à localização do abrigo, para que haja a promoção de uma convivência harmoniosa entre todas as crianças.

Na verdade, eles tinham contato com os vizinhos. Cada criança tinha sua bicicleta, patins, quase todos. Mas eles tinham muita coisa. E sempre integravam com os vizinhos. Na verdade, eles tinham muito mais do que havia nas suas próprias casas.

Além das estratégias já mencionadas, a manifestação religiosa também foi uma forma encontrada para promover a socialização comunitária. De acordo com a entrevistada, os fundadores da Sociedade Lar Belém eram membros da Igreja Luterana e o projeto teve origem a partir de um movimento religioso iniciado na Alemanha. No entanto, surgem questionamentos sobre a obrigatoriedade da participação dos jovens acolhidos no espaço da Igreja.

...todo domingo frequentavam a Igreja e durante a semana eles tinham os devocionais. Mas não era obrigatório, quando eles viravam adolescentes eles decidiam se queriam ser batizados ou não na religião. Essa ligação religiosa ficava ainda mais visível no último mês do ano, no momento de celebrar o

advento, as crianças recebiam presentes, roupas e alimentos diferenciados como doces e gostosuras advindas do país.

Para garantir um ambiente que ofertasse seguridade e fosse acolhedor para as crianças e adolescentes acolhidos, era essencial que a casa estivesse sempre organizada e limpa. Essa era até uma exigência do próprio Pastor que prezava pela organização. Essa tarefa não estava destinada somente ao grupo de profissionais do espaço, mas também envolvia a participação ativa das próprias crianças e adolescentes. Dessa forma, o discurso defendido é que além de contribuir para a manutenção da organização e limpeza do espaço, essas atividades contribuíam no desenvolvimento do senso de responsabilidade e autonomia dos jovens.

A faxina maior era das tias, mas cada criança deveria cuidar do seu espaço. Elas enceravam o piso, essa era maior diversão. Sentavam nos cobertores e escorregavam pelo chão para executar o serviço. Mas durante todo esse tempo, não houve nenhum osso quebrado no espaço. Nenhuma criança que se machucou feio.

Sobre as principais diferenças visualizadas entre os períodos anteriores e posteriores à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, temos a periodicidade de cada criança e/ou adolescente inserida em um espaço de acolhimento. De acordo com a nova legislação, atualmente, o tempo máximo de permanência de afastamento do convívio familiar, seja o retorno para família de origem ou o encaminhamento para família adotiva, deve ser de até 18 meses. Esse processo é acompanhado de perto pela Vara da Infância e por uma Equipe Técnica composta por Psicólogo e Assistente Social. (BRASIL, 2023)

Com relação ao Lar Belém, houve alguns casos de adoção e retorno familiar, mas a maioria das crianças cresceram e se desenvolveram no abrigo até a maioridade. A entrevista confirmou essa informação e em seguida explicou como eram tratados os casos de irmãos.

Sim, vários casos de adoção. Para o exterior também e para o Brasil mais. Inclusive nós temos contatos com eles até hoje. A adoção, eles iam juntos. As pessoas que queiram adotar chegavam aqui, olhavam pra eles e escolhiam. Era tipo uma vitrine, os que eles gostavam, levavam. Mas meu sogro já dizia que irmãos eram levados juntos.

O Lar Belém funcionou como modalidade de orfanato de 1973 até 2003, quando foi fechado. A decisão de encerrar as atividades partiu das novas exigências legislativas que eram necessárias implantar no funcionamento do lar, principalmente da alteração da modalidade de orfanato para um espaço institucional. De acordo com a década, podemos analisar que essas mudanças foram advindas do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que apesar de ser aprovado na década de 1990, foi a partir dos anos 2000 que as mudanças começaram a se

espalhar pelo país e interferir diretamente em serviços antes considerados autônomos. A participação municipal que antes era nula, passava a afetar diretamente a organização do espaço.

Não havia participação municipal - enquanto foi orfanato - depois de um tempo sim. O lar Belém tem esse diferencial, a gente tem autonomia de trabalho. Mantendo nossos princípios. Sempre foi a característica principal, dos princípios cristãos. E meu sogro não aprendeu português, ele entendia, falava algumas palavras só... Os funcionários sabiam português e alemão, todos os funcionários tinham esse pré-requisito. Mas tinha um funcionário, que ele era moreno e meu sogro deu um jeito dele aprender e ele aprendeu.

A imposição de um segundo idioma evidencia não apenas uma dinâmica hierárquica entre os acolhidos e os diretores do espaço, mas também a presença de uma relação patriarcal entre o Brasil e a Alemanha. Era uma prática rotineira que o pastor demandasse que os acolhidos se comunicassem em alemão, uma vez que a maior parte do financiamento provinha desse país. Essa preferência era também refletida pelo próprio fundador, cuja familiaridade com a língua portuguesa era bastante limitada. Como resultado desse cenário, era frequente testemunhar os acolhidos interagindo em alemão com o pastor e os colaboradores da instituição.

O fechamento do Lar Belém refletiu a necessidade de mudanças no sistema de acolhimento institucional no Brasil, que vinha sendo criticado há anos por sua falta de qualidade e humanidade. A promulgação do Estatuto em 1990 foi um marco muito importante nessa garantia de direitos, principalmente por estabelecer novas diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. No entanto, compreende-se que esse processo não está finalizado, pois ainda há muito a ser feito para melhorar a qualidade do atendimento institucional possibilitando que esses espaços sejam de fato um lugar de proteção e desenvolvimento.

Com relação às crianças e adolescentes que viviam no espaço, essas receberam diferentes destinos. A transição não foi fácil, pois significava um novo rompimento de vínculos, bem como uma nova adaptação de rotinas e ambientes. Já a estrutura do Lar Belém foi desativada e mantida apenas por seus proprietários originais.

Teve vários motivos, mas um dos principais, seria pelo sistema de trabalho que já não era mais adequado a tudo que a lei pedia. Por exemplo, as casas tinham que ter até 10 crianças e aqui tinham muito mais, por exemplo, 30. E ainda tinha que ter a convivência familiar, que as crianças precisavam ter contato com a mãe. O que aqui não era possível. Teve também denúncias, que nunca foram provadas e inclusive foram arquivadas. Porque nunca teve comprovação disso então se usou

dessas denúncias para fechar o espaço. Se acusou que ele tinha um depósito de crianças, que elas não faziam nada.

As crianças que estavam aqui, eles carregaram e levaram do lugar de onde saíram. Somente em torno de 8 crianças que a gente soube que foram para uma outra casa aldeia. Esse processo de fechar demoraram 30 dias, mas foi horrível, porque as crianças choraram, gritavam, se escondiam. Tinham crianças que fugiram e voltaram pra cá. Até um caso de crianças que ficavam escondidas no matagal e a noite pegavam comida no espaço e depois voltaram. Teve até um que ficou dormindo no telhado, escondido em cima. E a noite roubava comida na cozinha. Pegava, não roubava. Foi bem traumático, o pastor entrou em depressão.

Em suma, as entrevistas são uma maneira poderosa de capturar e preservar a memória viva das pessoas em relação aos eventos históricos. Elas oferecem uma conexão direta com o passado e ajudam a enriquecer nossa compreensão das complexidades da história. A relação entre a memória e as entrevistas é intrínseca e significativa, especialmente quando se trata de coletar informações sobre eventos passados, experiências pessoais e histórias de vida. Entrevistas são uma ferramenta valiosa para acessar a memória das pessoas e obter perspectivas individuais sobre eventos e situações históricas. Ao fornecer testemunhos orais diretos as memórias das pessoas podem revelar detalhes, sentimentos e percepções que não estão presentes em documentos escritos.

Levando em conta as informações compartilhadas pela entrevista, foi possível compreender o processo histórico e as principais características da Sociedade Beneficente Lar Belém. A instituição que justificou sua abertura visando sanear as necessidades de crianças e adolescentes que precisavam de acolhimento teve seu fechamento de maneira brusca. Para ter uma visão mais ampla da realidade dos usuários desse serviço, realizou essa visita institucional buscando vivenciar a história prontamente como ela aconteceu na estrutura. Na sequência, algumas imagens <sup>12</sup> que demonstram a organização e distribuição estrutural do Lar Belém.

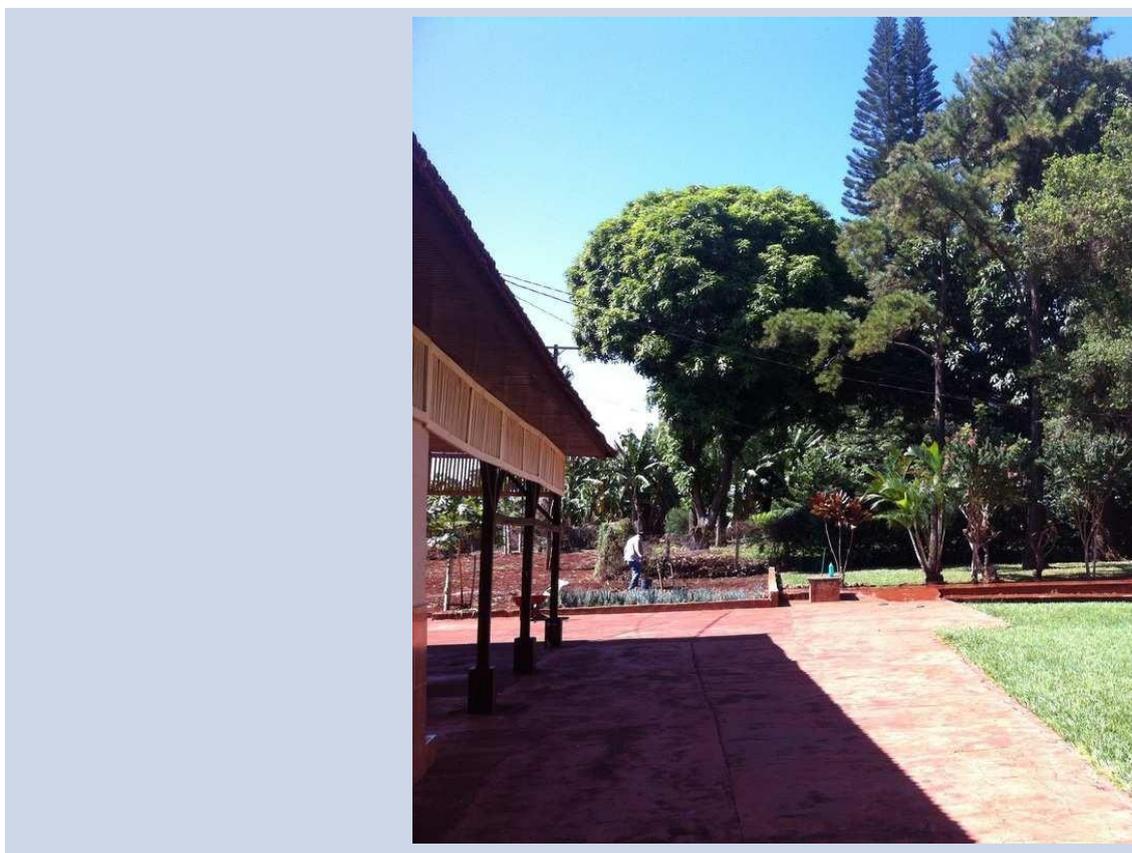
## **Imagem 2 – Lar Belém: pátio externo – foto de divulgação**

---

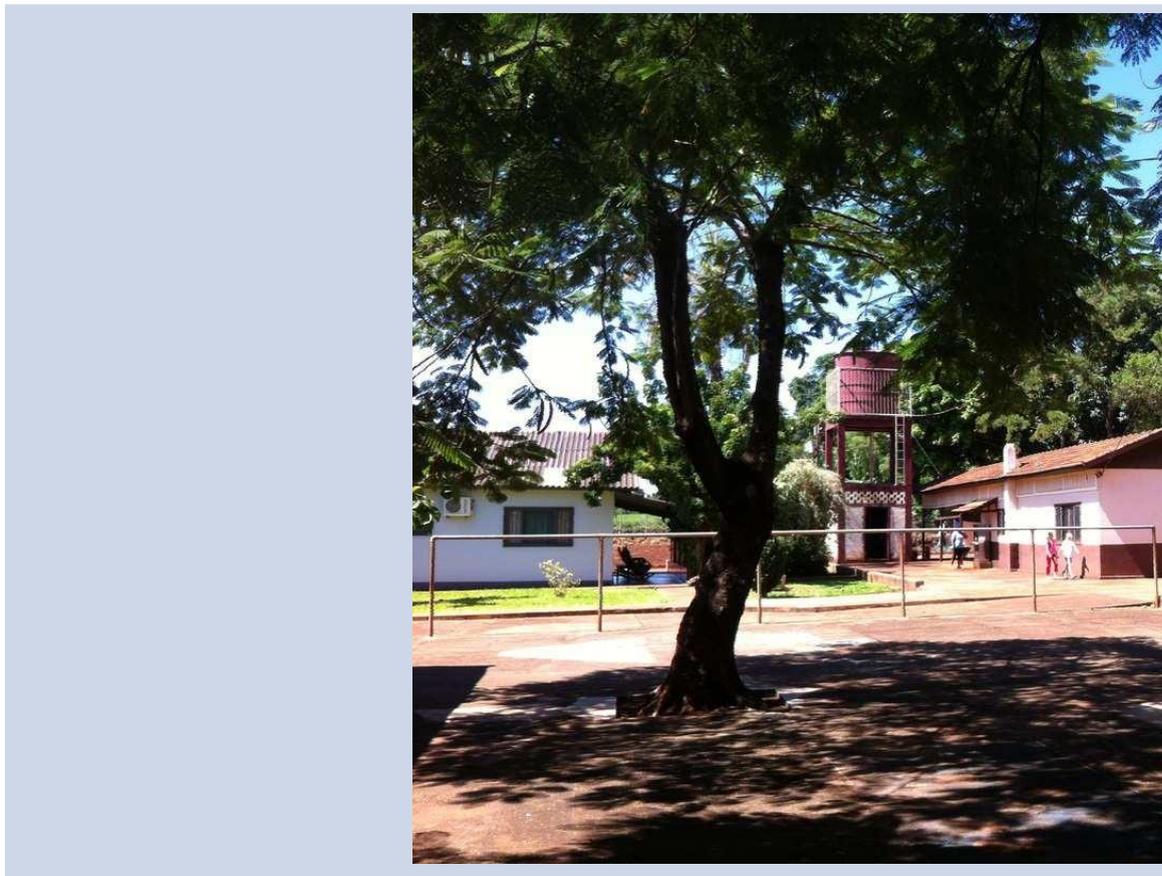
<sup>12</sup> Imagens retiradas do site da Instituição. <https://lar-belem.weebly.com/projekte.html>



**Imagem 3 – Lar Belém: pátio externo – foto de divulgação**



**Imagem 4 – Lar Belém: área construída – foto de divulgação**



**Imagem 5 – Lar Belém: laboratório de informática – foto de divulgação**



Fonte: [www.larbelem.com.br](http://www.larbelem.com.br) Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

Diante das fotos coletadas é possível visualizar a amplitude do espaço e a estrutura oferecida pelo Lar Belém para seus usuários. Além das instalações físicas amplas e bem cuidadas, o espaço contava com cultivo de horta e também de animais. Localizado em uma área rural na região do município de Nova Santa Rosa, o Lar Belém mantém a sua estrutura ativa, porém agora não executa nenhuma função social direcionada para crianças e adolescentes.

### **2.3 Lar Belém: um outro olhar.**

Ao tomar ciência da existência de uma instituição localizada no município de Nova Santa Rosa que prestava serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, antes mesmo da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciou-se uma busca incessante por mais informações. O objetivo era compreender melhor o funcionamento dessa instituição, suas práticas e os serviços prestados na época, visando uma análise mais aprofundada do período anterior à legislação que rege os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Como mencionado anteriormente, o processo de busca por informações sobre o Lar Belém foi complexo e desafiador, principalmente devido a dois fatores principais. O primeiro deles é o período em que a instituição foi inaugurada, na década de 70, antes mesmo da promulgação de uma legislação específica para crianças e adolescentes. Isso tornou a coleta de informações, mais difícil, uma vez que os documentos pertinentes estão localizados em arquivos sem autorização de acesso direto. Além disso, a instituição está localizada em outro município, o que também dificultou a obtenção de informações precisas e detalhadas.

O segundo fator que dificultou a busca por informações foi o acesso às pessoas que residiram o Lar Belém. Embora haja um registro das identidades das crianças e adolescentes que já passaram pela instituição, após o seu fechamento e sua dissolução, muito retornaram para suas famílias de origem ou iniciaram uma jornada independente.

Após acessar as redes sociais e realizar uma pesquisa profunda sobre a história do Lar, coletamos informações pertinentes como datas comemoradas pela instituição, menções honrosas, informação do falecimento do fundador Pastor Kruguer, bem como o endereço e a

função social atual que o Lar representa para a comunidade do município de Nova Santa Rosa.

A entrevista realizada com a Maria foi essencial para a pesquisa, uma vez que ela compartilhou relatos sobre a época do Lar Belém e sua organização enquanto orfanato. No entanto, apesar das informações obtidas, ainda foi necessário aprofundar a compreensão sobre como esses encaminhamentos afetavam diretamente a vida dos acolhidos que permaneciam na instituição. A intenção era analisar o estilo de vida proporcionado aos acolhidos, como eram as relações intersetoriais, o que era proporcionado, entre outros fatores pertinentes a um serviço de Acolhimento Institucional.

Inicialmente o foco da pesquisa estava direcionado na busca por documentos e informações que pudessem relatar a história do Lar Belém, entretanto percebeu-se a importância de encontrar relatos de pessoas que habitaram o espaço e usufruíram do serviço oferecido. Com esse direcionamento a pesquisa passou a explorar outros caminhos, como a utilização da rede social Facebook; buscamos localizar, nas postagens realizadas pela página oficial do Lar Belém, comentários de ex-moradores do espaço, que expressavam suas vivências no Lar. Os comentários variavam entre “saudades desse lugar” “bons tempos” e alguns mais reflexivos como “só quem viveu sabe” “cada um tem uma história para contar desse lugar”. A partir desses relatos, objetivou-se compreender a história do Lar Belém sob uma perspectiva diferenciada, a partir da visão daqueles que desfrutaram do serviço.

O contato inicial se deu através do próprio Facebook, no qual formalizamos uma mensagem apresentando o pesquisador e seu objeto de pesquisa, buscando trazer familiaridade do tema para o sujeito. Nessa interação, uma antiga residente do Lar disse que estava disposta a contribuir com a pesquisa, gerando um resultado positivo. Mantemos a conexão pelo Facebook e ela introduziu o assunto respondendo pequenos questionamentos voltados para o tempo que morou no lar, o ano, a sua passagem. Entretanto, quando a entrevista se desenvolveu para outro patamar com questionamentos mais direcionados a vivência do lar e a possibilidade de marcar-se um encontro presencial, a resposta foi o silêncio. Essa mesma situação repetiu-se com três pessoas contactadas via Facebook, que acolhiam o estudo, forneciam pequenas informações sobre suas vivências, porém optavam por não dar continuidade à entrevista.

Após as tentativas anteriores de contatar ex-moradores do Lar Belém a dificuldade de contato persistiu. Diante disso, enviou-se novamente mensagem a atual responsável da instituição, informando sobre as dificuldades encontradas. Ela indicou três pessoas que moraram no espaço e ainda mantinham uma relação próxima com o Lar, participando de eventos e realizando visitas frequentes. O primeiro de gênero masculino, respondeu a primeira mensagem, confirmando que morou no local e que aceitava participar de uma entrevista. Todavia, logo ele começou a dizer estar envolvido em compromissos diários e a adiar o encontro marcado, até o momento em que não mais respondeu.

O mesmo aconteceu com a segunda opção enviada, também do gênero masculino e que atualmente é um Pastor e morador do município de Toledo, Paraná. O primeiro contato se deu de maneira muito receptiva e acolhedora. Entretanto mais uma vez a entrevista não desenvolveu por ausência do entrevistado. Vale ressaltar que primeiramente era ofertada a entrevista de maneira presencial, visto que a partir dessa modalidade é possível desenvolver amplamente a conversa e coletar mais informações das que eram esperadas. No entanto, devido a resistência do público alvo em participar da entrevista, optou-se pela sugestão de enviar um questionário com perguntas referentes à vivência do espaço e o sujeito somente respondê-la. Sempre orientando que qualquer questão que o deixasse desconfortável, era direito do entrevistado não respondê-la. Nesse caso o entrevistado optou por responder, alegando que seria uma boa opção, porém após o envio do questionário nunca mais se teve retorno das respostas.

Esse processo foi acompanhado de várias mensagens enviadas pelo pesquisador, deixando claro que as informações eram destinadas apenas para uma pesquisa acadêmica, e que contribuiria para uma pesquisa de desenvolvimento do serviço ofertado atualmente. Apresentou-se também o termo de compromisso e seus detalhes, explanando que o entrevistado poderia optar por encerrar a entrevista a qualquer momento, mas infelizmente não obtivemos sucesso.

Diante das tentativas falhas, o caminho foi entrar em contato novamente com a responsável pelo Lar, explicando a situação e buscando compreender o motivo da resistência dos ex-moradores em ceder um espaço de fala sobre a instituição. Dessa vez, a própria responsável do Lar entrou em contato com uma ex-moradora, questionando-a primeiramente se ela aceitava realizar essa entrevista e explicando que a mesma era de caráter estudioso,

respaldado na Universidade e com o objetivo de uma escrita de trabalho. Esse contato correspondia a uma senhora do gênero feminino que morou no Lar Belém logo no início da sua abertura.

Infelizmente esse contato não foi finalizado com sucesso. A entrevistada respondeu os questionamentos, proporcionou conversas e diversas informações a respeito da sua vivência no Lar via mensagens. Entretanto, manteve-se resistente em encontrar-se pessoalmente e dar continuidade ao processo. Acredita-se que esse rompimento se deu por motivos que variam desde o medo, insegurança em compartilhar informações muito pessoais. Quanto ao acesso emocional, desbloqueando memórias que não fazem bem para a entrevistada, colocando-a em situação de desconforto. Outro motivo alegado foi a questão do usufruir dessas informações, a entrevistada passou a acreditar que a entrevista seria utilizada para a escrita de um livro, gerando assim lucros e investimentos. Mesmo após explicações sobre utilização apenas para âmbito educacional, sem fins lucrativos, utilizado como parte fundamental para conclusão da escrita, infelizmente não obtivemos acordo.

O último contato realizado foi através do envio do questionário<sup>13</sup>, buscando apresentar as perguntas que seriam realizadas, as informações que seriam coletadas, o termo de compromisso com o sigilo, mas novamente não tivemos retorno. A entrevistada apenas visualizava as mensagens enviadas, não negava a participação e por vezes concordou em realizar, todavia as informações coletadas não serão expostas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Durante essas pequenas interações foi possível obter informações importantes sobre a história da instituição, que não haviam sido encontradas anteriormente. Foi constatado que o funcionamento do espaço se divide em duas partes: a primeira ocorreu desde a abertura até meados do final dos anos 80, quando ocorreu o seu primeiro fechamento devido a questões internas do relacionamento entre o Pastor e a sua esposa. Do período de abertura até esse primeiro fechamento, o Lar era conduzido de uma maneira mais rígida e com práticas mais severas de atuações. Após sua reabertura na década de 90, a instituição atualizava-se devido aos novos movimentos na área da infância e adquiriram uma nova postura.

Prosseguindo com o processo de coleta de informações, a busca por relatos ainda se mostrava desafiadora. Diante disso, optou-se por retornar o contato com a Assistente Social

---

<sup>13</sup> O questionário utilizado pode ser consultado nos anexos a este trabalho.

Ires, nossa primeira entrevistada, que prontamente colaborou ofertando mais contatos para abordagem. Foi assim que conseguimos estabelecer uma conversa com a nossa terceira entrevistada, que aqui será identificada com o nome fictício Joana. A entrevistada aceitou de imediato colaborar com o processo de pesquisa, o que foi de grande valia para o avanço na busca de novas informações.

Joana apresentou-se muito receptiva desde o primeiro contato. A entrevista aceitou conversar sobre o tema e compartilhar sua experiência nesse período, dividindo assim informações importantes e significativas para o andamento da pesquisa. Pela questão da disponibilidade da entrevista, o instrumento utilizado para realizar essa função foi o envio de um questionário contendo questões voltadas para a vivência no espaço Lar Belém e para a familiarização dos dados.

Em um segundo momento, a entrevista ocorreu de maneira presencial, de forma oral e dinâmica. Joana morou na instituição Lar Belém em um período que vai de 1999 até o ano de 2002. Em seu relato de chegada, a entrevistada compartilha: "Fui levada pelo Conselho Tutelar de Toledo. Me apresentaram o lar, fui bem recebida.". Nesse trecho é possível perceber que a entrevistada morava no município de Toledo e como aqui na época o serviço de acolhimento institucional estava em processo de discussão, a acolhida foi encaminhada para o município de Nova Santa Rosa, o que nos possibilita verificar o direcionamento seguido de um município que não tem serviço próprio de acolhimento, acabada sendo forçado a enviar seus usuários para os municípios vizinhos.

Durante a entrevista, o foco direcionou-se em compreender como a entrevistada foi acolhida no espaço Lar Belém. De acordo com a legislação atual, somente em casos excepcionais deve haver afastamento familiar e encaminhamento para instituição de Acolhimento. No caso da Joana, a história apresentou particularidades.

Eu vivia cada 2 meses em um espaço. Um lugar da prefeitura, depois ia para casa da minha mãe, fiquei um tempo na casa da minha tia, assim por diante. Até um dia uma conselheira veio me procurar e me explicar o que estava acontecendo. Fui levada ao lar em uma kombi, lembro que o caminho era bem longe. Quando cheguei, tudo era novidade.

Nesse trecho nota-se - ainda que minimamente - uma ação do Estado através do Conselho Tutelar. Cabia a esse órgão realizar esses tipos de abordagens conversando diretamente com a criança acolhida. Vale ressaltar que atualmente um grande tema de debate tem sido construído através dos profissionais que compõem o Conselho Tutelar, que por serem

escolhidos através de uma eleição comunitária, não há exigência de se ter uma formação específica para atuar no Conselho. Entretanto, seu funcionamento ainda continua preservado da mesma maneira. Estando em um patamar de debates. Após o encaminhamento para o Lar Belém e a chegada da acolhida no espaço, questionou-se a sobre a manutenção dos seus vínculos familiares.

Logo quando eu fui não tinha ninguém próximo a mim, porém anos depois tive meus irmãos menores que foram para lá também, mas ficaram pouco tempo lá. Eu tenho 4 irmãos, mas todos meio irmãos. Minha tia e minha mãe também iam me visitar, nós ficávamos em uma sala de reuniões. Elas ficavam 1 hora, 1 hora e meia. Mas eu não gostava, por mim elas nem precisavam me visitar, eu não queria.

A situação de convivência familiar na qual a entrevistada se encontrava era de fato muito parecida com a realidade enfrentada atualmente. Hoje as instituições de Acolhimento Institucional destinadas para crianças e adolescentes possuem em sua rotina a prioridade em proporcionar momentos que garantem o direito à convivência familiar. Essa organização de horários e dias parte principalmente da Equipe de Referência da Assistente Social e Psicóloga, que analisam cada caso isolado da realidade vivida por aquele acolhido e até que ponto uma convivência familiar pode contribuir em seu desenvolvimento. Vale reforçar que, caso o acolhido não tenha acesso ainda a visitas diretamente com seus genitores, é possível marcar momentos com os familiares. Todos esses encaminhamentos são priorizados pensando na garantia de direitos do acolhido.

Como os acolhidos do Lar Belém se relacionavam? Havia uma relação fraterna entre eles, além dos contatos destinados aos pais biológicos? Além disso, a pesquisa também buscou compreender como as crianças se comportavam diante da figura do Pastor e o que ele representava para a instituição.

Tínhamos o Pastor como nosso “Papi”. Ele falava bem pouco português, mas exigia muita organização. Nas filas e nos momentos de silêncio, era realmente silêncio, caso contrário ele acabava acertando um tapa naquele que não se comportava. Com relação a casa das meninas, ele quase não frequentava e nem fiscalizava o nosso quarto. Entretanto, com os meninos, isso era um pouco diferente. O Papi tinha uma relação mais próxima e claro que quando encontrava algo fora do comum, repreendia com castigos.

A repressão física e psicológica é expressamente proibida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, essa prática consiste em ferir os direitos garantidos pelo ECA. Em vez disso, orienta-se a busca por uma disciplina educativa, voltada para o desenvolvimento pessoal e aprendizagem utilizando o diálogo e exemplos construtivos, sem proporcionar violência ou

crueldade. De acordo com a entrevistada, os castigos variavam entre: punições físicas, psicológicas, retirada da convivência ficando isolado por um tempo em um espaço da casa nomeado como porão, além da remoção de uma das refeições. “Quando não se comportava, tiravam o lanche por exemplo. Então a criança só iria para o refeitório no momento do jantar”.

Para enriquecer a vivência dos acolhidos, é importante que a rotina dentro das instituições destinadas à criança e adolescente seja diversificada. Isso porque os acolhidos passam 24 horas na instituição, devendo ter acesso às demais políticas públicas e a garantia do desenvolvimento em todas as áreas.

Acordava às 06 horas, se arrumava, organizava o quarto, descia para tomar café. Após ia para fila esperar o ônibus chegar pra ir à escola. Chegava da escola já passado do meio dia, ia almoçar depois subia para a casa das meninas, tirava uniforme e ia para escola do Lar fazer tarefa com a professora. Metade da tarde tínhamos nosso lanche. Depois ficava livre para brincadeiras. Às 18 horas descia para o refeitório para jantar. Após, subia para casa das meninas para tomar banho e às 19 horas todas iam para cama dormir. Nos finais de semana, a rotina mudava.

No período de visita foi identificada no espaço uma sala direcionada para estudos. Como citado anteriormente, a primeira ideia do Lar era proporcionar o direito educacional dentro do seu espaço, entretanto devida às adversidades isso não foi possível. O que ainda permaneceu, conforme relatado, foi uma escolinha direcionada para o reforço e as tarefas dos acolhidos. No que diz respeito à alimentação, a entrevistada relata a garantia das alimentações durante o dia, menciona ainda que nunca faltou, era uma alimentação balanceada. “Me lembro por exemplo que no café da manhã a gente tinha mingau de aveia e pão integral”.

Na menção da entrevistada, a rotina do final de semana mudava. Isso ocorria devido aos compromissos da Igreja; de acordo com Joana todas as crianças e adolescentes precisavam ir até a igreja no final de semana. Além disso, também aconteciam frequentemente eventos no local como festas, comemorações, homenagens, entre outros compromissos do Lar. Inclusive devido à religião a vestimenta feminina estava limitada somente no uso de saias ou vestidos. Não era permitido vestir-se com calças ou shorts.

O espaço Lar Belém ofertou atendimento para muitas crianças e adolescentes durante sua funcionalidade. Para possibilitar atender a demanda do público, conforme a faixa etária da

criança passava a tornar-se adolescente<sup>14</sup> e com isso ganhava responsabilidades dentro da organização do espaço. A entrevistada relata as atividades na qual contribuiu.

Ajudar na organização das casas das meninas. Lá era dividido entre casa dos meninos e casa das meninas, cada um ajudava na sua casa. Auxiliar cuidando das crianças menores. Auxiliar na cozinha, na hora e na lavanderia. Isso acontecia assim, a gente tinha a tia responsável pelo local e a gente só auxiliava ela. Por exemplo, a tia da lavanderia, ela que lavava a roupa e a gente ia e ajudava a estender.

Essa divisão entre Casa das Meninas e Casa dos Meninos ocorria principalmente pela questão de organização. Assim cada casa tinha uma cuidadora responsável, que zelava pelo espaço, mantinha organizado, tinha contato com os acolhidos criando vínculo emocional, dormia nessa casa, colaborava com os cuidados com os acolhidos. Joana ainda relata, por exemplo, que durante a noite a cuidadora da Casa das Meninas exigia que as portas estivessem abertas, para manter esse controle.

Dentro do espaço Lar Belém, as relações afetivas eram muito valorizadas e muitas amizades eram construídas entre os próprios acolhidos. A entrevistada, inclusive, menciona que ainda mantém contato com alguns ex-moradores do período em que viveu no Lar. Demonstra como melhor lembrança do Lar o contato que ela mantinha com sua madrinha da Alemanha. Cada acolhido era contemplado com um apadrinhamento. Essa madrinha era responsável por enviar verba para manutenção dos gastos com o acolhido, bem como um investimento para o seu futuro. Entretanto, não há registros de que os acolhidos recebiam esse dinheiro. O mesmo ficava retido na área do financeiro controlado pelo Pastor.

Os acolhidos recebiam muitas coisas enviadas da Alemanha, que variavam desde vestimentas, calçados, como produtos de higiene pessoal. Esses mantimentos ficavam em uma casa que se chamava de Casa de Recebidos. Como a estrutura do Lar Belém era muito grande, cada espaço recebia uma função, seja de serviço para o acolhido, quanto para depósito de produtos. Um ponto que chama atenção na fala da acolhida foi a questão da meritocracia.

Não eram todos que recebiam esses pertences. Eu já ajudei na casa dos recebidos, a gente tinha por exemplo um quarto só para casacos. Eram muitos, tudo bem organizados dividido por numerações. Muitas opções de calçados e roupas e ai iam distribuindo conforme dava. Claro que algumas pessoas eram chamadas de protegidas, eu era uma das protegidas. Em mim o Pastor nunca bateu e também vivia me dando chocolates, direto da Alemanha. A minha madrinha era muito muito rica, por isso sempre tive uma

---

<sup>14</sup> De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança até a faixa etária dos 12 anos incompletos. Após esse período, entra na nomenclatura adolescente.

boa relação com ela. Eu recebia alguns pertences enviados de lá, lembro que a tia me chamava e me entregava escondido.

O conceito anteriormente considerado como meritocracia deve ser reinterpretado como um potencial abuso de poder, dando espaço para uma análise mais profunda. De um lado, emerge a reflexão sobre as vantagens desfrutadas por aqueles que se tornam objetos de tratamento diferenciado. Porém, por outro lado, é crucial explorar o laço emocional complexo que permeia tanto aqueles que são alvo desses tratamentos especiais quanto os observadores, que sem dúvida absorvem e reagem à situação de formas variadas. Essa dinâmica nos convida a examinar não apenas as implicações diretas das ações, mas também as consequências emocionais e sociais que reverberam através dessa interação entre privilégio e percepção.

Joana considera a relação com sua madrinha como sua lembrança favorita do espaço. Também adiciona ter tido bons momentos com a Tia que era responsável pelo cuidado da Casa das Meninas. Infelizmente, nem todas as lembranças da entrevistada em relação ao Lar Belém são positivas. Quando questionada sobre uma memória difícil, ela compartilhou sobre o episódio de um abuso sexual provocado por outro acolhido, fato esse extremamente delicado.

Sofri um abuso sexual. Na casa tinham muitas crianças e as Tias não conseguiam ficar de olho em todas. Como a idade permitida para ficar na casa era até os 18 anos, também tinham adolescentes de 17, 16 anos, todos por lá. Esse rapaz deveria ter uns 17 anos e meio. Estava acontecendo um evento no Lar e ele me chamou para ver uma coisa em um cantinho. Entre as casas, tinham corredores largos. No corredor tinha uma mesa, foi ali que aconteceu o abuso. Inclusive ele usou preservativo, eu não sei como ele tinha.

O abuso sexual em um lugar que é voltado para a proteção fere ainda mais os direitos daquela criança acolhida em situação de vulnerabilidade social. A principal questão observada foi no sentido de recursos humanos, devido sua falta essas situações começaram a acontecer. Também é necessário considerar a grande variedade de faixas etárias no local, sem um trabalho específico e sem um ensino voltado para puberdade, situações assim podem ter sido comuns.

A maneira de sair do Lar Belém era quando os adolescentes completavam 18 anos ou então por meio da adoção. A entrevistada confirma que alguns processos realmente aconteceram e inclusive ela teve uma situação peculiar.

Estava tudo certo, eu ia morar na Alemanha com a minha madrinha. Ela veio de lá e passou 14 dias no lar comigo, se aproximando de mim, me conhecendo. Depois disso eu fiz passaporte e tudo. No último dia, quando já

estava pronta pra ir, cheguei até me despedir do Lar, fomos até Toledo conversar com o juiz. Minha tia e minha mãe também estavam lá. Foi um momento muito difícil, minha mãe começou a chorar dizendo que queria ficar comigo, que não era pra eu ir. Mas eu não tinha vontade de ficar com ela, nunca foi minha mãe, nunca fez esse papel. Por fim, o juiz decidiu que eu não iria mais pra Alemanha e eu voltei pro Lar. Chorei muito aquele dia.

Atualmente, a adoção é um processo bastante rigoroso regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Visa garantir a proteção da criança e do adolescente que será acolhido, bem como realiza um trabalho prévio com a família que pretende adotar. Através da Vara da Infância inicia-se o processo do pedido de adoção, onde a família com a intenção de adotar deverá apresentar a documentação exigida e aguardar ser habilitada para fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção. Diversos fatores são considerados para acontecer uma adoção definitiva, o objetivo é proporcionar uma compatibilidade entre a família e a criança que será adotada. Ocorre também um período de convivência e aproximação, estudado minuciosamente pela Equipe de Referência composta por Psicólogo e Assistente Social. O Ministério Público também tem participação, pois é através dele que o processo termina com a emissão do novo registro de Nascimento e documentação (BRASIL, 2023).

Para finalizar a entrevista, conversamos sobre o fechamento do local. Joana esteve morando no espaço até o encerramento de suas atividades. Relata esse momento como muito traumático e que os acolhidos foram direcionados para suas famílias antigas ou fugiram, passando a viver sozinhos.

Não lembro exatamente porque o Lar fechou, mas parece que foram denúncias feitas pelas meninas que saíram do lar. No meu caso eu voltei e conversei com o juiz que me emancipou, mas precisei voltar a morar com minha mãe. Ela tinha casa própria, mas fez muitas atrocidades quando eu retornei. Me batia, colocava coisas na alimentação, tudo, tudo. Hoje em dia não tenho mais contato com ela.

Atualmente Joana encontra-se morando no município de Toledo, Paraná. Tem uma filha, um emprego e sua própria casa. A sua entrevista permitiu uma análise importante frente três momentos cruciais: antes do Lar Belém, sua vivência no Lar e sua saída. O Estado falhou com Joana em um primeiro momento por não esgotar todas as tentativas de manutenção familiar, pois antes de considerar o acolhimento institucional como opção, é fundamental explorar alternativas de manutenção familiar que possam preservar o ambiente familiar e oferecer suporte às crianças ou jovens em situações vulneráveis. Como alternativas que evitem esse sofrimento e separação familiar, opta-se pela inserção em programas de apoio familiar, assistência financeira, rede de apoio comunitária e abordagens podem variar

dependendo das necessidades e recursos disponíveis. Não foi lhe oferecido inserção na Rede de Proteção e Joana passou por diversas violações de direitos. Encontrou-se em situação de vulnerabilidade social por muito tempo, visto que ainda com 6 anos passava cerca de 2 meses em cada lugar. Com o seu envio para o Lar Belém, a acolhida também enfrentou dificuldades. Sofreu um abuso, não tinha contato com sua família extensa e, principalmente, ficou sem direcionamento após o fechamento da instituição. E mais uma vez, o Estado falha com sua volta, enviando a adolescente para a convivência novamente com sua genitora. Somente com sua maioria, Joana conseguiu estabilidade financeira e emocional para dar continuidade em sua vida.

A entrevista justificou-se de modo a compreender como ocorreu a vivência no Lar Belém e quais direitos eram garantidos e/ou violados no espaço. A finalização dessa fala permite compreender a importância e necessidade de um serviço especializado para o Acolhimento Institucional, que vise garantir todos os direitos e não permitir mais violações. Diferentes reflexões e análises podem ser realizadas após essa coleta de dados, considerando que após o Estatuto da Criança e do Adolescente, serviços de filantropias foram interrompidos, passando a cumprir exigências legais. Bem como o atendimento ofertado a esse público agora necessita ser acompanhado e fiscalizado pelo Estado. Principalmente, busca-se caminhos para atender a necessidade do acolhido, contando com uma Rede de Proteção que, além de realizar atendimento para as crianças e adolescentes acolhidas, deve se estender para própria família. E por fim, como último recurso temos a opção da Adoção, onde os acolhidos que possuem todas as tentativas de retorno familiar esgotadas, podem conviver com uma outra família adotada. Todas essas conquistas foram longas e delicadas, mas que ao analisarmos a forma como os serviços eram ofertados posteriormente é possível perceber a sua importância e necessidade.

### **Capítulo 3 - O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUICIONAL E O MUNICÍPIO DE TOLEDO**

A discussão acerca da temática do serviço realizado pelo Lar Belém - enquanto uma sociedade beneficente que recebia crianças e adolescentes de toda a região Oeste do Paraná - ganhou visibilidade por retratar os primeiros encaminhamentos realizados com sujeitos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e rompimento de vínculos familiares.

As diversas violações enfrentadas pelas crianças e adolescentes anteriormente a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente representam o ferimento dos direitos humanos em aspectos de trabalho infantil, exploração sexual, abandono, alto índice de criminalização e uma ausência de proteção por parte do Estado e sociedade. Além disso, pela não existência de uma legislação específica direcionada para esse público, muitos atendimentos eram realizados sem uma supervisão e cumprimento legal de ações que visavam beneficiar unicamente as crianças e adolescentes atendidas.

O exposto acima buscou fomentar uma reflexão a respeito da necessidade de construir um serviço público, de responsabilidade do Estado com um atendimento adequado e fiscalizado, podendo assim garantir o direito integral pleno das crianças e adolescentes em afastamento familiar provisório. Essa nova orientação é resultado do aumento significativo de demandas e denúncias relacionadas as crianças e adolescentes, visualizando assim a necessidade de um ordenamento próprio para a faixa etária que priorize esses seres como fase de desenvolvimento social e psicológico que além de suprir necessidades fisiológicas, direcionam-se para proporcionar um ambiente seguro, de proteção e que garanta o pleno desenvolvimento social.

A escassez de equipamentos públicos em diversas áreas tem gerado uma lacuna significativa nas necessidades sociais, o que tem levado ao surgimento e crescimento de serviços filantrópicos. A falta de investimento adequado por parte do governo resulta em uma infraestrutura insuficiente para atender demandas cruciais, como educação, saúde e assistência social. Como resposta a essa carência, organizações filantrópicas, muitas vezes lideradas por cidadãos engajados e empresas, têm emergido para preencher esse vácuo, oferecendo serviços essenciais às comunidades desfavorecidas. Embora essas iniciativas possam desempenhar um papel crucial em atender às necessidades imediatas, a longo prazo é fundamental que o

governo assuma a responsabilidade primária de garantir a disponibilidade de serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos.

De fato, os serviços filantrópicos ainda atuam ativamente na nossa sociedade, visto que pela demanda social ainda é necessário esse suporte do terceiro setor, para que ocorra o atendimento pleno dessas crianças. Uma vez que contribuem para as diversas necessidades sociais e fornecem apoio, os serviços filantrópicos desempenham funções cruciais na manutenção da sociedade capitalista e no papel de auxiliar o Estado em demandas que não são alcançadas. Dividido através de grupos sociais, esses serviços atuam em esferas que o governo não realiza intervenção, assumindo assim um papel de suprir lacunas sociais.

Apesar de realizar um trabalho interventivo social, os serviços filantrópicos são oriundos do próprio Estado Capitalista que necessita dessas instituições para ter uma manutenção da sociedade, uma vez que as manifestações da questão social estão expressas socialmente e afetam diretamente os cidadãos. Buscando apaziguar essas interferências, a filantropia ganha ascensão. Atualmente existem diversas reflexões voltadas para esses espaços, buscando discutir a arrecadação dos recursos financeiros, os serviços escolhidos e a sua interferência social, além da dependência que esses espaços podem gerar no meio social, sendo perpetuadoras das desigualdades existentes considerando que algumas ações podem ser perturbadoras das desigualdades existentes.

Entretanto, vale ressaltar que agora existe uma parceria entre o Estado - que por muitas vezes não destina recursos suficientes direcionados para a criação e manutenção desses serviços - com exigências e cumprimentos. Isso porque, a questão financeira também entre em vigor, uma vez que essas entidades recebem um valor mensal pelos usuários que frequentam e utilizam o serviço. Em uma relação complexa e multifacetada, os papéis desempenhados pela união do Estado e Filantropia podem colaborar ou gerar uma situação de conflito entre as partes. Isso porque existem variadas relações entre as duas categorias, sendo elas de maneira complementar, onde o Estado e as instituições filantrópicas atuam de forma à complementar- se para enfrentar os desafios sociais.

Em uma forma de parceria e colaborações, o Estado além de estabelecer parceria, atua de forma a colaborar com a manutenção da instituição, considerando que o mesmo não presta esse serviço isoladamente. Em uma parceria entre relação e fiscalização, o Estado acompanha de perto o serviço executado e fiscaliza o atendimento ofertado, considerando que também há

a existência de recursos do governo investidos. A questão partidária também precisa ser considerada, visto que em alguns casos ocorre a concorrência por recursos financeiros – considerando que o Estado não consegue realizar parceria com todas as instituições filantrópicas existentes – se têm a necessidade de escolher e priorizar alguns serviços.

É importante frisar que a filantropia não pode ser vista como uma substituição da responsabilidade do Estado em fornecer serviços essenciais. Embora desempenham esse papel crucial na manutenção da sociedade capitalista, é dever do Estado fornecer a garantia e proteção dos direitos dos cidadãos, possibilitando assim uma vida com direitos mínimos concedidos e de qualidade.

O resultado dessas novas estratégias se deu principalmente pelas diversas violações vivenciadas por crianças e adolescentes que frequentavam espaços como instituições filantrópicas sem acompanhamento estadual, gerando ainda mais violações de direitos humanos, sociais, convivência familiar e por vezes até mesmo a convivência comunitária.

Sendo assim, o que se pretende abordar nesse capítulo é a era após a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, momento no qual têm início a construção de instituições prestadoras de serviços exigidos no próprio estatuto. Em Toledo, no Paraná, essa iniciativa na área da criança e do adolescente ocorreu principalmente após o aumento da demanda. Não somente direcionada ao afastamento familiar, como também a um serviço direcionado para manutenção dos vínculos familiares e o estudo socioeconômico. Vale a pena buscar compreender como está organizado esse serviço atualmente.

### **3.1 O Sistema Único de Assistência Social.**

A forma de prestação da institucionalização das crianças e adolescentes no Brasil passou por uma transformação significativa ao longo dos anos. O que antes era pautado em uma abordagem que tendia a criminalizar a pobreza, impondo um punho pesado de penalização das famílias vulneráveis. Uma conscientização crescente sobre essa abordagem levou a uma revisão completa das políticas de proteção à infância e adolescência no país.

Foi através de diversos atores sociais, movimentos de direitos humanos, que internificaram a urgência na mudança do sistema. Atualmente testemunhamos uma mudança fundamental nessa realidade, onde a institucionalização está sendo redefinida para se alinhar

com os princípios dos direitos sociais e da proteção social. Essa evolução tem sido impulsionada através de um crescente reconhecimento da importância de promover uma abordagem mais humanizada e centrada no bem-estar das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Diante da redefinição do sistema de institucionalização a união de setores da sociedade passam a dialogar visando apoiar reformas políticas e práticas que garantam o pleno desenvolvimento e proteção integral dos jovens em situação de acolhimento. Nesse novo paradigma, a prioridade é oferecer um ambiente seguro e acolhedor, no qual os direitos e necessidades individuais de cada criança e adolescente sejam respeitados e atendidos. Esse caminho é direcionado através da promoção da convivência familiar e comunitária, com foco no estímulo ao acolhimento familiar e a inserção em redes de apoio e proteção.

Esse novo enfoque coloca em destaque a importância de proporcionar um ambiente seguro, afetivo, de modo que os jovens inseridos nesses espaços possam ter a oportunidade desenvolver-se altamente e com potencial, alcançando assim uma vida plena e realizada. Essa transição representa um avanço significativo na construção de uma sociedade inclusiva, respeitando inteiramente os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes.

Para um bom andamento desses serviços, algumas legislações foram norteadoras e fundamentais para a execução de um serviço de qualidade. Dentre elas é válido destacar primeiramente a nossa constituição cidadã, Constituição Federal de 1988, que possibilitou mudanças em âmbito da garantia de direitos da população brasileira. Logo em seguida, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA (1990), como legislação direcionada especificamente para a garantia de crianças e adolescentes. O Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a lei 12.010/2009, que buscou traçar um caminho de mudanças e implantações necessárias para a concretização do sistema de proteção social.

A regulamentação do Sistema Único de Assistência Social possibilitou definitivamente a criação dos serviços de acolhimento, especialmente o Acolhimento Institucional destinado para crianças e adolescentes. Através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei 8.742/90, alterada pela lei 12.435/2011, juntamente com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, dispõem sobre a organização da Assistência Social voltada para o atendimento dos

cidadãos em vulnerabilidade social. Configurando-se como uma política direcionada para quem dela necessitar.

No que diz respeito a Lei Orgânica, essa foi instituída em 07 de dezembro de 1993, regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal que dispõe à respeito do direito a Assistência Social, direcionando-se para os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Ao firmar-se em uma bandeira voltada de proteção social à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e ao amparo integral de crianças e adolescentes carentes, possibilitou a criação de políticas estratégicas de combate à pobreza, afirmando-se como direito. Essa regulamentação de melhorias sociais, só foram possíveis através de outros mecanismos que pudessem regulamentar e viabilizar o que estava prescrito em legislação.

Sendo assim, derivada da LOAS, tivemos também a homologação da PNAS - Política Nacional de Assistência Social, que visa implantar e regulamentar em nível nacional a Assistência Social, estabelecendo a primazia de deveres que devem ser respeitados e seguidos em âmbito Federal, Estadual e Municipal, responsabilizando assim o Estado pela oferta e desempenho dos serviços públicos direcionados para a Assistência Social. A autora Yazbeck (1988) declara a LOAS como:

[...] uma mudança fundamental na concepção da Assistência Social que se afirmar como direito, como uma das políticas estratégicas de combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade em vive grande parte da população brasileira. (YAZBEK, 1988, p. 55)

Com as novas legislações homologadas, o país assume uma nova postura relacionada aos direitos sociais, agora, garantidos por lei. A discussão acerca de temáticas que envolvem a Assistência Social continua em ascensão, agora voltadas para a prática de oferta e execução desses serviços. Desse modo, em 2005 ocorre a elaboração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que comporta as categorias centralidade familiar e territorialidade. Com um serviço que agora comporta a participação do Estado, mas também a inserção da comunidade, a família é indicada como protagonista na prestação dos atendimentos.

Para uma melhor organização desse novo sistema, voltando-se para os campos de ações, tivemos, em 2005, a determinação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/ SUAS), que visava superar as demandas dos usuários da política. Mas é por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 que ocorre a atual organização de desmembramento dos serviços em complexidades: sendo elas média e alta complexidade.

Faz-se necessário compreender essas legislações e ordenamentos, pois através deles chegamos a atual concepção e atuação da Política de Assistência Social na sociedade. Além do mais, considera-se de suma importância visualizar que esse processo foi se desenvolvendo aos poucos, que cada legislação e atualização surgiram de uma demanda enfrentada pelos serviços e por quem eles eram realizadas as operações.

A partir da Tipificação foi possível descentralizar (ainda mais) o serviço da Assistência Social, direcionando os usuários para um acompanhamento, de acordo com suas necessidades. A Proteção Social Básica, conhecida popularmente como PSB, concretiza-se em operacionalizar seus serviços através do espaço Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerado como serviço de porta de entrada para a garantia do direito à assistência social. Recebe situações em que há ainda vínculos familiares e os direitos não foram violados, precisando de manutenção. Já em casos que ocorre violência de direito social, abandono, casos graves de negligência, esses são direcionados para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atende demandas de média e alta complexidade.

O Acolhimento Institucional considerado como violação de alta complexidade, encontra-se como serviço garantido pelo CREAS, que tem como objetivo proporcionar um afastamento temporário do espaço de negligência, direcionando os usuários para um local de proteção e atendimento pleno ofertado pelo Estado. Dentre as possibilidades de Acolhimento, temos: Abrigo Institucional, Casa-Lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e República. Todas essas modalidades são direcionadas para o atendimento de crianças e adolescentes.<sup>15</sup>

De acordo com as Orientações Técnicas (2009), esses serviços são definidos como:

Casa-Lar: Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente - em uma casa que não é a sua - prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (BRASIL, 2023)

---

<sup>15</sup> Vale ressaltar que o foco aqui está direcionado para crianças e adolescentes. Entretanto, também é possível encontrar outras modalidades de Acolhimento direcionados também para famílias e público adulto. Esse acesso pode ser realizado através do documento Tipificação (2009).

Além da descrição, as orientações também apontam o público alvo para quem esse serviço deve ser ofertado, crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que estão sob medida protetiva de abrigo, bem como especificidades, organização do serviço, recursos humanos, entres outros assuntos pertinentes ao acolhimento.

Em sequência encontra-se o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, abordado pelas orientações técnicas como um serviço que:

Organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo a atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente. (BRASIL, 2023)

Percebe-se essa prática ainda é pouco adotada no País, visto que - como apontado até mesmo pelas orientações - é uma atualização nova, advinda de outros países europeus. Em Toledo, por exemplo, não se tem ainda a prática de um serviço como esse.

Ademais, encontramos o acolhimento em formato de República

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustenção.

A principal diferença desse serviço é o apontamento para sem alternativas de convivência familiar e também a faixa etária, que busca atender jovens entre 18 e 21 anos. Apesar de garantindo pelas orientações técnicas, observa-se esse direito como pouco utilizado, pois os jovens e adolescentes que usariam desse serviço, nessa idade - em suma maioria - já buscam cortar relações com o Governo e decidirem por si mesmos, alcançando sua independência.

De qualquer maneira, o que se pretende abordar nesse estudo é o Acolhimento Institucional em modalidade Casa Abrigo voltado para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que possuem um ou mais direitos violados.

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem, ou na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (BRASIL, 2023)

A escolha deste recorte de pesquisa ocorreu por ir ao encontro do objetivo principal do estudo e sua pergunta norteadora. Além disso, observa-se que ainda sem o conhecimento da tipologia, a sociedade Lar Belém fazia apologia ao serviço de acolhimento. Mesmo que em modalidade orfanato, foi possível identificar que a demanda e resposta que havia naquele espaço eram configuradas com o processo de afastamento do convívio familiar e cuidado executado somente pelo espaço social - minimamente também contava com o apoio Municipal - sem o recebimento de rendas fixas mensais para manutenção por parte Estadual.

Foi através do SUAS que os serviços passaram a ser executados em uma pauta que coloca como prioridade a manutenção sócio familiar em suas mais variadas esferas, realizando uma interação com as demais políticas, garantindo ao cidadão o seu direito pleno de assistência, saúde e educação. Outro pilar fundamental que constitui o SUAS é o quesito territorialidade. Ou seja, o serviço será ofertado e desenvolvido de acordo com a demanda da região. Esse fato constata o porquê alguns municípios possuem serviço de Acolhimento Institucional, por exemplo, e outros não. O que ocorre nesse viés é que de acordo com a necessidade municipal, pode-se realizar encaminhamentos inter-municipais, quando uma demanda passa a ser atendida fora da sua região.

Dessa maneira, o SUAS representa uma estrutura fundamental para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Ele é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios direcionados para a Assistência Social e tem como premissa principal promover a proteção social de maneira integral, inclusa e que garanta todos os direitos necessários para superação de vulnerabilidade social.

Voltando-se para o recorte da pesquisa, em sua gênese o município de Toledo não tinha um serviço específico para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Em situação de necessidade de acolhimento, ocorria um direcionamento para município mais próximo que realizasse esse serviço.

Após o significativo crescimento de Toledo, tanto em termos territoriais quanto populacionais, a demanda por serviços de Acolhimento tornou-se uma realidade indispensável. Assim, o serviço foi desenvolvido na região para atender às necessidades

emergentes. Essa evolução também teve interferência da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que marcava o fim de uma era autônoma desses serviços e incluía o Estado como protanista do controle dessas instituições. Com a inclusão da participação ativa das famílias, da comunidade e da sociedade, um suporte mais abrangente e holístico passa a ser direcionado para o bem-estar dos acolhidos. A seguir, vamos acompanhar o fim da era de atuação desses serviços e as mudanças que o Estatuto da Criança e Adolescente proporcionaram no quesito Acolhimento Institucional.

### **3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente**

Ao fim do período do regime militar permitiu o desenvolvimento mais amplo das políticas sociais. O processo de democratização ganha forças através de movimentos sociais, lutas sindicais e organizações da sociedade civil que levantavam questionamentos e anseio de mudanças no quesito proteção ofertada pelo Estado.

Dessa forma pode-se afirmar que não há política social desligada das lutas sociais. De modo geral, o Estado assume algumas das reivindicações populares, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Certamente, não se estende a todas as reivindicações, mas na aceitação do que é conveniente ao grupo dirigente do momento. (VIEIRA, 1992, p. 23)

Diante da citação da autora Vieira (1992), é possível perceber a importância que os movimentos sociais tiveram diante da nossa sociedade. Através deles é possível alterar uma realidade baseando-se na equidade e conquista de direitos, buscando a diminuição das expressões da “questão social” amenizando os impactos à nossa sociedade. Nesse viés, as políticas sociais assumem a função de garantir - ainda que minimamente - aos trabalhadores, uma formação de conformar as relações sociais e atuar como manutenção da “questão social”.

De acordo com Netto (1996), através da política social o Estado burguês e capitalista administra as expressões da “questão social” visando atender as próprias demandas da ordem monopólica, buscando preservar e controlar a força de trabalho ocupada regulamentando as relações capitalistas/trabalhadoras, ainda em um processo no qual a burguesia entende-se como dominante o proletariado é dominado.

Essa visibilidade que se espalhava entre as políticas sociais também ganha força na área da criança e do adolescente. Isso se deu por dois fatores principais: o primeiro pela

evidência da família como receptor central das políticas sociais e com elas carregavam crianças e adolescentes em suas variadas faixas etárias. E em segundo lugar, pelo alto número de "menores" - como eram chamados na época - que podiam ser encontrados nas ruas.

Como decorrência desses fatores o aumento de denúncias também se elevou. Com as diversas irregularidades, uma pressão direcionada até mesmo para sociedade, fez com que organizações filantrópicas entrassem em vigor. O processo de acumulação capitalista traz em sua formação várias consequências econômicas e sociais. Entre elas, encontra-se o problema da marginalidade social, pois é resultado de um sistema acumulativo, excludente, que necessita de um exército industrial de reserva e consequentemente resulta em marginalização.

Maria Angela Varella Cabral (1982) em sua tese nomeada "Estudo do "menor carente" na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor" abordou como ocorria a organização da FUNABEM em seu período de funcionamento. Em fichas de prontuários foi possível identificar as justificativas para o acolhimento desses sujeitos, que variavam desde "sem família" "abandono" "foi adotada e devolvida" até "mau comportamento" "vadiagem" "furto e prostituição".

Em um contraponto entre a FUNABEM e Lar Belém é possível observar que as instituições recebiam crianças e adolescentes pelos mais variados motivos e que não havia necessidade de um acompanhamento psicológico/social para averiguar as informações e almejar outros caminhos como opções.

Alvo de denúncias e repercussão nacional e internacional, o cenário da FUNABEM só foi encerrado após organizações de movimentos sociais que buscavam bravamente uma melhoria de direitos na área da Criança e do Adolescente. Dentro desse período, destaca-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que ocorreu em três momentos diferentes: 1986, 1989 e 1993, buscando a concessão de direitos para crianças e adolescentes.

Mas foi na promulgação da nova Constituição, em 1988, que esse debate ganhou forças e futuramente resultaria na proposta do ECA. A soma de direitos sociais, civis e políticos passa a garantir aos cidadãos a construção de uma cidadania brasileira, o que simbolizou um marco para o país.

Na gama de direitos, o ECA constitui como uma legislação infra-constitucional que tem por objetivo principal proporcionar as condições necessárias para a garantia dos direitos da criança e adolescente. O paralelo entre o Código de Menores - antiga legislação da área da

infância - e o Estatuto da Criança e do Adolescente, permite a compreensão do rompimento com a visão clientelista e repressiva que antecedeu no país. Como abordado anteriormente, o Código de Menores aplicava-se exclusivamente a menores de 18 anos que se encontravam em situação irregular, seja ela de abandono, condição econômica, crime, desvio de conduta, entre outras justificativas para o acolhimento.

O ECA, considerado como inovador, visualiza a violência contra crianças e adolescentes como problema de calamidade pública, que deve ser substanciado em suas mais variadas esferas de direitos. Além disso, considera a criança e o adolescente como seres em pleno desenvolvimento, sendo considerados como prioridade absoluta independente de sua classe social, raça, etnia.

As ações assistencialistas caminham nesse mesmo viés, buscando atender os sujeitos desprotegidos possibilitando uma proteção integral, visando erradicar todo e qualquer tipo de violência, sendo prioridade absoluta. Em seu artigo 4, o ECA estabelece que a execução e formulação de políticas públicas devem basear-se em: primazia de receber proteção em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção à infância e à juventude.

Em termos de Proteção Integral essa é voltada para medidas específicas que visam assegurar os direitos da criança e do adolescente em: Direito à Vida e à Saúde; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Convivência Familiar e Comunitária (não o Direito à Adoção); Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

E por fim, essas novas medidas também resultaram em novas criações de Varas especializadas exclusivas da infância e juventude de acordo com o número de habitantes de cada região e da demanda que a mesma necessita. Além disso, envolveu-se o Poder Judiciário e sua proposta orçamentária, desenvolver e acompanhar a infraestrutura necessária, bem como a provisão de recursos humanos para uma equipe inter-profissional.

A seguir, a discussão direcionou-se para compreender a execução dessas novas medidas adotadas pelo ECA na prática, tendo como referência as Casas Abrigo do município de Toledo PR, região alvo da pesquisa e desenvolvimento da discussão.

### 3.3 As Casas Abrigo

A particularidade das Casas Abrigo do município de Toledo possibilitam um desenvolvimento em suas mais variadas esferas para todos aqueles sujeitos afastados dos seus contextos sociais. Toda criança inserida nessa modalidade de serviço tem o direito de viver em um ambiente que possibilite o seu desenvolvimento pleno em todas as áreas da sua vida, seja ele físico ou emocional, esferas psicológicas e de interação social.

Para isso, a discussão realizada até o momento possibilita uma visão atualizada sobre a necessidade desse serviço e a importância de encaminhamentos certos e corretos que embasem uma atuação voltada para a proteção. Como citado anteriormente, a legislação maior que representa a Assistência Social é a própria LOAS. Dentro dela, Toledo é considerado como um município de grande porte - devido ao seu número de habitantes e organização territorial - sendo assim, recebe recursos financeiros do Fundo Nacional e Fundo Estadual de Assistência Social (FNAS/ FEAS).

Entendendo a necessidade de descentralizar os serviços, a rede assistencial organiza-se em uma Secretaria de Assistência Social que é o núcleo responsável pela efetivação dos serviços assistenciais, através das seguintes direções: Gestão do SUAS, Proteção Social Básica e Especial, Vigilância Socioassistencial e departamentos administrativos financeiros e orçamentários. No que diz respeito ao nosso foco da pesquisa, o Acolhimento Institucional, esse está inserido na Proteção Social Especial, na modalidade Alta Complexidade, dividido entre Casa Abrigo I, Casa Abrigo II e Casa Abrigo para Adolescentes.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2009) o serviço ofertado em Alta Complexidade recebe essa nomenclatura, pois é uma organização complexa que além de oferecer atendimento em questões sociais, direciona-se para uma proteção mais integral, contendo moradia, alimentação e até mesmo higienização. Além disso, é considerado um serviço que atende a família como um todo, compreendendo que essa está sob situação de violência.

Devido sua organização, o Acolhimento Institucional é um dos serviços mais caros de manutenção que um governo pode enfrentar. Isso porque sua funcionalidade perpassa 24 horas por dia, todos os dias da semana. Sendo necessário um grande número de recursos humanos, bem como pagamentos fixos voltados para luz, água, alimentação, entre outros. Além do mais,

é um serviço que apesar de contar com uma grande rotatividade, sempre será ofertado para algum sujeito que necessitá-lo, por isso os investimentos financeiros são contínuos.

Mas, de onde surgiu a necessidade de implantar esse serviço no município? Como relatado pela entrevistada Ires, após a década de 1990, o cenário de direitos começa a se alterar. Mas essa não foi a única mudança, também ocorreu uma sensibilização comunitária na qual além de serem cidadãos de direitos, passaram a realizar uma espécie de fiscalização e denúncias de situações que saíram do eixo. Nesse momento, também é necessário reforçar a importância que movimentos comunitários trouxeram, realizando conselhos e participação da comunidade na tomada de decisões.

Nesse viés, foi no ano de 2002 que ocorreu a primeira implantação de uma Casa Abrigo no município de Toledo/PR. Essa tinha (e mantém-se até hoje) o nome de Casa Abrigo Menino Jesus I - que buscou amenizar as raízes impostas pelo cenário de Orfanato, que por muito tempo caracterizou esse serviço - aderindo a um nome mais doce e mais aceitável para a população. Afinal caridade, filantropia, beneficência, serviço social, entre outros termos, foram usados repetidamente para indicar uma forma de solidariedade social para com aqueles necessitados. (FLORESTA, 2016)

A Casa Abrigo Menino Jesus I em seu princípio atendia uma faixa etária que variava entre zero a doze anos de idade. Nesse espaço eram encaminhadas crianças e adolescentes que se encontravam em processo judicial sobre situação social e/ou aguardavam adoção. Entretanto, diante do aumento da demanda do serviço, em 2010 optou-se pela abertura de uma segunda casa. Com o objetivo de proporcionar uma descentralização esse espaço passou a atender a faixa etária entre zero a seis anos de idade, nomeando assim a Casa Abrigo II. Essa divisão de idade proporcionava uma melhor organização do andamento da casa, além da construção e manutenção dos vínculos com os cuidadores sociais. Esse novo direcionamento, logo resultou na construção de uma terceira Casa, a Casa para os Adolescentes. O diferencial desse espaço tratava-se de estrutura (por ser uma casa destinada a uma faixa etária maior, não tem parquinho e/ou espaço direcionado para brincadeiras), além da demanda dos profissionais serem menor, devido ao número de usuários atendidos e suas atividades que resultavam em uma carga horária maior.

Após todas essas organizações, ficou destinado um quantitativo de 20 vagas por casa para atender crianças e adolescentes em situação de afastamento do convívio familiar. Além

disso, esses espaços contam com uma formação de recursos humanos que variam entre: cuidadores sociais, coordenadores da casa, Equipe Técnica: 1 Psicóloga e 1 Assistente Social para cada casa e assistente em desenvolvimento. Aproximadamente 25 profissionais atuam no serviço, dividindo-se entre escalas de trabalho que podem variar inclusive em um rodízio de 12/36 horas. (TOLEDO, 2023)

De acordo com a entrevista realizada no dia 26 de Agosto de 2021 com duas profissionais que compõem a Equipe Técnica da Casa Abrigo Menino Jesus II sendo uma Assistente Social e a outra Psicóloga, concursadas pelo município e exercem a função de atuação em um cargo público. Em termo estrutural, ocupam o trabalho executado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, contemplando assim o Serviço de Acolhimento Institucional. O encaminhamento das crianças e adolescentes para o Acolhimento Institucional ocorrem por meio de duas maneiras:

Pode ser por acolhimento emergencial, conselho tutelar se receber alguma denuncia vai verificar se a criança está em risco eminente e pode realizar o acolhimento. E pode ser também uma decisão judicial após ser atendido pela rede.

Como apontado pelas entrevistadas, as portas de entrada desse serviço variam entre a determinação judicial - uma das principais diferenciações da atualidade para os direcionamentos passados - que advém de um estudo de diagnóstico que consiste em averiguar as informações repassadas, bem como constatar subsídios para um afastamento familiar. Ou, por meio de uma denúncia de emergência realizada ao Conselho Tutelar que geralmente acompanha uma extrema urgência. (BRASIL, 2023)

No que diz respeito aos primeiros procedimentos da acolhida, em primeiro lugar temos a conferência de documentação, enquanto um profissional da casa (equipe técnica e/ou cuidador social) vai realizando essa acolhida.

[...] apresenta a casa, oferece um alimento para ver se a criança está com fome, faz esse momento de tentar acalmar a criança, mostrar o ambiente que ela vai viver a partir daquele momento. E depois encaminha pro banho, tira foto, essas coisas. Quanto maior a criança, mais assustada ela chega no espaço. Também tivemos uma situação de crianças que esteve no acolhimento, voltaram para família e depois voltaram para o acolhimento. Então é bastante chocante, tanto para eles que foram e voltaram, quanto para os que ficam. Nesse caso, eles pedem muito pela família.

Diante desse discurso é possível perceber a importância da manutenção dos vínculos familiares, observando que mesmo em uma situação de violência e/ou vulnerabilidade social, o processo de afastamento do convívio familiar pode ser difícil e desafiador para uma criança

e/ou adolescente. É por isso a necessidade de esgotamento de todas as hipóteses do retorno familiar, para somente assim existir um encaminhamento voltado para a adoção. Em um processo histórico se indaga como ocorria essa garantia de direito em espaços filantrópicos como o do Lar Belém, visto que por muitas vezes as crianças e adolescentes eram deixadas nesse espaço e não tinham mais contato com seus pais e familiares.

Apesar do serviço ocorrer especificamente dentro do espaço de Acolhimento Institucional, ele não é um processo isolado e sem interferência das demais políticas. Buscando garantir e possibilitar o exercício de direitos, todas são garantidas e realizadas dentro do Acolhimento; sendo elas saúde, educação e assistência social.

Não existe serviço de Acolhimento, sem as políticas sociais. Após o acolhimento, vamos fazer todos os encaminhamentos que a criança e a família não acessava até aquele momento então vamos levantar as demandas e encaminhar para o que for necessário.

Em termos de acesso às políticas sociais fica visível a diferença de uma articulação de trabalho atual, com as deliberações passadas. Um serviço ativo que perpassa toda a movimentação política e social do Estado. O Estatuto da Criança e do adolescente procura substituir o assistencialismo filantrópico e proporcionar ações socioeducativas em prol da cidadania.

A partir dos 4 meses a criança é inserida no espaço educacional, primeiramente como CMEI e em sequência são direcionadas para escolas. O ECA prioriza que esse atendimento seja ofertado próximo a casa do acolhido, entretanto muitas vezes por uma logística de locomoção ocorre a escolha de uma escola de referência, na qual a maioria dos acolhidos passam a frequentar. Essa esfera também está direcionada para atendimentos personalizados dos estudantes nesse campo, onde caso haja necessidade ocorre o acompanhamento também via psicopedagoga, apoio da própria rede educacional.

Sobre denúncias, muitas violações são constatadas pelas escolas, pois no espaço escolar acaba-se percebendo a violação e a situação de vulnerabilidade do estudante. O fluxo em seguida é o acionamento do Conselho Tutelar e em sequência o caso passa a ser assumido pela Equipe de Referência Técnica de cada Casa, variando-se de acordo com a faixa etária.

Considerando a nova realidade enfrentada pela criança e adolescente em situação de Acolhimento Institucional, uma maneira de amenizar os impactos que esse afastamento familiar pode exercer é por meio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. A Convivência Familiar é compreendida como uma grande dificuldade enfrentada pela Equipe

de Referência, isso ocorre porque para a providência desse direito é necessário possibilitar visitas e momentos de lazer entre o acolhido e sua família de origem, o que muitas vezes é impedido devido ao empecilho de visitas dos familiares, por questões burocráticas de análises que acabam fragilizando os vínculos, interferindo inclusive no processo de desenvolvimento emocional do sujeito em questão.

Sempre que possível fazer a visita das famílias ao acolhido. Mas é vedada quando percebemos que a criança corre risco, que não é de interesse da criança. Esse passo ele ocorre tanto pelo parentesco de pai e mãe, quanto pelos membros familiares. Por exemplo quando a gente percebe que a criança tem um grande vínculo com a vó, tia, madrinha, que seja, prioriza que aconteça essa visita. Mas como eu disse, depende, cada caso é um caso.

Já com relação à convivência comunitária, essa enfrenta principalmente uma dificuldade financeira. O recurso financeiro advindo do Estado que é destinado para garantia desse direito é básico, o que impossibilita prazeres individuais como passeios, momentos de lazer, entre outras situações diversificadas que os acolhidos poderiam ser expostos. A verba é dividida entre o número de acolhidos, geralmente não suprindo o gasto de todos eles. Diante dessa realidade, as Casas Abrigo tentam se organizar de acordo com sua demanda, como exposto na entrevista:

A convivência comunitária a gente tenta organizar passeios para eles saírem um pouco de casa. Tentamos levar eles no lago, no cinema, às vezes na sorveteria. Até mesmo no parquinho, um parque de fora da casa para aproveitar. Participando dos eventos da escola. E agora estamos com um projeto de convidar coleguinhas da escola para visitarem a casa. Além disso, há uma interação com os outros programas da Assistência, como serviço de fortalecimento de vínculos, aulas ofertadas pela Secretaria de Cultura, Secretaria de Esportes, que sempre ofertam vagas para as Casas Abrigo.

Na medida em que se observa o trâmite sócio-histórico da Instituição de Acolhimento Institucional no Brasil, podemos perceber as mudanças ocorridas entre as primeiras práticas do exercício de Acolhimento e a sua atual organização. O mesmo é entendido como um processo gradual de construção de acordo com o desenvolvimento social de cada época e as próprias manifestações legislativas da realidade brasileira. Os inúmeros avanços permitiram uma organização na prestação de um serviço de qualidade inserido na Política de Assistência Social, no âmbito da PSE de Alta Complexidade, que se constituiu como política pública destinada a quem dela necessitar, sendo responsabilidade direta do Estado.

De fato, ainda há inúmeros desafios a serem superados na oferta do Serviço de Acolhimento Institucional, sobretudo considerando-o como uma expressão da “questão

social” em uma relação de contradição posta pelo modo de produção capitalista. Isso significa afirmar que enquanto a sociedade organizar-se baseando no sistema capitalista haverá necessidade da oferta do serviço de Acolhimento Institucional. Somente uma nova ordem societária pode alterar esse caminho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É direito de toda criança e adolescente crescer e se desenvolver no seio de sua família, seja ela configurada como família de origem, família extensa ou família adotiva. Essa premissa é oriunda do resultado de anos de lutas, movimentos e reivindicações históricas e sociais. Em casos excepcionais em que a sua instituição família coloca em risco a vida e o desenvolvimento dessa criança e ou adolescente, ocorre a necessidade de intervenção do Estado por meio de um serviço atualmente conhecido como Acolhimento Institucional.

Compreender a família não como sujeitos que se relacionam e possuem vínculos consanguíneos, mas como seres que possuem vínculos de afeto e cuidado, permite analisar que historicamente a família foi compreendida como espaço de desenvolvimento, aprendizados, socialização e principalmente afetividade. Entretanto, esse espaço também pode contemplar as mais variadas formas de violência e conflitos, requerendo dessa forma o apoio por meio do Estado e a intervenção para manutenção dessas relações.

As expressões da “questão social” também possuem a família como alvo, sendo possível observar a diluição de famílias por meio do desemprego, pobreza, envolvimento com substância ilícitas, resultando em esgarçamento dos vínculos afetivos e conseqüentemente na violação de direitos considerados fundamentais.

Diante disso é necessário compreender a família como instituição social que está em constante transformação, dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida. O trabalho entra em questão, seguindo a lógica capitalista e acreditando que quanto mais tempo passar direcionado ao trabalho, mais será o valor a receber, as manutenções familiares foram alteradas. O tempo extenso direcionado ao trabalho coloca em risco ou fragiliza o contato com seus filhos, minimizando a convivência familiar e expondo as crianças e adolescentes a condições precárias de vínculos. Assim inicia de forma incisiva a violação de direitos sociais, resultando na necessidade de possibilitar-se um afastamento provisório desse espaço institucional.

Em um período que antecede a própria Constituição Federal, os afastamentos de crianças e adolescentes da convivência familiar aconteciam por intermédio de instituições nomeadas no período como Orfanatos. Essas eram instituições filantrópicas e autônomas que organizavam e ofertavam o serviço da maneira que consideravam certas e adequadas. O

acesso a esse serviço acontecia por maneiras variadas, sem ter um estudo do caso isoladamente antes de recebê-lo. As razões variavam desde abandono, como falta de condições financeiras para cuidar, violência física, psicológica, ausência dos pais ou genitores, entre outros. Esse período no Brasil também foi marcado por um grande índice de desigualdade social, momento no qual a pobreza tem uma grande ascensão e reflete ligeiramente nas relações familiares.

As crianças e adolescentes da época foram sujeitos que em grande parte sofreram com essas consequências. Ao serem entregues nessas instituições, passavam a enfrentar diversos desafios da rotina. Muitas instituições não estavam preparadas para realizar um trabalho voltado ao atendimento de crianças e adolescentes, sem contar sequer com profissionais da área. Além do mais, a quantidade de funcionários sempre estava em um número muito inferior com a dos acolhidos, o que dificultava até mesmo as pequenas organizações internas.

Buscando aproximar-se da rotina de uma instituição que ofertasse esse atendimento de Acolhimento antes do ECA, encontramos na região Oeste do Paraná a Sociedade Beneficente Lar Belém. O Lar Belém teve sua abertura ainda na década de 70, período esse no qual estamos nos referindo a respeito de ausência de legislações e acompanhamentos direcionados para crianças e adolescentes.

Em suas particularidades a Instituição organizava-se em uma estrutura grande e com vários cômodos destinados à atendimento. As casas eram separadas por Casa das Meninas e Casa dos Meninos, com o intuito de proporcionar um atendimento individualizado para ambos os gêneros. A análise desse espaço ocorreu em dois momentos via entrevista, um frente a uma participante que tinha relação direta com os fundadores. E a outra participante que usufruiu do serviço como ex-moradora do espaço. As reflexões diante dos discursos possibilitaram compreender que o Lar Belém de fato acolheu várias crianças e adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade na época e que proporcionou abrigo, alimentação e uma garantia mínima de proteção. Entretanto, devido sua organização, quantidade de recursos humanos e compreensão dos direitos, muitas práticas inadequadas foram executadas, realizando assim um movimento contrário de proteção, expondo crianças e adolescentes em mais situações de risco e violações.

Com a proclamação da Constituição Federal do Brasil em 1988, conhecida como Constituição Cidadã, inicia-se um processo de ruptura com a ideologia patriarcal. O novo

arcabouço político introduz novos conceitos direcionados à família, mas principalmente traz uma nova legitimidade de conceber direitos à criança e adolescente, identificando esses sujeitos como seres em desenvolvimento pleno e que necessitam de proteção advinda da Família, do Estado e da Sociedade Civil. Inclusive, criou-se também uma preocupação em proporcionar que essa criança e adolescente desenvolvam-se no seio de suas famílias, possibilitando assim o investimento do Estado em meios de garantir de forma integral políticas públicas que efetivem esses direitos.

Através da nova Constituição, os avanços legais das políticas sociais fazem emergir um novo sistema protetivo. A família passa a ser considerada o foco das intervenções estatais e a englobar as suas esferas a proteção ao idoso, pessoa com deficiência e ao público criança e adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado logo em sequência no ano de 1990 representou o marco na era de direitos para crianças e adolescentes.

Partindo desse pressuposto, políticas, programas e projetos passam a ser desenvolvidos. Diante da emergência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que em 2005 passa a interferir nas ações sociais, inclusive em entidades consideradas filantrópicas, tratando a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. É nesse conjunto integrado de iniciativas públicas que a rede socioassistencial se configura, aproximando a Equipe Técnica das famílias e indivíduos inseridos na política, considerando que é na rotina diária que alguns riscos se edificam.

Nesse sentido, o serviço Acolhimento Institucional é destinado para crianças e adolescentes que necessitam do afastamento temporário do convívio familiar. Esse serviço tem como objetivo garantir a proteção física em integral desse sujeito em todos os seus aspectos. Essa atual organização se deu através de um longo e árduo processo da concepção de crianças e adolescentes como seres de direitos, alterando-se e atualizando-se conforme o Estado vai se constituindo ao longo dos anos.

Para consolidação dessa pesquisa, o objetivo estava direcionado em compreender como se deu o processo de implantação do Serviço de Acolhimento Institucional no Município de Toledo, Paraná. Aprofundar os conteúdos acerca do município foi fundamental, pois através da análise territorial e do contexto no qual Toledo estava inserido se constatou a necessidade da criação de um serviço que atendesse uma demanda que crescia eventualmente na região.

A primeira manifestação municipal foi a criação de uma casa, pequena, que possuía como responsáveis principais a organização das Donas de Casa. Esse momento estava correlacionado com o envio de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social para o município vizinho de Nova Santa Rosa. Após coletada essa informação, almejou-se investigar mais sobre essa instituição e como ela procedia os encaminhamentos. Esse estudo a fundo foi realizado sobre a Sociedade Beneficente Lar Belém que foi uma das primeiras a realizar essa modalidade de serviço. Em sequência, foram identificados os motivos principais que levaram a abertura das Casas Abrigo do Município de Toledo, explanando como se deu esse processo. Para finalização da pesquisa, abordou-se como atualmente encontra-se a instituição Casa Abrigo do município de Toledo, visando identificar principalmente se ocorreu diferença na prestação desse tipo de serviço entre o período que antecede o Estatuto da Criança e do Adolescente e atualmente após suas modificações.

Destaca-se que realizar essa pesquisa foi uma tarefa complexa, principalmente no que diz respeito à coleta de dados e informações advindas do espaço Lar Belém. Bem como a escolha das fontes e sua legitimidade no processo de escrita, devido a ausência de demais estudos a respeito do tema.

Por fim, constatou-se que a organização dos serviços direcionados para Acolhimento Institucional, ainda em modalidade Orfanato e que antecede o ECA, eram instituições autônomas e que não possuíam como foco principal a garantia da proteção à criança e ao adolescente. O objetivo era proporcionar um ambiente que pudesse recolher esses sujeitos da realidade que viviam. Também foi possível observar os contrapontos entre Instituição e Estado, visto que além de não haver uma relação de acompanhamento institucional, também não ocorria o envio de verbas para manutenção do espaço. Questões políticas também ganham visibilidade, pois por ser filantrópicas, cabia aos dirigentes decidir o destino da verba enviada para o espaço, o que muitas vezes não era destinado para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas sim desviadas para outras finalidades.

Apesar da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que o Serviço de Acolhimento Institucional ainda necessita de melhorias e avanços. Isso ocorre primeiramente pelos profissionais que atuam no espaço, que precisam compreender que a situação que essa criança ou adolescente encontra-se não é por escolha própria e que enquanto Estado falhamos quando esses direitos são violados. Além da relação entre Acolhimento

Institucional e o próprio órgão do Conselho Tutelar, observando a necessidade de realizar frequentemente capacitações com os membros do Conselho para a compreensão de quais casos necessita-se de fato o acolhimento e quais casos necessitam ser enviados para a Rede de Proteção primária. E por último, compreender que não é benéfico para nenhuma criança e adolescente crescer longe de uma convivência familiar. Por isso esse afastamento deve ser evitado ao máximo, buscando fortalecer os vínculos e superar as vulnerabilidades. Cabe à família, à sociedade e ao Estado garantirem de fato a concretização desse direito e possibilitar essa convivência.

Acredita-se que o problema central da pesquisa foi atingindo, visto que ocorreu a apresentação histórica do processo de implantação do Serviço de Acolhimento Institucional no município de Toledo, Paraná, assim como apresentou-se os direcionamentos e encaminhamentos realizados no comparativo das eras Pré ECA e Pós ECA, como era a proposta inicial. Ademais, visualiza-se a necessidade de romper definitivamente com velhas práticas e buscar por uma oferta de qualidade do serviço, tanto em termos legislativos quanto em sua materialidade. O tema procura fomentar o debate na área da Criança e Adolescente e desenvolver outras pesquisas que colaborem na temática e áreas afins.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **Religião e educação escolar na colonização do oeste paranaense: o caso da implantação do Colégio Vicentino Incomar, de Toledo (1948 -1965).**303 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

AZEVEDO, Mauricio Maia. **O código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior.** 2016. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo\\_mello\\_mattos\\_seus\\_reflexos.pdf](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf)>. Acesso em: 10 de janeiro maio 2023.

BOSI, Antônio de Pádua. **O frigorífico da Sadia em Toledo-PR (1965-1979):** Publicidade e recrutamento de trabalhadores. Revista Espaço Plural. V.18 N. 37. (2017) Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/22427>. Acesso em 20 de março de 2023.

BRASIL, **Constituição Política do Império do Brasil.** 25 de março de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2022a.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** 05 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 26 de setembro de 2022b.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em 02 de outubro de 2022c.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE,** Toledo. 2023d.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social,** n. 8.742, de 7 de setembro de 1993. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm)>. Acesso em 26 de outubro de 2019e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.** Brasília, 2019f.

BRASIL, **Nova Lei da Adoção.** Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm)>. Acesso em 23 de setembro de 2022g.

BRASIL. **Orientações técnicas:** Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm)>. Acesso em 18 de agosto de 2022h.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e**

**Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em:

<[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriancasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf)>. Acesso em 22 de agosto de 2022i

CABRAL, Maria Angela Varella. **Estudo do “Menor Carente” sob a perspectiva da Política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).** Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8930/000039715.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

CARDOSO, (2002). Prefácio em Ferrarezi, Elisabete (2002). **OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor.** Brasília: Comunidade Solidária. 2 Edição. 116p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Infância e o Processo Político no Brasil.** In Rizzini, Irene (org.). *A Arte de Governar Crianças.* Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História.** 2 Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Geral, 1979. p. 277

GONÇALVES, Margareth de Almeida. **Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista.** In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (et al). *Pensando a família*

HOCHMAN, Gilberto. **Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanarista da Primeira República.** Rio de Janeiro.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

JULIÃO, C.; PIZETA, F. (2011). **A rede social e o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: A (re)construção dos direitos ameaçados ou violados.** Revista Triângulo, esp 13-29. Disponível em <<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/160/188>>. Acesso em 25 de outubro de 2022>.

LAGO, Celso. MACIEL, Margareth de Fátima. **A Tecnologia utiliza na Educação pelos padres Jesuítas no Brasil colonial .** UNICENTRO, 2012 . Disponível em: <<http://www.celso.lago.nom.br/tcc-me-celso-frederico-lago%20-%20FINAL.pdf>>. Acesso em 03 de maio de 2023.

LEMONS, Esther Luiza de Souza. **A construção da proteção social e as entidades sociais no município de Toledo- Paraná.** Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 1997.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 7. São Paulo: Malheiros, 2003.

NERI, Cristiano; OLIVEIRA, Luiz Carlos. **A doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral: infância e adolescência sob controle e proteção do estado.** 2010.

Cascavel. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/221.pdf>>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

NETTO, José Paulo. **Cinto notas a propósito da questão social**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p.40-45, jan./jun. 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade São Paulo: n.50, p.87-132, abr. 1996.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. 2010. Campinas. Cadernos de Pesquisa. N. 140. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140>>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

PETRAS, J. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Coleção sociedade e ambiente, n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann [et al.]. Blumenau: FURB, 1999.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

REVEL, Jacques. Jogos de escalas: a experiência da micronálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de Governar crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editoria Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio; 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: 2. ed. Cortez, 2008.

SANTOS, João Diógenes Ferreira. **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil**. 2007. Campinas. Revista HISTEDBR. N. 28. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15\\_28.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf)>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**.

São Paulo: Cortez, 2007

SCHACH, Vanderlei. **Roda dos expostos**: do abandono social histórico à vulnerabilidade afetiva de crianças na atualidade. Revista Batista Pioneira v.4, n. 1, junho, 2015. Disponível em: <<http://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/view/85/113>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**, 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007, p. 122.

SOBRE nós. **Sociedade Beneficente Lar Belém**. s/d. Disponível em: <https://lar-belem.weebly.com/uumlber-uns.html>. Acesso em 20 de abril de 2023.

STAMATTO, M. I. S. **Experiências escolares para a infância desvalida** - Brasil Imperial (1822-1889). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4685/1547>>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Democracia e Política Social**. Coleção polêmicas do nosso tempo, nº 49, São Paulo: Cortez, 1992.

WOHRNATH, Vinicius Parolin. **Constituindo a Nova República**: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. Disponível em [PDF] [unicamp.br](http://unicamp.br). Acesso em 23 de janeiro de 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº. 56. p.50-59, mar.,1998.

## ANEXOS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

#### **Convite para participar da pesquisa**

Convidamos você para participar da pesquisa O MUNICÍPIO DE TOLEDO E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, que tem como pesquisador responsável AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO, a qual pode ser contatado por meio do telefone 45 99924.0425

Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação. Se você se sentir esclarecido e aceitar o convite para participar da pesquisa, solicitamos que assine a última página e rubrique as demais páginas das duas vias deste Termo.

#### **Informações sobre a Pesquisa**

1. A pesquisa tem por objetivo primário compreender, em suas múltiplas formas, como ocorreu a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional no Município de Toledo, no Estado do Paraná. Justifica-se pela necessidade de aprofundar investigações sobre os direitos das crianças e adolescentes garantidos no país de forma gradativa e que até atualmente mantêm-se em manutenção. Avançando nos estudos e na compreensão da relação entre os serviços existentes pré Estatuto da Criança e Adolescente, bem como o serviço ofertado atualmente pela União.
2. Os procedimentos metodológicos de coleta de informações da pesquisa são as fontes documentais do período e os depoimentos orais. O resultado obtidos serão sistematizados buscando estabelecer conexões ligadas a promulgação de direitos advindos da Constituição Cidadã.
3. A sua participação é voluntária e consiste no relato sobre sua trajetória de vida e profissional no contexto do país, com ênfase nas experiências vivenciadas e relacionadas ao Serviço de Acolhimento.
4. A população alvo é constituída por usuários do serviço de Acolhimento Institucional - em sua forma antiga (como orfanato), tanto com a atual.
5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos, assim como para desenvolvimento de um vídeo documentário.

### 3. Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência

1. Esclarecemos que a sua participação na pesquisa poderá lhe causar desconfortos e riscos tais como  
Incômodo por rever situações vivenciadas em um contexto de regime ditatorial, que não raramente repercutiram de forma negativa em sua vida, trazendo à tona experiências marcadas pelo cerceamento da liberdade de expressão, pela interrupção abrupta do vínculo de trabalho, situações de privação para o sustento material pessoal e familiar, ou ainda outras experiências mais graves. Desconforto, cansaço ou indisposição causados pelo tempo de entrevista, ou ainda em função do processo de entrevista provocar reflexões autoavaliativas sobre sua trajetória de vida, ou ainda por *estar sujeito* à interpretações equivocadas sobre seus relatos, assim como pela possibilidade de, sem sua autorização, sua identidade ser conhecida por outras pessoas.
2. Para minimizar ou excluir os riscos da pesquisa, serão tomadas as providências e cautelas:
  - a) Diante de qualquer situação em que o senhor/a demonstre incômodo ou sofrimento frente ao relatado, a entrevista poderá ser interrompida. Da nossa parte, evitaremos insistir na retomada de relatos sobre situações que já tenham evidenciado causar sofrimento. A retomada da abordagem sobre experiências dessa natureza, se ocorrer, deve ser feita por sua iniciativa, caso assim queira.
  - b) Também visando evitar desconforto, as entrevistas serão sempre realizadas em local e horário de sua escolha. Teremos também o cuidado de evitar entrevistas longas, podendo esta serem interrompidas no momento que for de seu desejo e, com continuidade, se for o caso, em outro dia e horário de sua conveniência.
  - c) Destacamos que não nos cabe a emissão de qualquer manifestação de juízo sobre seu relato e destacamos que consideramos muito importante conhecer sua trajetória de vida e atividade junto à Itaipu.
  - d) Quanto ao sigilo de sua identidade, aproveitamos para consultá-lo sobre qual procedimento deseja que adotemos.
    - ( ) Autoriza que a entrevista seja gravada em equipamento audiovisual e que seu depoimento e imagem sejam utilizados tanto para a pesquisa como para documentários e outras formas de divulgação visual a ser produzido pela equipe do projeto.
    - ( ) Autoriza que a entrevista seja gravada em equipamento audiovisual, assim como que o conteúdo de seu depoimento seja utilizado tanto para a pesquisa pela

equipe do projeto, desde que sem a sua identificação, mantendo assim, o sigilo sobre sua identidade.

( ) Autoriza que a entrevista seja gravada em equipamento audiovisual, assim como que o conteúdo de seu depoimento seja utilizado para a pesquisa, mas não autoriza o uso do material para confecção de materiais visuais para divulgação a ser produzido pela equipe do projeto.

e) Por último, esclarecemos que o material resultante das entrevistas ficará armazenado em HD externo da pesquisadora responsável, com acesso protegido por senha.

4. Esclarecemos que durante a realização da pesquisa colocamo-nos à disposição para acompanhá-lo e assisti-lo. Para tal disponibilizamos o contato de celular, WhatsApp e e-mail dos pesquisadores com o objetivo de esclarecer as dúvidas que possam surgir posteriormente. Mesmo após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, o senhor/a continuará a ser acompanhado, tendo direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couber.

#### **4. Garantias para os participantes da pesquisa**

1. O/A senhor/a é livre para participar ou não da pesquisa. Se concordar em participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem sofrer nenhuma penalidade por causa da sua recusa ou desistência de participação.
2. Caso assim defina, será mantido o sigilo absoluto sobre a sua identidade e a sua privacidade será preservada durante e após o término da pesquisa.
3. O/A senhor/a não receberá pagamento e nem terá de pagar pela sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, o/a senhor/a será ressarcido pelo pesquisador responsável.
4. Caso a pesquisa lhe cause algum dano, explicitado ou não nos seus riscos ou ocorridos em razão de sua participação, o/a senhor/a será indenizado/a nos termos da legislação brasileira.
5. Após assinado pelo/a senhor/a e pelo pesquisador responsável, lhe será entregue uma via deste TCLE.
6. A qualquer tempo, o/a senhor/a poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da sua participação. Essas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados ao

pesquisador responsável, AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO, pelo telefone nº 45 99924.0425 e pelo e-mail amandaa-rodrigues@outlook.com

7. O/A senhor/a também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (CEP-UNIOESTE) para solicitar todos e quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. O CEP-UFAC funciona na sede da Reitoria da UNIOESTE, que fica localizado No prédio da Reitoria da UNIOESTE, , R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, 85819-110, e-mail cep.prppg@unioeste.br, Cascavel, PR.
8. O/A senhor/a, poderá, ainda, entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP pelo telefone (61) 3315-5877 ou pelo e-mail [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br), para solicitar esclarecimentos e sanar dúvidas sobre a pesquisa ou mesmo para denunciar o não cumprimento dos deveres éticos e legais pelo pesquisador responsável na realização da pesquisa.

#### **5. Declaração do Pesquisador Responsável**

Eu, AMANDA GABRIELLE RODRIGUES COELHO, RG: 12.972.890-6 declaro cumprir todas as exigências éticas contidas nos itens IV. 3 da Resolução CNS Nº 466/2012, durante e após a realização da pesquisa.

#### **Consentimento do participante da pesquisa**

Eu, \_\_\_\_\_, RG Nº \_\_\_\_\_, CPF Nº \_\_\_\_\_, declaro ter sido plenamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e seus procedimentos apresentados neste TCLE e consinto de forma livre com a minha participação.

Toledo, PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 202\_\_\_\_.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

**PERGUNTAS SOBRE O LAR BELÉM:**

- 1- Como você chegou ao espaço Lar Belém? Como foi recebida?
- 2- Quanto tempo você morou no espaço Lar Belém?
- 3- Você tinha irmãos, amigos, primos ou conhecidos no espaço Lar Belém?
- 4 - Qual era a relação do Pastor com as crianças do Lar Belém? O chamavam de Pai?
- 5 - Como era sua rotina no espaço Lar Belém?
- 6 - Quais atividades você realizava no espaço Lar Belém?
- 7 - Você frequentava a escola?
- 8 - Você recebia visita dos seus pais e/ou familiares?
- 9- Qual a sua melhor lembrança do Lar Belém?
- 10 - Qual a sua pior lembrança do Lar Belém?
- 11 - Quando você saiu do Lar Belém? Quanto tempo ficou lá?
- 12 - Você tem contato com outras pessoas que moraram no espaço Lar Belém?
- 13 - Você sabe quais motivos levaram ao fechamento do espaço?
- 14 - Você se recorda de receber algum item vindo da Alemanha?

15 - Você precisava frequentar a Igreja?